



Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro



CONFLITOS POR TERRA E REPRESSÃO NO CAMPO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1946-1988)

RELATÓRIO FINAL

**E_38/2013 - APOIO AO ESTUDO DE TEMAS RELATIVOS A VIOLAÇÕES
DOS DIREITOS HUMANOS**

PROCESSO E-26/110.008/2014

30 de setembro de 2015

Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)

Relatório Final

Coordenadora: Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)

Pesquisadores:

Aline Borghoff Maia (mestre pelo CPDA/UFRRJ, bolsista TCT da Faperj)

Ana Claudia Diogo Tavares (Professora do NEPP/DH/UFRRJ)

Ana Maria de Almeida Costa (doutoranda PPGSS/UERJ, professora da SSC/UFF)

Annagesse Feitosa (mestranda CPDA/UFRRJ, bolsista da Faperj)

Delma Pessanha Neves (PPGAS/UFF, pesquisadora visitante, bolsista da Faperj)

Elisandra Galvão (doutoranda CPDA/UFRRJ, bolsista da Faperj)

Elizabeth Linhares (pós doutoranda sênior no CPDA/UFRRJ, bolsista da Faperj)

Fabício Teló (doutorando CPDA/UFRRJ)

Gabriel Bastos (mestre CPDA/UFRRJ, bolsista TCT da Faperj)

Iby Montenegro de Silva (mestre CPDA/UFRRJ, bolsista TCT da Faperj)

Marco Antonio dos Santos Teixeira (doutorando IESP/UERJ)

Mariana Trotta Delalanna Quintans (FND/UFRRJ)

Marilda Vilela Iamamoto (FSS/UERJ)

Ricardo Braga (graduando em Ciências Sociais/UFRRJ)

Rodrigo Penutt da Cruz (mestre e doutorando pela UFF, bolsista TCT da Faperj)

Bolsistas de Iniciação Científica

Adriana de Jesus Garcia Pinto (graduanda em Serviço Social/UERJ, bolsista Cetreina)

Fernanda Cerny Alves (graduanda em Ciências Sociais, FGV, bolsista Faperj)

Isabella Maio (graduanda em Serviço Social/UERJ, bolsista CNPq)

Lígia Nonato dos Santos (graduanda em História, IM/UFRRJ, bolsista Faperj)

Natasha Gomes (graduanda em Ciências Sociais/UFRRJ, bolsista Faperj)

Rayanne Medeiros (graduada em C. Sociais/UFF, atualmente mestranda CPDA/UFRRJ)

Vinicius Silva (graduando em Direito/FND/UFRRJ, bolsista Faperj)

Capítulo 5

Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense

Annagesse Feitosa*

Iby Montenegro de Silva**

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Bolsista da Faperj.

** Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Educação Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Mestre pelo CPDA/UFRRJ. Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica da Faperj.

1. Introdução

No período da ditadura o litoral sul fluminense passou por profundas transformações, tanto do seu espaço físico, quanto da sua configuração social. Empreendimentos desenvolvidos tanto pelo governo federal quanto pelo estadual estimularam a entrada de agentes públicos e privados na região. Como consequência, eclodiram diversos conflitos fundiários envolvendo empresas, que visavam implantar projetos turísticos e industriais no local, e as famílias que lá viviam há gerações: eram comunidades descendentes de escravos das antigas fazendas de café, caiaçaras¹ e índios guaranis. Para dar uma ideia do nível da tensão na Costa Verde, onde se situam os municípios de Paraty, de Angra dos Reis e de Mangaratiba, de acordo com o levantamento realizado durante esta pesquisa lá ocorreram 56 dos 133 conflitos registrados no Estado do Rio de Janeiro, durante os anos 1970 e 1980.²

No intuito de demonstrar o que foi a repressão no campo na região, utilizamos para a feitura deste relatório documentos midiáticos que, de alguma maneira, publicizaram o contexto no qual ocorreram estes conflitos; documentos elaborados por agentes sensíveis à causa dos atingidos, tais como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) de Angra dos Reis e de Paraty, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) e a Igreja progressista; documentos da polícia política, tais como depoimentos dados à Justiça Militar, os Inquéritos Policiais Militar (IPMs) e relatórios feitos pelo Sistema Nacional de Informações (SNI); documentos elaborados pelos próprios atingidos; entrevistas com moradores e lideranças que vivenciaram os conflitos.

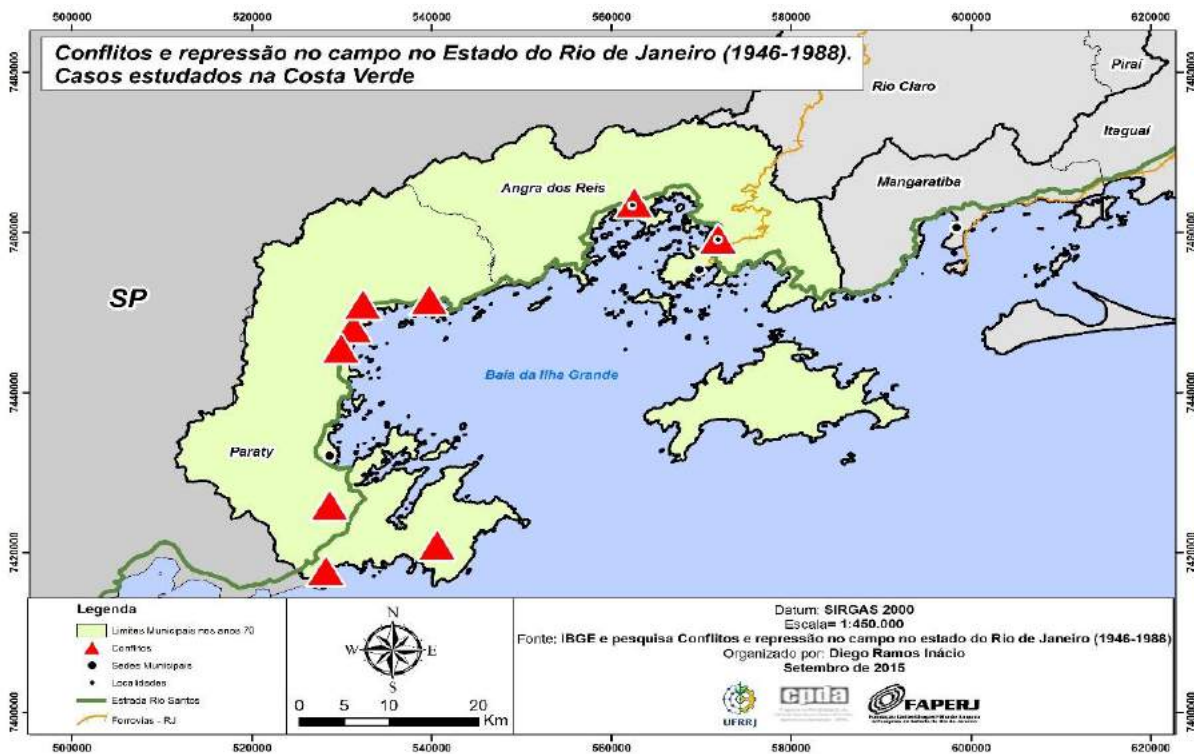
Selecionamos alguns casos, que se destacam pelo modo como os agentes envolvidos atuaram no jogo político. Em Paraty, destacamos os conflitos da Praia do Sono

¹ Diegues (2005), ao se debruçar sobre as populações de Paraty, do litoral paulista e do norte paranaense, aponta que ali existiam homens que, ao longo de gerações, deram origem a características culturais, sociais e linguísticas próprias, denominadas caiaçaras. Para Ribeiro (2007), Angra dos Reis também se insere num território caiaçara, posto a herança deste modo de vida da maior parte de sua população atual. Mais adiante voltaremos ao significado do termo.

² Este levantamento baseou-se principalmente no documento Fetag/RJ, Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro – ocorridos entre os anos de 1970 e 1990. Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ. (NMSPP/Sc.frj.c-Pasta II). Também foram usadas outras fontes, tais como ofícios sindicais, jornais, anotações e demais materiais encontrados no Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ.

(Fazenda Santa Maria do Mamanguá); Trindade (Condomínio Laranjeiras); Fazendas Taquari, São Roque e Barra Grande; Campinho da Independência; São Gonçalo. Em Angra dos Reis, destacamos Santa Rita do Bracuhy. O mapa a seguir mostra a localização espacial desses conflitos.

Mapa 1. Localização dos conflitos na Costa Verde



A peculiaridade dos conflitos tratados aqui consiste no fato de que, apesar da intensa violência cometida contra as populações camponesas, caiçaras e indígenas, nos documentos da polícia política não há denúncias de tentativas de *subversão da ordem* (com exceção das feitas contra o clero local, fato que explicaremos adiante). Tais violações, portanto, estão relacionadas a um contexto de grandes transformações econômicas; crescimento do interesse nas terras por agentes externos; expropriação, dificuldade de organização e denúncia dos que ali estavam. Por conseguinte, os casos tratados ilustram outra face do que foi a repressão no regime militar: a omissão do Estado frente à violência privada e ao processo de desterritorialização de populações locais.

2. Contextualizando a Costa Verde

No período da ditadura militar, grandes empresas chegaram à região da Costa Verde, especialmente interessadas nas terras valorizadas pela construção de um trecho da BR-101, conhecido como Rio-Santos. No entanto, embora a estrada tenha sido um marco no processo de mudança regional, este não teve início com a sua construção.

Segundo Guanzioli (1983) e Bragatto (1996), o sul fluminense passou por períodos de apogeu e declínio. Angra dos Reis, por exemplo, foi elevada à categoria de cidade em 1835, durante os ciclos econômicos da cana e do café, e foi destaque como local de exportação, posto que pelos seus portos passava a produção do litoral e também do interior do país. Conforme Bragatto (1996), toda a produção dos municípios de Barra do Piraí, Resende e São João Marcos descia a serra em direção aos portos de Ariró, Frade, Bracuhy e Mambucaba, que escoavam a produção para Sepetiba, onde, através da Estrada de Ferro Pedro II, se fazia o comércio com o Rio de Janeiro. As tropas de burro vinham de São Paulo, Minas Gerais e Goiás e levavam produtos de consumo, como peixe e sal.

Paraty, segundo autores levantados por Zuquim (2002), nasceu da movimentação dos paulistas vindos do planalto de Piratininga em busca do mar em expedições exploratórias. Apesar disso, estes autores apontam como importante o fato de a vila estar localizada no ponto de entrada para as *Trilhas de Guaianás*, pela Serra da Bocaina, o que Zuquim descreve como uma “espécie de marco zero dos caminhos do desbravamento e da colonização do vale do Paraíba e do centro sul do país” (ZUQUIN, 2002, p. 13). O autor também destaca que as cidades de Paraty e Angra foram as mais importantes durante o ciclo do ouro por terem sido o ponto de partida mais acessível da viagem para o Rio de Janeiro. Vários de seus portos eram locais de escoamento do ouro das Minas Gerais, mas também das atividades agrícolas e do comércio de escravos.

A extensão da estrada até Barra do Piraí foi o início do declínio comercial da região do litoral sul fluminense. Em 1871, os trilhos já seguiam para São Paulo e o café produzido nas fazendas do Vale do Paraíba passou a ser escoado pelas novas estradas, o que fez com que, por exemplo, o porto de Paraty fosse abandonado. Com o tempo, os caminhos antigos ficaram inacessíveis por terra. O acesso passou a ser apenas por mar através de barcos vindos de Angra dos Reis. Isto garantiu o relativo isolamento geográfico da região, excluindo-a do cenário econômico, causando um processo de despovoamento,

mas com a manutenção de comunidades que viviam das atividades de subsistência (ZUQUIM, 2002). Agrega-se a isso a abolição da escravatura, findando o comércio de escravos e dificultando os negócios dos grandes latifundiários locais e estaduais.

Bragatto (1996) aponta que até o final da década de 1940 a região foi ocupada predominantemente por populações de ex-escravos, trabalhadores das antigas fazendas de cana e café e do processo de escoamento de ouro, e também por descendentes de europeus e grupos indígenas. Com o tempo, essas populações adquiriram um modo de vida identificado como *caiçara*, termo, segundo Diegues (2005), que designa as populações cuja miscigenação – europeu, índio e escravo – frutificou numa maneira particular de ser, que vai desde a sua forma de festejar até a sua linguagem.³ Também estas populações possuem casas específicas – individuais e coletivas –, feitas de pau a pique, em locais entre as praias e a serra, e uma produção que combina a pesca coletiva e organizada,⁴ o extrativismo e a agricultura (basicamente, aipim, banana, café, arroz, milho, feijão), voltada quase que exclusivamente para a sua própria subsistência. Este modo de vida se explica, segundo o autor, pelo desenvolvimento de técnicas de conhecimentos derivadas da combinação dessas descendências, processada ao longo dos grandes ciclos econômicos, e também da combinação destes conhecimentos com a natureza local: a Mata Atlântica e seus microecossistemas (mangues, restingas, lagoas).

Para Diegues, “o isolamento do grupo *caiçara* que se formou no litoral sudeste brasileiro propiciou, ao mesmo tempo, sua independência e sua afirmação cultural e econômica” (DIEGUES, 2005, p. 22-23). É nesse sentido que Guanziroli (1983) refuta a ideia de que ali houve uma decadência, pois, assumindo este ponto de vista, reproduzimos a valorização da economia ligada às grandes fazendas.

Conforme Ribeiro (2007) e Siqueira (1989), a desorganização do sistema cafeeiro juntamente com o abandono das terras no final do século XIX tornou essas pessoas

³ *Caiçara* é uma palavra de origem tupi-guarani que se refere à armadilha feita para proteger as casas de pau a pique e as aldeias comuns. Mais tarde, o nome passou a designar os ranchos nas beiras da praia, usados para guardar as canoas e utensílios de pesca (DIEGUES, 2005). Ainda conforme Diegues, o termo é comumente usado por alguns de forma pejorativa, significando algo como preguiçoso ou sem prestígio. O autor refuta este argumento, uma vez que não se pode determinar como preguiçosos sujeitos que passam a maior parte de seu tempo de vida remando no sol e vento e enfrentando correntezas (e, quando em terra, consertando suas redes e outros instrumentos de trabalho). Neste texto, tratamos a designação como uma categoria analítica. Como identidade política, o termo passou a ser usado na região no decorrer dos conflitos, em tempos mais recentes que o comentado acima.

⁴ Nas entrevistas feitas em Paraty, muitos pescadores revelaram que viviam da pesca em alto-mar, quando saíam em grupos, viajando de barco por meses. Muitas vezes, essa pesca acontecia em regiões próximas à Cidade do Rio de Janeiro.

ocupantes da área., uma vez que a geografia da região permitia que ali se plantasse e vivesse sem maior dependência de produtos processados, comprados geralmente em cidades. Foi exatamente com a decadência destas fazendas que produtores menores ganharam autonomia e tiveram acesso à terra. No entanto, na década de 1950 e principalmente na década de 1960, iniciou-se a corrida especulativa na região e os conflitos por terra apareceram de maneira significativa.

Primeiramente, o contexto político da década de 1950 favoreceu a entrada de investidores industriais no país: com a política de importação de máquinas e equipamentos sem tarifas alfandegárias, grupos econômicos viabilizaram seus projetos de desenvolvimento (PACHECO, 2010) ⁵. Ribeiro (2007) afirma que o marco de início do processo de mudanças na região do litoral sul fluminense foi a construção da Verolme, na Baía de Jacuecanga, em Angra dos Reis. Este foi o momento em que a região foi ocupada por galpões de armazenagem, grandes barcos para recepção, reparo e construção de navios e áreas urbanas pertencentes às empresas do complexo naval. Além disso, próximo à enseada da Piraquara – onde se encontram os rios Ariró, Bracuhy e Mambucaba –, já na década de 1960, foi instalada a Central Nuclear, ocupando a praia de Itaorna, bem como conjuntos residenciais na praia Brava. No local ainda havia mangues, onde também nesta década se instalaram explorações de carvão por metalúrgicas (RIBEIRO, 2007). Angra dos Reis igualmente já contava com o Terminal da Baía da Ilha Grande (Tebig), além do Colégio Naval e do Presídio Cândido Mendes, este último na Ilha Grande. Com isso, o município passou a ter uma economia relativamente diversificada e tornou-se um polo de influência sobre outros municípios, como Mangaratiba e Paraty. Iniciou-se uma corrida de trabalhadores para se empregarem nos estaleiros e um decréscimo na área antes dedicada à agricultura (PACHECO, 2010).

No que se refere a Paraty, em 1947, o Código de Obras do município foi alterado, visando a adaptação prevista no Decreto de Tombamento Estadual, que estabelecia a delimitação de um bairro histórico, bem como a fixação de condições para as construções dentro do seu perímetro. Dez anos depois, foi sugerido pelo chefe de Seção de História do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) que o conjunto arquitetônico e paisagístico do município fosse inscrito no Livro de Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico criado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937 (ALMEIDA,

⁵ Em Angra dos Reis foram quatro as indústrias implantadas naquele momento: a Companhia de Comércio e Navegação, a Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A, o estaleiro EMAQ e a Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S/A.

1997). Em janeiro de 1965 foi enviada pelo DPHAN ao ministro de Educação e Cultura uma proposta sugerindo que fosse encaminhada ao presidente da República uma minuta de decreto para que o município passasse a ser considerado monumento nacional, mas tal iniciativa não teve êxito (ALMEIDA, 1997). Almeida enfatiza que esta iniciativa era vista como necessária, pois Paraty já estava exposta à especulação imobiliária e à devastação florestal.

Somente em 24/03/1966, o Decreto nº 58.077 que converteu o Município de Paraty em Monumento Nacional foi assinado pelo presidente da República. A abrangência do tombamento foi ampliada a partir dessa iniciativa, passando a incluir, além da zona urbana, a área rural. Almeida aponta que, “para manter a harmonia dos aspectos relevantes a serem preservados, ou seja, o núcleo do patrimônio edificado, o processo de tombamento foi estendido para a vegetação” (ALMEIDA, 1997, p. 26), mas em momento algum a população do município foi consultada sobre as medidas tomadas.

Ainda na década de 1960, o projeto de construção de uma rodovia ligando o Rio de Janeiro a Santos, em São Paulo, ganhou corpo, passando a integrar o Plano Rodoviário Nacional. Como ressaltado no início deste capítulo, este projeto desembocou na construção da rodovia Rio-Santo, que foi um divisor de águas para o acirramento dos conflitos.

Segundo Pacheco (2010), a justificativa para a construção da Rio-Santos já apontava para a especulação imobiliária. O estudo de viabilidade técnica e econômica foi feito pela empresa Sondotécnica, entre os anos de 1966 e 1968, encomendado pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER). A empresa produziu dois relatórios e enfatizou a importância estratégica da rodovia para a segurança nacional, dada a presença de indústrias no litoral sul fluminense, mostrando ainda que ela traria bem-estar social, a partir do favorecimento do turismo na região. A abertura da Rio-Santos revelou um litoral de forte potencial turístico, tanto por sua beleza natural quanto por sua localização, entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, com grande concentração urbana e recursos financeiros.

No que se refere à questão fundiária da região, a força dos interesses empresariais impediu qualquer medida sobre conflitos que se iniciavam, sobretudo em Angra dos Reis, onde se instalavam indústrias nas áreas até então rurais. Por exemplo, no final dos anos 1950, medidas foram tomadas no que concerne à resolução de alguns conflitos fundiários no Estado do Rio de Janeiro, através do Plano de Ação Agrária, do governo Roberto

Silveira, tratado no capítulo 1 do presente relatório. Neste plano, uma das metas era a delimitação de terras ocupadas por posseiros que se encontravam em litígio e outra era a demarcação de terras devolutas, destacando-se, entre as prioritárias, algumas existentes em Paraty (ALMEIDA, 1997). A tentativa de resolução dos conflitos fundiários através do Plano de Ação Agrária, no litoral sul, e a construção da estrada (iniciada em 1972), desencadearam um processo de mudanças na dinâmica local: as ações estatais significaram a apropriação pelo capital imobiliário e turístico de áreas ocupadas havia gerações.

3. Projetos de desenvolvimento do Estado militar e suas consequências na Costa Verde

Embora o projeto de construção da Rio-Santos tenha nascido na segunda metade da década de 1960, foi apenas no início de 1970 que ele se efetivou. No plano nacional, na década de 1960, foi criada a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) que, em 1970, elaborou o Plano de Aproveitamento Turístico (Projeto Turis), um projeto de reordenamento territorial de todo o litoral sul fluminense, em razão do turismo (um dos frutos deste projeto foi a construção da Rio-Santos). Também neste período, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) passou a atuar na região, para atender ao patrimônio ambiental do litoral.⁶

Para autores como Guanziroli (1983), Ribeiro (2007) e Almeida (1997), esse novo planejamento territorial declarou a vocação turística da região e legitimou o processo de expulsão dos moradores locais, uma vez que serviu como facilitador da apropriação das terras por pretensos proprietários.⁷ O governo militar, neste tempo, mostrava preocupação em evitar o avanço de ideias esquerdistas e em rapidamente solidificar o capitalismo no Brasil, cedendo espaço às empresas multinacionais, e, nesta conjuntura, o turismo recebeu destaque. (tanto a Embratur quanto o CNTur balizaram a concepção governamental de

⁶ O IBDF é uma entidade autárquica, criada pelo decreto nº 289, de 28/02/1967, sob a administração do Ministério da Agricultura. O órgão foi destinado a formular a política florestal e a orientar, coordenar e executar medidas relacionadas à utilização, proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e do desenvolvimento florestal do país.

⁷ Para Santos Filho (2008), o turismo é uma atividade econômica em que o capital está preocupado em manter uma ideia de *fetich*, um imaginário positivo de um lugar que consiga provocar a ida do turista. As vantagens de um lugar para o turismo são representadas pelas belezas naturais e/ou valor de patrimônio cultural e histórico – arquitetura, museus etc.

progresso do país, unindo as diretrizes para as atividades da indústria do turismo ao interesse governamental de desenvolvimento econômico: o CNTur, presidido pelo ministro da Indústria e Comércio, dentre outras competências, tinha por atribuição fiscalizar as operações da Embratur, além de conceder autorização para a exploração de serviços turísticos em todo território nacional.⁸ A Embratur, por sua vez, tinha como uma de suas atribuições, a celebração de estudos e convênios no interesse da indústria nacional de turismo).

O sentido dado ao desenvolvimento turístico foi a construção, ampliação e reforma de hotéis, serviços e obras com finalidades turísticas, abrindo a possibilidade para que o poder público pudesse desapropriar áreas de interesse para de atividades turísticas. Em 31 de janeiro de 1973, o decreto nº 71.791, dispôs sobre as zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, ficando para o CNTur a tarefa de delimitá-las e, para a Embratur, a tarefa de celebrar os convênios com os municípios onde elas estavam situadas.⁹ Foi o que aconteceu na região de Paraty, ao longo da década de 1970, quando áreas anteriormente destinadas para intervenção fundiária pelo Plano de Ação Agrária passaram a ser destinadas para fins de interesses turísticos.

Esta projeção se consolidou no litoral sul fluminense a partir do já citado Projeto Turis, elaborado pela empresa francesa Scet Internacional, a pedido da Embratur. Era um plano diretor ou “um planejamento normativo global, com estudos e normas de ocupação que integrassem as construções aos ambientes e às destinações turísticas, visando à maximização da rentabilidade de toda a região aliada a uma implantação adequada” (citado por SIQUEIRA, 1989, p.62). Fratucci (2005) salienta que naquele momento o Brasil, através da Embratur, iniciava o processo de gestão do turismo e o Projeto Turis foi um dos primeiros trabalhos de ordenamento territorial desenvolvido pelo órgão. O Projeto não só objetivava ordenar o território do litoral fluminense, como também capacitar técnicos brasileiros nas metodologias estrangeiras de planejamento turístico. A intenção de se contratar a empresa Scet Internacional era, portanto, a de nivelar a

⁸ Do CNTur participam órgãos federais (Embratur, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Viação e Obras Públicas, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério do Interior, Ministério da Fazenda, Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e representantes da iniciativa privada: agentes de viagens, agentes transportadores, indústria hoteleira, Confederação Nacional do Comércio. Tais representantes eram designados pelo Ministro da Indústria e Comércio a partir de uma lista tríplice, apresentadas por agentes de viagem, transportadores e indústrias hoteleiras.

⁹ Os projetos e programas decorrentes dos convênios tinham tratamento prioritário junto aos órgãos da Administração Federal.

tecnologia brasileira em turismo ao que seria o centro mais especializado na matéria, para com isso realizar planos futuros de aproveitamento turístico. Ainda nesse intuito, foi planejada uma organização territorial do litoral sul fluminense fundamentada em três modelos de desenvolvimento turístico europeus: Côte d'Azur, Languedoc-Rousillon e Côte d'Aquitaine.

Os redatores do projeto tinham certeza das consequências negativas que a construção da rodovia e o desenvolvimento turístico trariam para a região no que diz respeito à preservação ambiental: “Reconheciam também que sua implantação era meta prioritária no governo federal, então em plena época do ‘Brasil Grande’” (SIQUEIRA, 1989, p. 62). Ao cabo, o Projeto Turis não conseguiu se impor frente à trágica realidade da construção deste trecho da BR-101 (SIQUEIRA, 1989).

A autora se refere ao pronunciamento do então presidente da Embratur, Paulo Potássio, quando este expôs o Projeto a uma plateia selecionada, alertando que as obras de construção da estrada não esperaram a conclusão do estudo. A pressa de reordenação desarranjou toda a lógica que se preparava para região e abriu espaço para uma especulação imobiliária desorganizada. A autora ainda aponta que “a despeito do gasto de 300 mil dólares na elaboração do projeto, a própria Embratur abriu mão do mesmo num prazo inferior a dois anos após a sua apresentação” (SIQUEIRA, 1989, p.63).

Fratucci (2005) também salienta que o desenvolvimento turístico da região ocorreu de modo espontâneo e que agressões ao ambiente não cessaram com a conclusão da ligação da Rio-Santos. Ao contrário, iniciou-se uma nova fase de devastação por conta da especulação imobiliária: “Com frágeis equipamentos legais de proteção de uso do solo, as prefeituras dos municípios cortados pela estrada viram, aos poucos, muitas de suas florestas darem lugar a campos de golfe e quadras de tênis de poderosos empreendimentos turísticos” (SIQUEIRA, 1989, p. 63). O predomínio foi de empreendimentos turísticos de médio e grande porte, como condomínios de veraneios e áreas de lazer, como é o caso do Club Med Village, Hotel do Frade, Hotel Porto Belo etc.

Ao longo desse tempo, “procurou-se tomar medidas para conter este processo [de degradação ambiental provocado pela valorização das terras], através da criação das diversas unidades de preservação” (ALMEIDA, 1997, p. 33). Uma delas foi o Parque Nacional da Serra da Bocaina, criado pelo Decreto Federal nº 68.172 de 04/02/1971, com 130 mil hectares e outra, a criação do Parque Estadual de Paraty-Mirim, em 1972. Ao longo desta década e da seguinte, outros parques foram criados, indicativo que as tensões

socioambientais ainda pairavam na região: em Paraty, foi criada a Área de Preservação Ambiental do Cairuçu, em 1983; na Ilha Grande, a Praia de Aventureiro teve uma de suas partes transformada em Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, em 1981. Também foi criada a Área de Proteção Ambiental de Tamoios, em 1986. Para tanto, foi feita a desapropriação das terras afetadas.

Contudo, alguns parques foram objeto de questionamentos quanto à sua instituição. Por exemplo, o Parque Nacional da Serra da Bocaina sofreu uma alteração na extensão de seu território, pois em 08/06/1972 o Decreto de nº 70.694 reduziu a área abrangida por ele. Mesmo assim, o Parque continuou alcançando parcela significativa de Paraty, quase 50% da área agricultável e também uma parte considerável dos municípios de Cunha e São José do Barreiro (SP) e Angra dos Reis. Segundo Almeida (1997) não foi consumada a totalidade da área porque constavam irregularidades na venda de quatro fazendas no Município de São José do Barreiro, onde se situa a sede do Parque, e uma em Paraty.

O processo de venda da Fazenda Guebetiba, que pelo nome não seria conhecida de pessoas da região, incluiria terras de terceiros que não foram informados da venda, seis mil hectares do Oceano Atlântico, condomínios de luxo como o Laranjeiras, e as Fazendas Barra Grande e Serraria, onde as duas primeiras foram desapropriadas para assentamento e a última encontra-se em processo de desapropriação, a partir de outros títulos de Registro de Imóveis (*O Fluminense* e *Jornal Nacional*, Rede Globo de Televisão) (citado por ALMEIDA, 1997, p. 34).

Além do Parque Nacional da Bocaina, o Parque Estadual de Paraty-Mirim foi composto por terras desapropriadas para colonização agrícola pelo Decreto Estadual nº 6.897 de 1960, sob pressão dos trabalhadores das antigas Fazendas Paraty-Mirim e Independência (ALMEIDA, 1997). Estas terras, ainda ocupadas pelos posseiros, foram doadas à Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Flumitur)¹⁰ para que o Parque Estadual fosse criado.

Foi apenas em 1979 que a Embratur buscou sanar a ocupação desordenada do espaço – nacional e estadual - dedicado ao turismo, estabelecendo uma ação com o objetivo de orientar o governo federal e os governos estaduais a evitar futuros problemas, através da seleção de espaços turísticos voltados para uma descentralização. Propunha

¹⁰ A Flumitur foi criada pelo governo do antigo Estado do Rio de Janeiro através da Lei n.º 4.221 de 12/04/1960, a partir de uma preocupação com a atividade turística em termos institucionais.

um zoneamento turístico nacional. No Rio, esse processo foi organizado pela Flumitur. No entanto, mesmo com essa direção da Embratur, ao longo da década de 1980, o litoral sul fluminense ficou organizado da seguinte forma:

Em consequência da abertura desta rodovia, várias atividades econômicas subsistem concomitantemente ao longo do litoral Rio-Santos. Aí estão instalados os dois maiores terminais de petróleo da América Latina, em São Sebastião e em Angra dos Reis; uma usina atômica na praia de Itaorna, também em Angra; uma intensa atividade turística espalmada em toda orla, ao lado da pesca artesanal, de roças de consumo, da pesca industrial e de uma agricultura de maior escala (SIQUEIRA, 1989, p. 64).

É importante ressaltar que, por conta dos complexos industriais e do valor estratégico que Angra dos Reis possuía para o governo ditatorial, durante o regime militar este município encontrava-se sob a Lei de Segurança Nacional. Em razão disso, seus prefeitos eram nomeados e não havia eleições. Só em 1983 começou a ocorrer um maior grau de organização, quando aconteceram as primeiras movimentações nacionais antinucleares e a formação de uma organização regional de cunho ambiental (RIBEIRO, 2007).¹¹

No mosaico constituído pelos projetos de desenvolvimento turístico, industrial e ambiental para o litoral sul fluminense forjou-se uma intensa e complexa conflituosidade em relação às terras. Dela decorreu a expulsão da população local de seus espaços tradicionais e sua negação na elaboração e realização dos projetos. Os empresários atuaram diretamente na saída destas populações, apoiados pela omissão do Estado. Contudo, determinadas organizações e pessoas atuaram em defesa e afirmação desta população nestes espaços, como veremos a seguir.

¹¹ A usina nuclear de Angra passou a ser apontada como poluidora da baía da Ilha Grande por aquecimento da água e resíduos despejados. A usina Angra I foi comprada pelo Brasil da empresa American Westinghouse no governo do general Garrastazu Médici. Com a construção sob a responsabilidade da empresa estatal Furnas Centrais Elétricas, começou a nascer em 1971 e deveria ficar pronta em 1977, mas isso só ocorreu em 1983, 12 anos depois do início das obras. Para maiores informações ver: “O paquiderme atômico brasileiro”. *Veja*, 05/11/1986, p. 104-110. Acervo Digital *Veja*.

4. Organizações e sujeitos que atuaram nos conflitos rurais da Costa Verde

Segundo os dados coligidos durante a pesquisa, os empresários que chegaram à região na época da construção da Rio-Santos agiram de modo a expulsar as comunidades locais “por bem ou por mal” (Maria Emília Pacheco, em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Servolo de Medeiros, em 31/03/2015).¹² Fizeram uso, por exemplo, da queima de casas, de ameaças por *jagunços* armados. Houve, inclusive, um caso de estupro. A ocorrência de ações dessa natureza foi facilitada pela omissão do Estado, quer no plano nacional, quer estadual. Além da violência, é necessário destacar outra ordem de pressão que se fez sobre os agricultores e pescadores, que foi a inviabilização de sua produção e reprodução social através do cercamento das áreas de cultivo, do desvio do curso dos rios, da soltura de gado em seus roçados.

Uma nota presente na ação penal número 866/73, de Amauri Pinto de Castro Monteiro Júnior, Carlos Vitor Alves Delamônica e Elza de Lima Monnerat, contido no acervo do *Brasil: Nunca Mais*¹³, exemplifica a situação complexa na qual se davam essas violências. Trata-se de uma discussão referente a uma matéria publicada pela Revista *Veja*, em novembro de 1972, que versava sobre os conflitos fundiários ocorridos em Paraty em razão da construção da rodovia Rio-Santos. A nota chama a atenção para o fato de que tais violências se davam num contexto de disputas de interesses entre “grupos das classes dominantes”, que, por sua vez, estariam ocorrendo por detrás do projeto governamental. Contra isso, pede ao seu destinatário a necessária resistência organizada de grupos de esquerda e uma ação de apoio e de denúncia, dado que “os espoliados caiçaras” eram poucos, dispersos e sem tradição de luta, mas apontava, contudo, que estes possuíam alguma condição de resistir.¹⁴

Nesta documentação o termo *caiçara* é acionado como uma categoria política para designar os nativos da zona costeira cuja atividade era a pesca artesanal e a agricultura. Em outros documentos e relatos, o mesmo termo foi acionado para designar também aqueles que resistiram e permaneceram na terra diante das tentativas de expulsão durante o processo conflitivo. O termo *grileiro* foi utilizado para designar agentes externos que

¹² Maria Emília Pacheco se referia à prática de realização de contratos a preços irrisórios feitos com os moradores rurais por suas terras, que, quando resistiam, eram postos para fora através da violência.

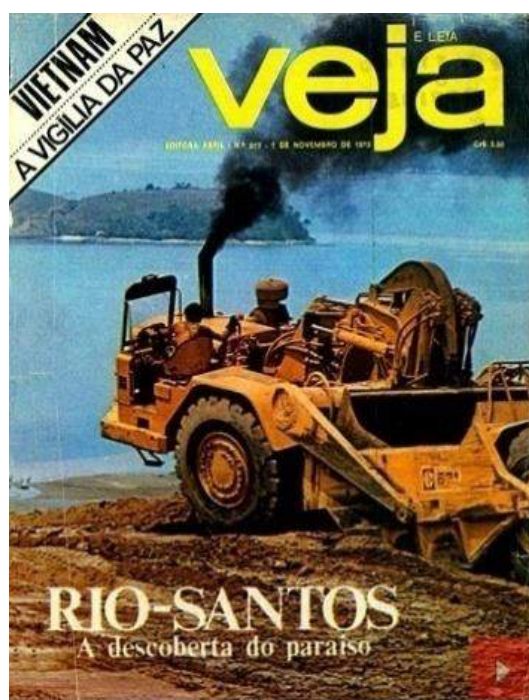
¹³ Refere-se a profissionais a serviço do Estado americano no Brasil. A nota contém trechos ilegíveis e o nome do autor está riscado.

¹⁴ A matéria pede ainda especial atenção ao papel de Carlos Lacerda e do jornal *O Estado de São Paulo* nestas disputas.

se instalaram na região, dizendo-se proprietários das terras, bem como aqueles que se diziam seus representantes, utilizando-se de violência para tanto. Tratava-se, portanto, de conflitos sobre o reconhecimento ou não da propriedade da terra. Trabalhando este dado com a perspectiva trazida por Thompson (2011), levantamos a hipótese de que no processo conflitivo ocorreu um “fazer-se” de sujeitos políticos ativos no bojo do reordenamento regional – os *caiçaras*, ou as comunidades que ali residiam, e o empresariado, ou, o capital turístico e industrial. No caso dos *caiçaras*, surgiu em algumas localidades um processo de organização política mediado por instituições, como associações e sociedades.

Como mencionado, as disputas por terras se davam prioritariamente com os antigos moradores, mas também ocorreram no âmbito da própria classe empresarial, devido ao grau de especulação. A reportagem da *Veja*, citada pela nota contida na ação penal, ilustra isso e também o perfil da classe empresarial. Ela foi capa da edição de novembro de 1972. Considerando que revistas como *Veja* fazia edições sobre grandes projetos de engenharia da ditadura, em tom de exaltação e apoio (CAMPOS, 2014), conclui-se que uma reportagem dessa natureza mostra a importância que o assunto detinha naquela época, como projeto de Estado para a região.

Figura 1. Capa da revista *Veja* nº 217, de 01/11/1972



O título da reportagem “Rio-Santos: a descoberta do paraíso” apresenta a intenção de propagandear o litoral sul fluminense, mostrando suas positivities turísticas, a natureza – sol e mar –, o conjunto arquitetônico e cultural. Traz as belezas naturais, agregando as lendas da época dos ciclos econômicos, destacando, juntamente, a grandiosidade da obra da Rio-Santos, que garantiria a todos o acesso a elas.

Desde Ubatuba até Santa Cruz, subúrbio do Rio de Janeiro, mais de 5.000 homens e uma concentração de máquinas superior à exigida na construção da Transamazônica, derrubam árvores colossais, afastam pedras gigantes, detonam explosivos – às vezes de mais de 5.000 quilos de dinamites num “só fogo” –, recortam encostas, atravessam grotas de 30 ou 40 metros, abrindo a sonhada estrada litorânea entre Rio e São Paulo: a Rio-Santos (*Veja*, 01/11/1972, p. 52).

Muito antes da *Veja*, a revista *Quatro Rodas*¹⁵, de dezembro de 1967, tempo em que ainda eram feitos os estudos da Sondotécnica, deu destaque à estrada como algo também positivo, que, no futuro, abriria a região ao turismo. O fato demonstra a expectativa por parte do empresariado para a região, que só foi se tornando crescente, resultando no já citado acirramento das disputas empresarias e na violência, exercida em cima das populações camponesas por conta da “pressa” da apropriação das terras. Com sua reportagem intitulada “Entre a serra e o mar”, a revista convidava seus leitores a viajarem para as praias, de maneira semelhante à *Veja*:

São tantas [praias] que a gente pode escolher uma para o uso exclusivo e fazer uma temporada de ermitão. Se for este o seu caso há até cavernas – outrora ocupadas por bichos-papões – em disponibilidade. Entre todas essas praias oferecidas para você fazer o seu tranquilo verão, cidades que pararam no tempo e agora ressurgem, destinadas a serem escalas obrigatórias do turismo nacional: Mangaratiba, Angra dos Reis, Parati, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Ilha Bela, quase todas com registro na História do Brasil. A Rio-Santos, estrada a muito esperada para transformar esse pedaço do litoral numa nova Côte d’Azur – muito mais bela, diga-se de passagem – vai surgindo aos poucos, aos trancos e barrancos, e já dá passagem em muitos dos seus trechos (*Quatro Rodas*, dezembro de 1967, p. 68).

¹⁵ Assim como a *Veja*, a *Quatro Rodas* era também uma publicação da Editora Abril S.A. Ela é anterior à revista *Veja*, pois iniciou suas publicações em agosto de 1960. Seu diretor de publicidade era Roberto Civita e Mino Carta era chefe de redação.

A reportagem da *Quatro Rodas* ainda apresenta uma listagem de rotas de viagens a serem feitas de carro no caminho da Rio-Santos, uma vez que a estrada, ainda idealizada, era de rotas precárias, chamadas pela notícia de “simples trilhas carroçáveis em tempo seco”. A matéria tinha trechos onde se apresentavam ações já preocupadas com a transformação da região em um polo para fins turísticos.

Tão belo e significativo [o cenário das ruas de Parati] que merece a admiração apaixonada até de estrangeiros, como é o caso do conde belga Frederic de Limburg Stirum, que elaborou um plano (ele é arquiteto) visando a proteção mais eficiente do conjunto arquitetônico e da paisagem circundante. Esse anteprojeto prevê, entre outras coisas, um cinturão verde em torno da cidade histórica, uma via de contorno para impedir o tráfego pelas velhas ruas, etc. Com algumas modificações sugeridas por Lúcio Costa, foi aprovado e deve ser executado (*Quatro Rodas*, 1967 p. 84).

Apesar das projeções, que já evidenciavam a corrida empresarial que se daria em torno das terras do litoral sul fluminense, foi a efetiva abertura das obras da Rio-Santos que desencadeou a forte disputa por terras na região, fato ilustrado na *Veja* de 1972.

A reportagem destacava o interesse de alguns empresários sob determinadas praias e localidades, versando sobre as suas trajetórias e sua chegada à região, com destaque para Gibrail Nubile Tannus e Maria Dutra. Ambos disputavam a região da Praia do Sono, em Paraty.

Ao contar da história de Gibrail Nubile Tannus, a reportagem afirma que a apropriação das terras ocorreu de modo pacífico com relação aos antigos moradores. A chegada do empresário à praia é justificada pelo seu fascínio pelas lendas de piratas que cercavam as áreas “do além Joatinga”. Contudo, estão presentes no texto informações que mostram que, ao menos em Paraty, havia uma resistência à apropriação das terras pelo empresariado. Consta na matéria que, desde 1943, as praias haviam sido oferecidas a Gibrail Nubile Tannus,¹⁶ que não teria aceitado devido a “problemas de consciência” para desalojar os pescadores que ali moravam. Sua escolha pela apropriação da Praia do Sono se deu apenas no final dos anos 1960, segundo a reportagem, por ali haver poucas famílias em comparação às outras áreas (*Veja*, 01/11/1972).

Sua ideia inicial era a de montar uma indústria de pesca, contudo, “os americanos” (sic), durante o início da construção da Rio-Santos, teriam lhe oferecido milhões pelas

¹⁶ Como a Praia de Pinguaba, ofertada “a 60 contos”.

terras, interessados em instalar um conjunto de hotéis na região. Tratava-se do grupo Adela (Agência para el Desarrollo Latino Americano¹⁷)-Brascan (Brazilian Canadian Corp.), uma *holding* com sede em Luxemburgo, de 240 empresas (das quais apenas oito eram brasileiras).¹⁸ O grupo se interessava pela construção do Condomínio Laranjeiras. Com a perspectiva de abrigar 70 mil turistas, visava construir no Condomínio três hotéis, um *camping* e dois clubes, fora um grande centro cultural que abrigaria salas para seminários e festivais internacionais de música e de teatro (este centro ficaria em Trindade e sua construção custaria 70 milhões de dólares).

Szmrecsányi (1986), analisando a origem do grupo empresarial Light no Brasil¹⁹, traz elementos importantes sobre a Adela-Brascan. O autor afirma que a Light foi um empreendimento gerador de altos lucros para seus acionistas, mais particularmente grupos que detinham o seu controle.

Tais lucros foram se acumulando e multiplicando através do tempo, até o próprio momento da compra de ativos da empresa pelo governo brasileiro (em circunstâncias ainda não de todo esclarecidas), compra essa que deu origem a um dos mais sólidos e prósperos conglomerados financeiros do país na atualidade, o grupo Brascan (SZMRECSÁNYI, 1986, p. 132).

Para o autor, devido ao seu porte empresarial e financeiro, a Light teve de criar formas alternativas para a reprodução ampliada de seu capital, entre elas a acumulação de patrimônio imobiliário nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a baixo preço, via desapropriações para fins de utilidade pública – distribuição de energia –, ampliado para muito além do que seria o estritamente necessário para isso (SZMRECSÁNYI, 1986). Nessa situação, o conglomerado financeiro Brascan se tornou quase que instantaneamente uma grande empresa no país.

Em outra parte, sobre a Adela, Dreyfuss (2008) afirma

¹⁷ A sigla Adela refere-se ao nome em espanhol. Em inglês, a holding se chama Atlantic Community Development Group for Latin America.

¹⁸ As oito empresas brasileiras eram: Banco de Investimento Industrial S.A.; Banco Real de Investimento S. A.; Cia. Antártica Paulista Cobrapar; Cia. Brasileira de Participação; Klabin Irmãos & Cia; Monteiro Aranha Engenharia, Comércio e Indústria S.A.; Banco Safra de Desenvolvimento S.A.; Cia. Nacional de Tecidos. No apêndice A de Dreyfuss (2008) há o nome de todas as empresas que eram acionistas da Adela, em 1972, bem como suas nacionalidades.

¹⁹ A origem da Light é canadense, com sede em Toronto. A expansão do grupo Light acompanhou o crescimento dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, estados que concentravam uma parcela considerável da renda do país. Como exemplo, a população da Cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1900 e 1940, aumentou de 700 mil para 1,8 milhão (não contando a Baixada Fluminense).

Nenhuma formação é mais representativa do processo de integração capitalista (internacionalização, centralização organizacional e fusão e interpretação financeiro-industrial) que ocorria em meados da década de cinquenta e princípios da década de sessenta do que a do gigantesco Atlantic Community Development Group for Latin America, mais conhecida por sua sigla Adela. (DREYFUSS, 2008, p. 70)

A Adela foi formada em 1962 e no início da década de 1970, seus acionistas incluíram as 240 companhias - industriais, bancos e interesses financeiros -, de 23 países. Sua função foi a de explorar as oportunidades de investimentos para as corporações multinacionais e a de criar um clima favorável para investimentos usando sócios locais (DREYFUSS, 2008). A união da Adela com a Brascan, no caso do Condomínio Laranjeiras, corrobora com a hipótese de que era já sabido pelas empresas – nacionais e internacionais - que ocorreria uma especulação imobiliária no litoral sul fluminense e que dali poderiam provir lucros em relação ao turismo.

Na data da publicação da reportagem da *Veja* já explodiam na região conflitos fundiários, ainda que o cronograma da estrada previsse sua conclusão para janeiro de 1974.²⁰ Contudo, o atraso para conclusão das obras de construção da Rio-Santos não retiraria os ânimos turísticos, nem o prolongamento dos conflitos: “De qualquer forma, previsões moderadas admitem que, dentro de três ou quatro anos, mais de um milhão de pessoas poderão estar circulando pela Rio-Santos nos dias de fins de semana” (*Veja*, 01/11/1972, p. 61).²¹ Por isso, era possível ver na região “cem números de placas com nomes de donos de loteamentos”.²²

Empresários adentraram o litoral à procura de áreas para comprar. Ao mesmo tempo, técnicos mediam a intensidade dos riachos para a captação de água para os futuros empreendimentos, e peritos iam aos cartórios de registros de imóveis procurar certidões de propriedade que muitas vezes não existiam. Porém, nestes locais – 500 quilômetros ao longo da costa – havia uma população de aproximadamente 170.000 pessoas, cuja

²⁰ A reportagem informa que eram oito empreiteiras que operaram na construção da Rio-Santos, sendo uma delas a Serveng-Civilsan.

²¹ O texto, no entanto, refuta à Angra a imagem de cidade grande, quando argumenta: “trata-se de uma ilusão de ótica. Angra, que acorda com o canto de milhares de galos, vindo do alto dos morros, onde já se penduravam esboços de favelas, e dorme mergulhada na luz negra do Farracho, onde se reúne todas as noites a melhor juventude da cidade, tem apenas 15.000 habitantes na zona urbana” (*Veja*, 01/11/1972, p. 61).

²² Referência a um subtítulo encontrado na revista, que se referia à venda de lotes de terra ao longo da Rio-Santos.

principal concentração estava em Angra dos Reis. Assim, no espaço – apropriado sem controle do Estado sobre a regularização das terras – já não mais cabiam os moradores que possuíam pouco “acesso à sociedade de consumo”: as comunidades que viviam nas terras produzindo para sua subsistência.

Em Ubatuba, Parati e Angra, os corretores oferecem, com a maior naturalidade, terras sem nenhum título legal ou onde existem vários títulos superpostos, recomendando aos seus clientes nomes de advogados muito eficientes que em pouco tempo conseguem fazer correr o processo de usucapião. Eventualmente, como já aconteceu em Mambucaba, onde, para cada metro de terreno, existem pelo menos dois proprietários regularmente registrados em cartório – alguns chegam a ter cinquenta – os livros desaparecem em incêndios inexplicáveis. Em Parati, o balbuciante responsável pelo registro de imóveis se recusa a comentar a informação divulgada algum tempo atrás por um jornal do Rio de que a soma das propriedades registradas era quase o dobro da área total do município (*Veja*, 01/11/1972, p. 64).

As compras das terras se davam apesar dos títulos superpostos e do Decreto nº 70.986, que em agosto de 1972 (três meses antes da publicação da reportagem) considerou áreas da Rio-Santos como prioritárias para reforma agrária. A matéria da revista aponta que isto se deu porque:

A verdade é que a grande maioria dos que estão descobrindo os tesouros escondidos naquelas praias sabe que a reforma agrária não teria, no caso, o objetivo ingênuo e inconsequente de desenvolver a agricultura na região, onde, além da florescente produção de quiabo em Itaguaí, vizinho do Rio, existem apenas bananais esparsos e raquíticos cobrindo uma ou outra encosta. E sabe também que as regras da Embratur, prestes a serem anunciadas com a divulgação do Projeto Turis, feito em colaboração com técnicos franceses, não devem ser tão rígidas e muito menos insensatas.

(...)

A primeira vista, reforma agrária não combina com o saudável ócio estimulado pelo sol e pela brisa marinha. Mas, sem dúvida, a corrida desenfreada em direção às praias, os conflitos entre posseiros e proprietários, e a antevisão do que está para acontecer ao longo do litoral num futuro próximo justificariam a presença simultânea dos organismos governamentais com poderes ainda maiores que o Incra ou a Embratur. Há quem veja no futuro da Rio-Santos não apenas hotéis e casas de veraneios, mas várias cidades interligadas numa fantástica megalópole que uniria Rio a São Paulo e todo o Vale do Paraíba (*Veja*, 01/11/1972, p. 64).

O trecho acima se refere especificamente ao grupo Heliomar S.A., do qual fazia parte o ex-governador Carlos Lacerda. O grupo pretendia implantar um projeto turístico, de Ubatuba a Caraguatatuba, na parte paulista da estrada.

A penúltima parte da notícia, intitulada “A luta por terra”, ilustra as disputas ocorridas no interior da classe empresarial. Ivan Masset era procurado por pessoas que visavam comprar suas terras no litoral. Ele era neto de um antigo corretor de fundos públicos e banqueiro do Estado do Rio de Janeiro, Gustavo Masset. Em tempos anteriores, seu avô embarcara em traineiras pelo litoral comprando terras.

Na maioria, eram adquiridas em hastas públicas e [Gustavo] Masset aparecia quase sempre como único licitante. Chegou a ser dono de mais da metade dos sobrados coloniais de Parati, de dezesseis propriedades em Ubatuba, setenta na Ilha Grande, de algumas das principais ilhas da baía do Ribeira e de mais de trezentas fazendas ao longo da costa e que se prolongavam pela serra. Talvez fosse, realmente, como diz seu neto, “um visionário”. Além das áreas, Gustavo Masset só realizou benfeitorias nas fazendas serra acima, mantendo intocáveis e até mesmo inatingíveis suas propriedades à beira-mar, como se adivinhasse o destino que estava sendo reservado para essas praias (*Veja*, 01/11/1972, p. 65).

Outra grande proprietária do litoral que disputava terras da Praia do Sono era Maria Dutra. Gaúcha de Jaguarão, filha de criação do general Idálio Sardenberg, ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, era chamada de “Maria Brasa” porque mostraria “... que nem sempre os negócios eram feitos apenas com viagens de traineiras e sob o manto da justiça” (*Veja*, 01/11/1972, p. 65).

As disputas de Maria Dutra com outros proprietários pelas posses das terras mostram que entre a classe empresarial também se praticava a violência, muito embora em níveis bem diferentes daquela praticada contra os pescadores e agricultores.

A “Dutra”, como era conhecida, lutou com bravura por cada metro quadrado dos milhares que possuía. Sofreu desastre de avião, viu o rancho que levantava na praia da Bexiga ser incendiado e diz que ainda pretende escrever um livro sobre suas aventuras. Elas começaram quando “Maria Brasa” decidiu fazer uma casa para fins de semana em Angra. Formada em economia e uma espécie de assessora do marido para assuntos de finanças, ela passou a comprar terras no litoral, mesmo sabendo que algumas eram disputadas às vezes até por quinze supostos proprietários. E, à medida que obstinadamente lutava para regularizar os títulos de propriedade, foi colecionando inimigos cada vez mais rancorosos e intrigantes (*Veja*, 01/11/1972, p. 65).

Ao mesmo tempo que agressões eram feitas entre os empresários, cercas de arame farpado surgiam em toda parte.

Esses intrépidos conquistadores não respeitam nem mesmo os limites entre Estados. O marco na divisa entre São Paulo - Estado do Rio, na ponta de Trindade, uma sólida coluna de pedras de cujos ângulos saíam imaginárias linhas divisórias, foi devastado a golpes de talhadeiras para que a praia da Fazenda fosse mais paulista e menos fluminense (*Veja*, 01/11/1972, p. 66).

Outro episódio apresentado na revista mostra ainda o que ocorria com aqueles profissionais que se colocavam contra os empresários e empresas. Consta na reportagem que um advogado teria denunciado Maria Dutra como *grileira*, e por isso foi obrigado a ajoelhar-se diante dela em plena rua e proclamar aos berros. “Povo de Parati. Esta é a primeira vez que tenho a honra de conhecer uma grande dama” (*Veja*, 01/11/1972, p. 65). Como se pode observar, a categoria *grileiro* não era utilizada para designar apenas aqueles que agiam despejando os antigos moradores da região, mas também era usada entre os próprios empresários para designar aqueles que ameaçavam suas posses. A categoria ainda é mais complexa de ser entendida se levarmos em consideração o contexto de diversas disputas.

Apesar das disputas, também houve concordâncias entre a classe empresarial: Maria Dutra entrou em acordo com o ex-fazendeiro, chefe de uma central de abastecimento no Rio e diretor de sua fábrica de tecidos, Carlos Borges, que, dos anos 1950 em diante, teria se transformado em proprietário de três mil hectares e 12 quilômetros de uma área de frente para o mar num trecho da baía da Ilha Grande. Cabe ressaltar que nesta época já havia sido construído o Hotel do Frade,²³ de propriedade de Carlos Borges.

No bojo destes conflitos fundiários entre empresários e entre estes e as populações do campo, a atuação de advogados ocorreu de forma significativa, havendo aqueles que operaram defendendo os interesses empresariais, os interesses estatais e aqueles que militaram em defesa das populações tradicionais, lutando por sua permanência na terra.²⁴

²³ Alguns hotéis e outros empreendimentos, igualmente, foram construídos na época: Doxiadis, Cypress Garden.

²⁴ Para análise do papel dos advogados, ver o capítulo produzido por Ana Claudia Diogo Tavares e Mariana Trotta Dallalana Quintans.

A seguir, referimo-nos apenas aos advogados militantes, que foram aqueles sobre os quais conseguimos coligir maior número de informações.

Um dos advogados que atuou na região, sobretudo na defesa dos *caiçaras* de Trindade, foi Heráclito Fontoura Sobral Pinto. Desde 1976 o seu escritório, através do advogado Jarbas Macedo de Camargo Penteado, acompanhou casos de pescadores e agricultores do litoral sul. No processo de lutas em Trindade, por exemplo, Jarbas Penteado agiu por meio de uma organização, a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB), instituída pelos *caiçaras* e por estudantes que frequentavam as praias do local e se sensibilizaram com a causa destes moradores.

Sobral Pinto era jurista de grande projeção política. Era mencionado como alguém de êxito na profissão e atuante na história do Brasil como defensor da democracia e da constituição (GOLDMAN e MUAZE, 2010). Igualmente, era descrito como “franciscano”, por não cobrar honorários pelos serviços prestados a presos políticos e pessoas pobres.²⁵ Para Goldman e Muaze, a atitude se explica: a luta pela liberdade e pelos direitos humanos travada pelo jurista era proveniente de uma filosofia humanista. Sobral Pinto era ligado ao catolicismo leigo e, como tal, acreditava que a doutrina da Igreja deveria defender uma justa distribuição de riqueza e, com isso, evitar que a civilização cristã desaparecesse do território brasileiro.²⁶ Implícito neste discurso está a ideia da missão do intelectual:

Cabe à intelectualidade em sua reflexão e atuação na práxis reverter o quadro de secularização da sociedade. É preciso recristianizar o voto. Sobral responsabiliza os católicos por omissão de participação nos assuntos coletivos ou por um equívoco na instrumentalização errônea da política, como no caso do apoio da Igreja ao fascismo e regimes autoritários (GOLDMAN e MUAZE, 2010, p. 23).

É o *ethos* católico, conforme as autoras, que explica a atuação de Sobral Pinto, que, apesar de ter apoiado a ditadura em um primeiro momento, defendeu juridicamente presos políticos cujas causas eram distantes de suas convicções, bem como sujeitos

²⁵ Dentre eles estava Miguel Arraes (em 1962, foi eleito governador de Pernambuco pelo Partido Social Trabalhista); Francisco Julião (advogado e deputado pelo PSB, liderança das Ligas Camponesas) e Luiz Carlos Prestes (liderança do Partido Comunista Brasileiro).

²⁶ Apesar de católico, Sobral Pinto, era antagonista à Teologia da Libertação.

oprimidos por empresas e latifundiários e sem condição de defesa.²⁷ Uma das demonstrações de repúdio ao autoritarismo era a sua não aceitação de honorários dos presos políticos e oprimidos. Isto, para ele, era uma forma de adquirir autoridade diante dos militares (GOLDMAN e MUAZE, 2010), tendo em vista medidas discricionárias como os Atos Institucionais 2 e 5.²⁸

Em Trindade, Sobral Pinto, através do advogado Jarbas Penteado, atuou sem cobrar honorários e sua ação resultou na parcial vitória *caíçara* frente à apropriação das terras pela Adela-Brascan (e, posteriormente, a Cobrasinco, como veremos). Passou a defender os trindadeiros a partir do recebimento de uma carta assinada por eles, mas escrita e entregue por Angela Mascelani e outros estudantes, tais como o Guy Van de Beuque e o Enio Browns Filho. Os estudantes procuraram Sobral Pinto baseados no seu sucesso na defesa de presos políticos no Estado do Rio de Janeiro, mas, principalmente, na sua postura cristã. “Então, a ideia foi um pouco essa: ele, diante de uma injustiça tão grande, ele seria sensível; na medida em que ele era cristão. Então, a gente achou que essa coisa da justiça e injustiça assim...” (Angela Mascelani, entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva, em 26/03/2015).

Angela Mascelani ainda informou:

E aí, viemos, então, eu, Guy e Enio – que era um jornalista (...) então, o Sobral Pinto pediu que lesse a carta; eu li a carta para ele. E ele falou: “Já peguei. Eu vou chamar um rapaz que vai ser o meu representante. É um rapaz que vai ajudar a vocês a fazer tudo o que tem que ser feito agora”. E aí, chamou o Jarbas.

Segundo Angela Mascelani, a entrada do jurista na defesa dos trindadeiros marcou um novo momento no jogo político no qual o conflito em Trindade se inseria. Sobre o apoio dado pelos advogados, Braga (1983) relata a força simbólica disso, que teria estimulado os trindadeiros a se organizar de maneira mais ampla:

²⁷ Para Sobral Pinto, a deposição de Goulart significava o estabelecimento da ordem num momento político difícil do Brasil e a intervenção era bem-vista, entretanto, a sua permanência não, e, por isso, passou a defender os presos do autoritarismo.

²⁸ O primeiro Ato Institucional consistia no fechamento dos partidos políticos, limitando a apenas dois; na permissão ao presidente em declarar estado de sítio, sem prévia aprovação do Congresso; na permissão a Justiça Militar para julgar civis. O segundo Ato proibiu o acesso dos advogados aos *habeas corpus* de seus clientes; também deu ao Estado legitimação para intervir nos estados e municípios; deu ao Presidente da República o poder de decretar o fechamento do Congresso Nacional; deu ao Presidente direito de cassar os direitos políticos dos brasileiros, nos casos entendidos como subversivos à ordem (nesse sentido, o Ato permite medidas de seguranças tais como as liberdades vigiadas e as proibições de frequência em lugares e domicílios tidos como suspeitos).

Contando com esse apoio, os trindadeiros passam a fazer valer, na prática, seus direitos possessórios sobre as áreas de lavouras nunca negociadas com a empresa. Com as concretizações das ações de despejo movidas pela “Companhia”, e impedidas de transferirem-se para as “posses de trabalho”, as vítimas dos despejos decidem permanecer em Trindade, seja na beira da estrada, seja na posse de parentes. Alguns ocupam a posse de lavouras e passam a construir as casas em regime de mutirão, ocupando-as imediatamente, sem dar tempo aos jagunços de encontrá-las vazias e derrubá-las, como já o haviam feito outras vezes. Para contrariar o argumento da empresa de que restava em Trindade apenas “meia dúzia de teimosos e ambiciosos, querendo lucrar duas vezes na venda de uma mesma posse”, os caiçaras constroem vinte e três casas em trinta e seis dias, demonstrando que Trindade ainda estava ocupada. Tais casas eram erguidas durante o dia e à noite eram vigiadas em rodízio até que ficassem em condições de abrigar uma família (BRAGA, 1983, p. 24).

Por conta desta conquista, o jurista, até os dias de hoje, é considerado uma referência para a população trindadeira, tendo a rua principal do local recebido o seu nome.

Outro advogado que se destacou na defesa de trabalhadores do campo no litoral sul fluminense foi Thomaz Miguel Pressburger. Nascido na Hungria e naturalizado brasileiro, formou-se em Direito em 1959 e, no ano seguinte, em Brasília, juntou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) onde militou até ser preso em 1969 (foi solto apenas em 1973). No ano de 1978 se fixou no Rio de Janeiro e passou a atuar como assessor jurídico da Comissão Pastoral da Terra (CPT), defendendo as causas dos ameaçados pela expropriação no campo do Litoral Sul, da Baixada e da Região Serrana do estado.²⁹ Em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Servolo de Medeiros, em 31/03/2015, Maria Emília Pacheco, membro da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)³⁰ e atual presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), que na década de 1980 atuou junto à CPT nos conflitos na região do

²⁹ Encontramos um documento do SNI sobre a atuação clerical em Paraty onde há registros sobre o advogado Thomaz Miguel Pressburger. Há outros arquivos militares relativos à sua militância, no caso, sua participação junto a “Ala Marighella” (nome dado ao agrupamento fundado por Carlos Marighella – Agrupamento Comunista de São Paulo), quando houve a aprovação da sua expulsão pelo Comitê Central do PCB, em 1967.

³⁰A Fase foi fundada em 1961 e seu trabalho neste tempo tinha por base o associativismo e o cooperativismo. Com o golpe de 1964, e, mais adiante, com a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base, a Fase passou a apoiar movimentos sociais. Dentre eles, a organização dos trabalhadores rurais no Nordeste, os trabalhadores das indústrias metalúrgicas do Sudeste (ver mais em <http://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>). Segundo Maria Emília Pacheco, a Fase em sua origem era católica e depois veio a se laicizar.

litoral sul fluminense, em especial em Angra dos Reis, afirmou que a leitura de Pressburger das leis (um projeto burguês) por vezes dificultava mediações. Isso porque, dentre outras coisas, os trabalhadores do campo eram visitados sistematicamente por oficiais de justiça, que iam às suas casas com ofícios de despejo timbrados e com escrita difícil para quem pouco sabia ler. Nesse sentido, para a entrevistada, era preciso fazer uma releitura política das leis para que os mesmos pudessem se apropriar delas. Como a maior parte da população era analfabeta e precisava de intermediários que explicassem os termos de uma escrita mais formal, percebe-se a importância crucial do papel dos advogados, inclusive como formadores políticos.

Numa perspectiva mais ampla, com base em Bourdieu (1989), as representações que os grupos sociais têm de si e dos outros grupos contribuem para o que esses conjuntos são e o que fazem. Nesse sentido, a afirmação acima nos dá pistas acerca da representação simbólica destes trabalhadores sobre a justiça e sobre os agentes da justiça – os oficiais e advogados –, vistos ora como intimidadores, ora como canais quase que exclusivos de vitória de sua resistência na terra.

Sobre o aspecto da mediação³¹, o documento “Atuação da esquerda clerical”, feito pelo SNI em 1977, apresenta outras ações do advogado militante (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77). Consta nele que um ofício foi enviado ao prefeito de Paraty, perguntando sobre o envolvimento de grupos religiosos em problemas existentes na Fazenda Barra Grande, fato que foi respondido negativamente. Diante da resposta dada, o SNI concluiu que algum funcionário, ou o próprio prefeito da cidade, revelou a chegada do ofício ao advogado Miguel Pressburger e ao padre Pedro Geurts, do clero local e também da CPT.

Além destes sujeitos, organizações como a CPT também foram vigiadas por suas atuações no litoral sul fluminense. A CPT chegou a Angra dos Reis em 1976, segundo Marília Campos³², em entrevista a Iby Montenegro de Silva em 15/05/2015. Ou seja, um

³¹ Para Neves (2008), o mediador cumpre a tarefa de consagrar universalidades diante de diferentes universos de significação de distintos grupos sociais – projetos políticos e formas de enquadramentos de signos conforme categorias de reconhecimentos e de segmentação social.

³² Marília Campos foi professora de história em escolas públicas de Angra dos Reis durante a década de 1990. Quando chegou à região, fez uma pesquisa sobre a realidade local, entrevistando antigos moradores e reconstruindo com os alunos a história do município a partir destas vozes. Tinha ligações com o PT regional.

ano depois de seu nascimento, em 1975, por ocasião de um Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A Fase foi procurada pela CPT e os recém-ingressos nesta organização foram atuar no litoral sul fluminense, dentre eles, Maria Emília Pacheco. Para Pacheco, a chegada da CPT ao litoral se deu através da Igreja local, que era plural, tendo católicos progressistas e conservadores. Tanto para Maria Emília Pacheco, quanto para Marília Campos, a CPT se constituiu no estado por conta da ação de alguns bispos, como Dom Waldyr Calheiros, de Volta Redonda, Dom Adriano Hipólito, de Nova Iguaçu, Dom Vital Wilderink, do litoral sul fluminense, e Dom Mauro Moreli, de Duque de Caxias. Conforme Marília Campos, eles se reuniam num lugar denominado “marco zero” e lá se originou a articulação para o trabalho da CPT nas regiões. No caso de Angra dos Reis, Marília Campos aponta que a Comissão “[...] entra justamente amparando esses sujeitos que estavam sendo expropriados, desterritorializados” (Entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 15/05/2015). Pacheco relata que, neste município, Dom Vital Wilderink teve um papel articulador dentro da diocese e por diversas vezes visitou as áreas em conflitos.

Segundo os relatos das entrevistadas acima, além de Dom Vital, frei Jorge Camper, pertencente ao Convento do Carmo, exerceu atividades fundamentais de suporte e defesa dos expropriados. No que concerne ao frei, Maria Emília Pacheco narrou um episódio ilustrativo das atividades de organização nas lutas dos trabalhadores do campo por parte destes católicos. Certa vez frei Camper e Maria Emília Pacheco foram realizar uma reunião com os trabalhadores de Itapinhoacanga, e a assessora teve de entrar no local alegando ser freira. Informaram aos agentes privados de um empreendimento que iam realizar uma celebração no local: “Nós passamos por um verdadeiro corredor polonês, de segurança privada armada” (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Servolo de Medeiros, em 31/03/2015).

Além da Pastoral da Terra, em Angra dos Reis também se organizou a Pastoral Operária, e das duas organizações surgiram importantes lideranças da região. Em Angra dos Reis, Ney Robes (CPT); Luiz Sergio (Pastoral Operária e liderança da greve dos funcionários da Verolme); e Castilho (CPT). Já em Paraty, podemos citar Valdevino Cláudio dos Remédios, formado pela CPT e liderança em Barra Grande, além de ter feito

parte da diretoria do STR local. Igualmente, foi originário dessa linha da Igreja o Partido dos Trabalhadores (PT) de Angra dos Reis.³³

Entretanto, com o golpe, à medida que iam se unindo às classes populares e à luta por justiça social, os setores eclesiásticos se tornavam alvo da repressão política. Em documentos do SNI sobre sua atuação, os agentes da Igreja progressistas eram chamados de “esquerda clerical” (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77). Em documento datado de 06/10/1977, há registro de parte da trajetória de padre Pedro Geurts no litoral. Consta que, em maio de 1977, o padre manteve contato com Ivo Poletto, secretário da CPT Nacional, sediado em Goiânia, fazendo a ele um relato sobre a situação dos conflitos por terra em Paraty. Seu relatório versou sobre os seguintes conflitos: São Gonçalo, São Roque, Barra Grande, Taquari, Paraty-Mirim, Laranjeiras, Trindade, Praia do Sono-Fazenda Mamanguá e Campinho da Independência. Ele ainda menciona o nome de alguns de seus companheiros de ação na região,³⁴ bem como a linha que estas ações seguiriam: “O trabalho mais importante agora é o fortalecimento da comunidade, e isto não é fácil por causa das mudanças sociais e do aliciamento da sociedade de consumo”. Possivelmente, a sociedade de consumo à qual padre Pedro se referia é o avanço turístico e industrial na região. O material ia ser utilizado nas edições do *Boletim da Comissão Pastoral da Terra*, de circulação nacional. No documento também consta um relato do padre Pedro Geurts a Ivo Poletto, no qual ele revela estar sendo perseguido.

Outro documento do SNI sobre a atuação da esquerda clerical em Paraty, datado de 26/08/1977, também revela a vigilância sobre essas ações, sobretudo sobre pessoas leigas que atuavam junto à CPT (Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional. Documento AC_ACE_115684_77_007). Consta nele que Manoel Pedro Silveira Filho – advogado exercendo a função de procurador da Prefeitura Municipal de Paraty – e Thomaz Miguel Pressburger compareceram a uma reunião na Fazenda Barra Grande. A ida ao evento teve o objetivo de assessorar lavradores quanto a outra reunião que estes teriam com a empresa que se dizia proprietária da terra e queria celebrar contratos com

³³ Informação retirada da entrevista com Marília Campos, concedida a Iby Montenegro de Silva em 15/05/2015. Depois do restabelecimento das eleições em Angra dos Reis, Ney Robes, Luiz Sergio e Castilho foram prefeitos deste município pelo PT.

³⁴ São eles: Thomaz Miguel Pressburger e os bispos Dom Waldyr Calheiros, Dom Adriano Hipólito, Dom Vital Wilderink, Dom José Costa Campos e Dom Clemente Isnard. Também constam os nomes Eni, Vital, Joel e João.

eles. A reunião de assessoria não se efetivou porque John Wilson da Costa, advogado e sócio da fazenda, não permitiu que tais advogados dela participassem.

Os advogados souberam da situação da fazenda a partir do Ofício nº 3411, de 20/05/1977, passado a eles pelo prefeito local, como já mencionado anteriormente. O documento informava que a Fazenda Barra Grande vinha obrigando os camponeses a assinar um contrato elaborado pela própria fazenda. O prefeito, além de passar o ofício, também aconselhou os posseiros a buscar o procurador da Prefeitura, Manoel Pedro Silveira Filho, como uma pessoa que poderia tratar do assunto. Dias depois, Pedro Geurts, pároco local, procurou o chefe do gabinete do prefeito, solicitando uma entrevista com o procurador. Na ocasião o procurador foi informado de que os camponeses desejavam seus serviços profissionais, para assessorá-los na reunião que haveria em Barra Grande.

O conflito na Fazenda Barra Grande era por permanência na terra, mas também se tratava de fazer cumprir o pagamento de 10% da produção à fazenda, como estabelecido com os seus antigos proprietários, à revelia de Iole Cambareli, então dona da Fazenda, como veremos a seguir. Em consequência dessas denúncias, foi efetuada uma inspeção trabalhista na área, pela Subdelegacia do Trabalho de Volta Redonda. O relatório foi feito em 15/06/1977, onde constam os seguintes trechos:

- A maioria das empresas instaladas no município de Paraty apresentam irregularidades na situação trabalhistas de seus empregados.
- No que se refere especificamente às empresas agropecuárias, a situação é bastante complexa e problemática, podendo ser considerada até caótica.
- Enquanto grandes capitalistas disputam as posses das terras, aproximadamente mil trabalhadores e seus familiares são apossados por capatazes de uns e de outros, vivendo uma situação de insegurança e miséria, por estarem impedidos de trabalhar e
- Tudo isso vem acontecendo em terras que, por Decreto Presidencial, são consideradas áreas prioritárias para a Reforma Agrária, além de boa parte delas serem reconhecidas como de propriedade do Estado do Rio de Janeiro (Atividades subversivas – áreas de tensão – atuação da esquerda clerical. 26/08/1977. Memórias Reveladas/Arquivo Nacional. Documento AC_ACE_115684_77_007).

Diante de tais notas, foi solicitado um levantamento das falhas trabalhistas existentes na região, mas também dados sobre o possível envolvimento de autoridades religiosas no assunto.

Os STRs de Angra dos Reis e Paraty foram espaço de defesa das demandas dos trabalhadores do campo do litoral sul fluminense e também foi objeto de perseguição pelo

regime. Entretanto, diferentemente do clero, estes espaços foram disputados pelo Estado e pelo empresariado, por parte do primeiro, para afastar lideranças vinculadas a organizações de esquerda e, por parte do segundo, para convencer os trabalhadores a assinarem contratos de venda das suas terras às empresas.

Sobre o STR de Angra dos Reis, obtivemos poucas informações a partir da história oral. Fizemos uma entrevista com José Flaviano Farias, que foi do STR ao longo da década de 1980. Segundo o relato, concedido a Iby Montenegro de Silva, em 14/05/2015, no tempo em que participou das atividades, “o sindicato enfrentou muita luta. É área de conflito, área de despejo”.

O STR foi fundado em 1964, por Zé Correia, de trajetória comunista, segundo José Flaviano Farias. Contudo, foi fechado e Zé Correia foi cassado: “Nessa época era lavrador, nem falava rural”. O entrevistado nos informou que muitos dos que haviam se inscrito neste primeiro sindicato foram presos no Colégio Naval; no entanto, não foi possível verificar a veracidade deste relato. Além disso, e ainda conforme o entrevistado, o almirante Jair Carneiro Toscano de Brito, então prefeito de Angra dos Reis, teria conseguido o estatuto do sindicato, entregando-o a Jovino Rodrigues Silva, o primeiro presidente do STR de Angra dos Reis, reconhecido em 1973.

Não sabemos como se desenvolveram as ações sindicais dos trabalhadores rurais de Angra dos Reis no período posterior à entrada de Jovino Rodrigues Silva, contudo, chegamos à informação de que ao longo dos anos 1970 e 1980 houve encontros entre estes sindicalistas e os de Paraty, conforme nos relatou José Flaviano Farias em sua entrevista. Também houve encontros entre eles e a Fetag. Em sua entrevista, José Flaviano Farias rememorou suas reuniões com a Federação e suas idas aos cursos de formação política da Fetag da época.

No que se refere ao STR de Paraty, Valdevino Cláudio dos Remédios afirmou, em entrevista concedida em 1983, que a vida sindical e da política do município acontecia no contexto dos conflitos de terra (Entrevistador desconhecido. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). O STR de Paraty foi fundado em 1964, tendo à frente o trabalhador rural Hélio Cardoso. Contudo, por motivos obscuros à presente pesquisa, foi perseguido e ficou afastado do cargo. Após uma sequência de presidentes, o STR sofreu uma intervenção no seu processo administrativo/político e, segundo Valdevino Cláudio dos Remédios, houve um período em que não houve eleições no STR, mas sim uma “comissão” ou “junta governativa”. O presidente da junta governativa era Jair Alves da

Silva. Para Valdevino, sua presidência “andou bem” do ponto de vista administrativo, entretanto, houve complicações quando se iniciaram os conflitos por terra na praia de Trindade, porque ele era visto como alguém que defendia os trabalhadores frente aos *jagunços*, mas pessoas que faziam parte do corpo administrativo do STR eram suspeitas. Narrou que o então advogado do sindicato, Antônio Francisco Mayer³⁵, havia pego a procuração de um trabalhador rural de Trindade, alegando com isso fazer um documento de pedido de usucapião, mas o documento foi entregue aos advogados da empresa Adela-Brascan. Outro caso foi a ida deste mesmo advogado à Barra Grande, com o então delegado de polícia, Gentil de Oliveira Amaral, no intuito de fazer os trabalhadores rurais locais assinarem contratos de comodato. Outro dado que demonstraria que os sindicalizados não eram simpáticos ao STR de Paraty é a atuação jurídica de Jarbas Penteado em Trindade, Barra Grande e São Gonçalo. O fato de haver nestes locais a defesa de um advogado de fora do STR mostrava o quão distante a instituição estava da representação destes trabalhadores, posto que o sindicato tinha seu próprio advogado. Esses e outros fatos³⁶ refletiam a falta de confiança dos trabalhadores rurais na presidência de Jair Alves da Silva. Segundo Valdevino: “Então, o pessoal foi achando por bem que tinha que mudar o sindicato”.

No final de 1981, houve uma reunião entre a Fetag e o STR de Paraty para discutir a realização de um ato na cidade com o objetivo de denunciar os diversos conflitos que ali ocorriam, com início em Campinho e Patrimônio. Para a ocasião, delegou-se a feitura de um relatório sobre os conflitos de terra de cada comunidade. Apesar de ser parte da diretoria, Valdevino Cláudio dos Remédios não foi chamado para a reunião, fato que demonstra as tensões internas entre os próprios delegados sindicais. Ainda em 1981, Valdevino se reuniu com participantes da CPT, padre Pedro Geurts, Miguel Pressburger, Irmãos Ju e Beth, que o alertaram sobre o advogado do STR: “[...] tem um processo de vocês lá dentro do Fórum, engavetado” (Entrevistador desconhecido 1983. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Esses fatos mostram que além das disputas entre empresas e trabalhadores, explícitas na presença de advogados favoráveis às empresas e na resistência destes

³⁵ O nome pode ser de Maia, os documentos escrevem o nome de formas diferentes.

³⁶ Outro assunto que teria gerado um descontentamento dos sindicalizados com relação ao STR foi o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), criado em 1971, mas que chegou ao STR de Paraty somente em 1976. O programa tinha ações voltadas para a aposentadoria, pensão, serviços de saúde, serviços sociais, etc.

trabalhadores a suas orientações, os STRs foram locais de embates de perspectivas de ação dos seus próprios representantes sobre os conflitos e as estratégias de defesa.

Maria Emília Pacheco mencionou dificuldades de construção de estratégias comuns entre as distintas organizações que defendiam os trabalhadores, a partir da análise da relação entre a Fase e o STR de Angra: entre ambas as organizações havia visões diferentes sobre o papel do sindicalismo e sua forma de atuação. Contudo, destacou que a direção do sindicato era formada por agricultores atingidos: “Você tinha que reconhecer que ele era alguém que estava no centro de uma luta” (entrevista a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Servolo de Medeiros, em 31/03/2015).³⁷

Era preciso, por parte das organizações, uma mediação para costura dos distintos universos de significação dos trabalhadores do campo, entendendo que tais ações se verificavam num contexto de autoritarismo, onde era difícil o acesso e o apoio de organizações de forma mais ampla e organizada. Conflitos foram deflagrados porque houve a resistência das populações tradicionais à sua expulsão. Para permanecerem na terra, esses sujeitos buscaram diversas alternativas, desde a própria atitude de ficar em suas residências, mesmo sob o risco de serem espancados, mortos, desaparecidos, agredidos e perderem suas benfeitorias, até a publicização das violências à sociedade, mediados por organizações e pessoas com condições de intervir de alguma forma.

5. Os conflitos por terra no litoral sul fluminense

No texto que se segue apresentaremos os conflitos que mais se destacaram no decorrer de nossa pesquisa, por mostrar mais claramente como se operou a expulsão das populações camponesas pelos empreendimentos turísticos e industriais. Sobre esses conflitos, obtivemos informações mais detalhadas quanto às práticas das empresas – a maneira como se dava a expropriação e a violência praticada – e quanto à resistência das populações sobre aquilo que os atingia, bem como quanto à ação dos agentes que agiram em suas defesas.

³⁷ A fala se refere ao então presidente do STR, Mario Monteiro, que era agricultor expropriado da região de Zungu. Provavelmente, este sindicalista presidiu a instituição ao longo da década de 1980.

5.1. Praia do Sono – Fazenda Santa Maria do Mamanguá – Paraty

A Praia do Sono localiza-se no Município de Paraty, próximo a Trindade, ao norte da antiga Fazenda Laranjeiras, junto à divisa com São Paulo. No início da década de 1970, viviam na região em torno de 200 famílias, que cultivavam produtos para a sua subsistência e para mercados locais: banana, mandioca, feijão, além da pesca. O transporte destes produtos era feito a pé ou em barco de remo até o centro de Paraty.

Após o anúncio da construção da Rio-Santos, pretensos proprietários, sobretudo de origem paulista, apareceram para fazer investimentos na região, embora alguns deles já tivessem terras ali há mais tempo. O mais conhecido destes foi Gibrail Nubile Tannus que, nesta década, era presidente da Engenheiros Associados S/A (EASA), empresa de produção de componentes eletrônicos, como transmissores de radiodifusão, transformadores.

Adriana Mattoso era uma estudante que nos anos 1970 frequentava a Praia do Sono e, principalmente, a Praia de Trindade, que é vizinha. Ao vivenciar os conflitos em ambos os lugares, em 1978, se prontificou a fazer um documentário, de modo a registrar a repressão que ali se fazia contra os moradores. O documentário, finalizado em 1979, chama-se *Vento Contra*, fazendo uma referência à resistência destes mesmos moradores à expulsão das terras onde viviam havia gerações. Uma cena do documentário mostra as justificativas da ação de Gibrail Nubile Tannus: “Eu tenho plano turístico aprovado pelo Incra, Embratur e Patrimônio Histórico”. Outra cena capta a chegada da polícia à região do Sono, para esclarecer uma acusação de invasão de terras. Gibrail Nubile Tannus estava presente e argumentou: “Não há nada. Tudo em paz. Fotografa aqui também a prospecção mineral. Estamos começando. Está sendo exportado granito para a Espanha e Itália”.

Segundo documento do SNI, de nome “Áreas ocupadas por posseiros – Município de Paraty”, feito em 20/08/1985, Gibrail Nubile Tannus conseguiu firmar no local um projeto de exploração de minérios, autorizado pelo Departamento Nacional de Pesquisas e Lavras (DNPL) e também um projeto turístico aprovado pela Embratur (Memórias Reveladas/Arquivo Nacional. Documento ARJ_ACE_12131_85). O documentário afirma que

Gibrail se utiliza da aprovação desses projetos para despejar e/ou indenizar famílias por preços irrisórios que, muitas vezes, acabam voltando para se instalarem na área, depois de constatarem que foram enganados. Os moradores da Praia do Sono acusam Gibrail de tê-los iludidos a assinar um termo de comodato pensando que iriam obter a posse da terra. Pelo

comodato, abriram mão de seus direitos de posse como antigos ocupantes e reconheceram, implicitamente, Gibrail como legítimo proprietário, inclusive, admitindo plantar só certas lavouras e se obrigando a devolver as terras ao dono, quando este determinasse (MATTOSO, 1979).

Gibrail Nubile Tannus chegou à Praia do Sono quando comprou da família Teófilo Ramek títulos (330 alqueires) da Fazenda Santa Maria do Mamanguá, próxima à Praia. Contudo, ainda que com apenas parte da fazenda sobre sua posse, no processo de especulação da área, dizia-se dono da fazenda toda, ou seja, dono das áreas a ele não pertencentes, como Ponta Negra, Antigo Grande e Antigo Pequeno. Segundo padre Pedro Geurts, no decorrer dos anos 1960 e 1970, o empresário grilou as terras e as legalizou posteriormente, com conivência de órgãos públicos como o cartório. Pedro Geurts ainda comentou sobre a disputa pelo local por Maria Dutra.

O que recentemente veio à tona (1976) pelo caso judicial contra a conhecida grileira Maria Dutra, que foi presa em flagrante arrancando as folhas de escritura destas terras num livro de registro de imobiliários, no cartório de Paraty, querendo desfazer a “corrente de segurança” do Gibrail, cujos documentos de propriedade voltam ao século XVI (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).³⁸

O vizinho Condomínio Laranjeiras também cobiçava essas terras e fazia propostas de compra, como relatado no item anterior. Tais investidas de apropriação se acentuaram ao longo das décadas de 1960 e 1970, quando *jagunços* a mando de Gibrail Nubile Tannus começaram a sistematicamente coagir os moradores da região.

Num primeiro momento, o empresário obrigava os posseiros a assinarem contratos de comodato e chegou a lhes oferecer uma área de 400 metros em Mãe D’água, local impróprio para viver, uma vez que lá batia pouco sol e era cheio de mosquitos, segundo uma moradora (SIQUEIRA, 1984, p. 46). Em 1969, Gibrail Nubile Tannus começou a induzir os posseiros, em sua maioria analfabetos, a colocar suas impressões digitais em um documento de escritura de comodato, alegando que a assinatura daqueles papéis lhes garantiria a posse da terra. No entanto, a escritura garantia ao empresário o direito ao título da terra, posto que com ela os posseiros passavam a ser considerados inquilinos. De acordo com Siqueira (1984), as impressões digitais foram colocadas nestes

³⁸ Como mencionado no item anterior, trata-se de um relatório feito pelo padre à CPT Nacional.

documentos depois que o pastor Agostinho Ignácio (que se dizia antigo tenente expedicionário, ou seja, alguém de qualificação militar, o que, num contexto de ditadura, invocava intimidação e repressão) convenceu os posseiros de que aquela era a decisão mais acertada.

O documentário *Vento Contra* (1979) mostra que, além da Praia do Sono, o empresário chamou os posseiros de Ponta Negra para assinar “uma folha que dava as terras aos pescadores”. Porém, estes já estavam desconfiados. Um posseiro disse: “[ele] não trabalha, nós trabalhamos. Ele diz que não tinha canoa, nós tínhamos. Ele diz não faz caça, nós fazemos. Ele diz não faz casa, nós fazemos. Por que onde nós vamos cair se é aqui que vivemos? Fomos nascidos e criados aqui”.

O relatório do padre Geurts aponta que esse tipo de ação era uma maneira que se tinha para expulsar os moradores da região. No entanto, havia ainda outra tática: em 1977, data de feitura do relatório do padre, Gibrail Nubile Tannus também pagava Cr\$ 10.000,00³⁹ para que posseiros delatassem à justiça outros posseiros que tinham assinado contratos, porém não haviam saído de suas casas, criando, assim, intrigas entre eles. As delações ainda envolviam situações em que, além dos contratos de comodatos, as famílias, forçosamente, assinavam contratos para receber do empresário entre Cr\$ 5.000,00 e Cr\$15.000,00⁴⁰ para deixar as suas casas e benfeitorias. Sobre isso, padre Pedro Geurts, acrescenta: “Logo que estes saíram suas casas foram derrubadas, para nunca mais poder reclamar posses antigas”. Os posseiros que ficavam eram proibidos de fazer melhorias em suas benfeitorias (SNI. Relatório. 06/10/1977. “Atuação da esquerda clerical”. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Progressivamente os posseiros foram percebendo tais violações e foram resistindo a elas, lutando pela sua permanência na terra. Ao mesmo tempo, os *jagunços* começaram a queimar suas casas e suas lavouras (foram 70 casas destruídas). Os trabalhadores que resistiam às pressões de Gibrail Nubile Tannus em sua maioria residiam na orla do mar em casas comodatadas com o empresário, o que traz pistas sobre a possibilidade da queima não ser apenas de “casas abandonadas”, mas, sim, de casas habitadas por estes posseiros, porém, reconhecidas como de posse do empresário. Do mesmo modo, foram

³⁹ Em outubro de 1977, ou seja, na data em que foi feito o relatório pelo padre Geurts, o salário mínimo no Estado do Rio de Janeiro era de Cr\$ 1.106,40. O valor, portanto, equivalia a 9,04 salários mínimos. Contudo, no decorrer dos anos o salário mínimo aumentou potencialmente, o que significa que esses preços pagos podem corresponder a pagamentos de menor valor em relação ao valor do salário mínimo referente. Por exemplo, em 1978, o valor do salário mínimo era de Cr\$ 1.560,00 e em 1979 era de Cr\$ 2.268,00.

⁴⁰ Este valor equivale a uma faixa de 4,52 e 13,56 salários mínimos, em 1977.

colocadas cercas em torno das casas e roças destes moradores. Tal cerceamento se estendeu, inclusive, para as duas igrejas evangélicas que ali existiam, a Assembleia de Deus e a Brasil para Cristo.

A expulsão de agricultores era feita por *jagunços*, que, por vezes eram chamados pelos documentos de “polícia”, fato que coloca uma ambiguidade sobre quem exercia a função de expulsão, se agentes privados ou públicos (“Posseiro acusa empresário de fazer ameaças”. *Folha de São Paulo*, 16/06/1981). Segundo documentos sindicais, parte das ameaças de expulsão vinha da delegacia de Paraty.

É exemplo dessa ambiguidade a violência cometida a André Miguel Trindade. O agricultor, de origem nordestina, morava na região com a sua família. “André apareceu por aqui com a família e foi ficando”, conta Manoel Quirino de Araújo, pescador e morador da Praia do Sono. Ele era da Assembleia de Deus, fazendo parte de seu conselho local. Entretanto,

A mando de Gibrail, e sob a alegação de ter fugido no levante de prisioneiros ocorrido em 1952 na Ilha de Anchieta, no litoral de Ubatuba, a polícia levou o negro André para a cidade, batendo nele para que saísse dali. Quando foi solto, havia perdido a voz e estava completamente louco, indo morar numa caverna, onde acabou morrendo. Até hoje quem sustenta a mulher e os filhos do negro André somos nós, o povo do Sono (SIQUEIRA, 1984, p. 47-48).

Na ocasião do espancamento, ele foi colocado dentro de um camburão para ser torturado por ter se recusado a assinar um contrato por ordem do empresário. De acordo com um documento sindical, ele chegou à cidade todo machucado e cuspiendo sangue (FETAG/RJ. “Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty”, 15/10/1981. Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ).⁴¹

Também é exemplo o caso de Manoel Quirino de Araújo e sua família. Manoel Quirino (um dos líderes locais da igreja evangélica Brasil para Cristo), juntamente com seu filho, foi expulso de sua casa por oito policiais armados (SIQUEIRA, 1984). Conforme a autora, por decisão judicial, apenas seu filho pôde voltar para a região após o episódio.⁴²

⁴¹ Não sabemos ainda que tipo de contrato era, uma vez que o documento sindical que traz essa informação não especifica isso.

⁴² O texto não traz informações sobre quem mediou a situação na justiça.

Além destas ações repressivas, Gibrail Nubile Tannus iniciou na região a criação de 50 búfalos, “para fazer o trabalho destrutivo”, conforme o relatório do padre Pedro Geurts (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77). Os animais comiam as plantações dos posseiros e o sapé que servia de cobertura para as suas casas. Os búfalos chegaram a entrar na escola local, assustando as crianças que, com medo, não iam mais assistir às aulas. Segundo padre Geurts, Gibrail Nubile Tannus também usou desta mesma tática na compra de Praia da Cajaíba. A cerca e a colocação dos búfalos teria sido uma manobra para que suas ações não aparentassem ser uma expulsão direta. No seu relatório, Pedro Geurts diz que o empresário “cumpru com a promessa de tirar ninguém, mas deixou o búfalo fazer o trabalho”. Com isso, sobraram no local apenas oito famílias.

A justiça foi acionada pelos moradores, mesmo que de maneira extremamente limitada, posto que não tinham recursos para pagar serviços de advogados. Ao mesmo tempo, a justiça também foi acionada pelo empresário para expulsão dos posseiros. Na Praia do Sono, é o caso de José Albino de Souza (casado e com uma filha, que era casada e também morava na Praia). O posseiro foi levado à justiça por Gibrail Nubile Tannus e o juiz mandou que este pagasse Cr\$10.000,00 para o posseiro, a título de indenização.⁴³ O posseiro teve de sair do local, indo morar na cidade.

Em pleno processo de redemocratização, em 15 de junho de 1981, uma denúncia foi publicada pelo jornal *Folha São Paulo*: na apropriação da área do Sono, Gibrail Nubile Tannus não só conseguiu escrituras irregulares como também ameaçou, prendeu e espancou, com a ajuda da polícia, os posseiros das quatro praias: Sono, Ponta Negra, Antigo Grande e de Antigo Pequeno. A denúncia mostra a continuidade de ação de *grilagem*, apesar do contexto de abertura política e apesar de neste momento a resistência organizada ter ganhado mais fôlego, se configurando em diversos canais (por exemplo, as manifestações coordenadas pela Fetag/RJ). A denúncia ainda se refere ao caso de Mesake de Araújo, que esteve preso por três vezes por ter participado da concentração dos 300 posseiros na sede regional do Incra.⁴⁴ Segundo o jornal, além da participação na

⁴³ Levando em conta o ano do documento onde encontramos essa informação, 1981, tratava-se 1,18 salário mínimo (o salário mínimo na época era de Cr\$ 8.464,80). Ver Relatório feito pela Fetag/RJ sobre os problemas dos posseiros de Paraty, datado de 15/10/1981.

⁴⁴ Provavelmente esta concentração ocorreu ainda nos anos de 1980, posto que a reportagem é de 1981 e tais ações iniciaram-se neste mesmo ano. Na concentração descrita acima, os posseiros da Praia do Sono pediam a desapropriação da área da Fazenda de Santa Maria. Foi entregue um ofício ao Incra, denunciando o caso. Além desta, outras manifestações foram feitas. Estes mesmos posseiros, por exemplo, participaram

concentração, Mesake de Araújo havia relatado que Gibrail Nubile Tannus era dono de 85 alqueires da Fazenda Santa Maria do Mamanguá.

De 64 para cá, ele foi se apoderando de todas as terras que estavam ao seu redor, e acabou se transformando dono de mais de dois mil alqueires, com escrituras irregulares conseguidas no Cartório do 1º Ofício de Paraty [...] O homem aparece por lá uma vez por semana e comanda pessoalmente a derrubada de nossas casas, encomendadas a jagunços ou à polícia (“Posseiro acusa empresário de fazer ameaças”, *Folha de São Paulo*, 16/06/1981).⁴⁵

“O pessoal não tinha vontade de sair daqui, né? Porque para a gente sair daqui: por 60 mil cruzeiros? A gente é nativo daqui. Gostava do lugar. Não queria sair”, é o que nos informa um antigo morador do Sono no documentário *Vento Contra* (MATTOSO, 1979).⁴⁶ Apesar das denúncias e da ação de advogados e instituições, tais arbitrariedades perduraram durante a década de 1980.

Neste tempo, o empresário construiu uma guarita na entrada da área que dava acesso à praia, impedindo o trânsito dos agricultores, seus familiares e amigos. Por essa razão, os moradores começaram a ter dificuldades de transportar suas mercadorias para venda e de trazer compras, receber visitas e assistência médica. Sobre o acesso pela porteira, um morador relata: “Só com ordem escrita dele, mas isso é pego, porque ele não mora em Paraty, mora em São Paulo. E esses empregados que ele tem aqui não deixam de jeito nenhum passar. Já foi até embargado, outra vez, a entrada dos homens da malária” (MATTOSO, 1979).⁴⁷

O empresário exigia a apresentação de um cartão aos moradores para entrarem na área apropriada. Para outras pessoas entrarem, era necessário que apresentassem o cartão do morador que iriam visitar. O cartão continha um carimbo escrito “Fazenda Laranjeiras”. Perto dali também estava o Condomínio Laranjeiras, espaço dedicado a uso exclusivo de turistas, como expresso em placas existente no local (MATTOSO, 1979).

das manifestações públicas feitas em Paraty, junto, inclusive, com os posseiros de Trindade. Em grande medida, estas manifestações eram embaladas por hinos da igreja Brasil para Cristo.

⁴⁵ As escrituras eram ilegais porque daria ao empresário posse de terras da Marinha, ainda segundo o relato da *Folha de São Paulo*.

⁴⁶ Em 1978, o salário mínimo era de Cr\$1.560,00. O valor mencionado corresponde a 38,46 salários mínimos. Ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-81615-28-abril-1978-430637-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁴⁷ Referência aos agentes de saúde que visitavam as comunidades de Paraty para verificar a existência de doenças.

A guarita na Praia do Sono foi retirada apenas em 1983, pelo prefeito de Paraty, Edson Lacerda, do PMDB. Ele conseguiu na justiça que a passagem fosse aberta à população. No entanto, o empresário já tinha colocado um mata-burro, impedindo o tráfego de animais. Com isso, os moradores da praia tinham de levar nas costas seus produtos quando precisavam sair da área para outras localidades. Um exemplo de como a porteira foi uma violação aos direitos destes moradores é o caso de Jorge Lopes Coelho. O agricultor feriu o braço com seu machado quando trabalhava em sua roça e teve de andar por duas horas, entre rochedos, até chegar à Praia de Laranjeiras, onde se encontrava o portão. Apenas neste ponto foi resgatado por um carro e levado à Santa Casa de Paraty, posto que Gibrail Nubile Tannus não permitia a entrada de pessoas externas na área do Sono sem sua autorização.

Diante da continuidade das violências na década de 1980, os posseiros buscaram as autoridades locais, que não se mostraram dispostas a atender às suas demandas. Segundo o relatório feito em 1981 pelo STR de Paraty, a polícia parecia estar a serviço de Gibrail Nubile Tannus (Fetag/RJ. Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). Em outubro de 1982, a direção do órgão novamente reconheceu a repressão ali existente, a partir do envio de um relatório ao presidente João Figueiredo.

Como em Trindade (caso analisado mais adiante), foram fundamentais na luta de resistência dos moradores da Praia do Sono a participação do advogado Jarbas Macedo de Camargo Penteado, a serviço do escritório de Sobral Pinto, e o apoio de estudantes que frequentavam aquela praia. Padre Geurts relata que Jarbas Penteado, ao advogar para os moradores da Praia do Sono, agiu de modo a obstaculizar os contratos de comodatos já aceitos na justiça ou em vias de o serem. Ao mesmo tempo, os estudantes iam registrando a repressão. Em entrevista, Adriana Mattoso revelou que, na época, os estudantes faziam reuniões sistemáticas com os moradores da Praia, sendo necessários pequenos artifícios para que conseguissem entrar pelo portão: em momentos em que os *jagunços* não se encontravam tomando conta do local de entrada, os estudantes quebravam o cadeado e o trocavam por outro. Apesar dessas ações, não eram reprimidos da mesma maneira que os moradores. A entrevistada nos relatou que isso pode ter se devido ao fato de que era sabido que eles provinham de classes abastadas de São Paulo (Entrevista concedida por Adriana Mattoso a Iby Montenegro de Silva em 18/12/2014).

Como apontado anteriormente, a partir dos anos 1970, o governo passou a priorizar o aspecto turístico da região. As consequências das medidas governamentais foram os violentos conflitos por terra, tal como este que ocorreu na Praia do Sono. Sobre o caso da Praia do Sono e Trindade, Priscila Siqueira reflete no documentário *Vento Contra*:

O turismo na cidade capitalista, ele é considerado como um produto a ser colocado à venda. E quem consome, paga e exige. E muitas vezes, a exigência desse consumidor é a antropofagia, tá certo? É o engolir seus semelhantes. É um engolir de culturas (Depoimento Priscila Siqueira, MATTOSO, 1979)

Este processo, especificamente na Praia do Sono, significou, num primeiro momento, uma diminuição da sua população e um arrefecimento da cultura *caiçara*. Porém, em 1984 moravam na Praia do Sono em torno de 36 famílias, totalizando 200 pessoas comprimidas em 23 casas. Os números podem ser imprecisos, mas expressam uma consequência do jogo político em que o conflito estava inserido: em Trindade, que, como dissemos, é a praia seguinte à do Sono, houve, no decorrer dos anos 1980, uma considerável conquista pela permanência nas terras pelos *caiçaras*. A hipótese é a de que a conquista dos trindadeiros pode ter influenciado a volta dos antigos moradores da Praia do Sono ao seu local de origem.

5.2. Trindade e Condomínio Laranjeiras

A Vila de Trindade fica numa península situada na divisa entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Contígua à Praia do Sono, é composta por uma faixa de terra à beira-mar, onde se encontra um conjunto de seis praias: Cepilho, Brava, Praia do Meio, Praia de Fora, Cachadaço e Praia dos Ranchos. Viviam na região, antes da construção da Rio-Santos, 157 famílias, num total de cerca de 500 pessoas (Fetag/RJ. Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty. 15/10/1981. Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Era um local de difícil acesso, sendo suas terras pouco valorizadas. Em 15/10/1970 a revista *Veja* publicou uma reportagem sobre Trindade. A “Carta ao leitor” apresentava uma visão do local, entendendo-o como precário pelo fato de não ter acesso a determinados bens de consumo e pela cultura de seus moradores.

Trindade fica no litoral sul fluminense, entre São Paulo e Rio, mas os seus habitantes, com raríssimas exceções, conhecem essas duas cidades só “de ouvir falar”. O repórter Nello Pedra Gandara e o fotógrafo Carlos Namba foram à procura de Trindade, 55 quilômetros de morros, lama, pedra e mato ao norte de Parati, antes que lá chegasse uma comissão nomeada pelo governo fluminense para levantar as condições de vida do povoado esquecido. Na página 52 o repórter e o fotógrafo da *Veja* mostram a vida primitiva e precária da gente de Trindade, que ignora a Coca-Cola e a televisão e chama o visitante de “irmão” em conversas recheadas de citações do Evangelho (*Veja*, 15/07/1970, p. 15).⁴⁸

A comissão mencionada no trecho era uma equipe de médicos, assistentes sociais e técnicos que foram enviados à região para fazer um levantamento socioeconômico “daquela estranha sociedade que lá se formou durante muitas gerações solitárias” (*Veja*, 15/07/1970, p. 52).⁴⁹ Contudo, verificamos, pelas entrevistas coletadas, que esse isolamento era relativo, uma vez que os trindadeiros iam à cidade, a pé ou de barco, para comprar e para vender seus produtos, muito embora o caminho fosse demorado. Jair da Anunciação, pescador que foi uma das lideranças na resistência dos trindadeiros contra a empresa que se dizia dona das terras, a Adela-Brascan, ao refletir sobre os impactos do conflito em sua vida cotidiana, trouxe elementos acerca da vida local em Trindade que ilustram essa relatividade “Então, acontece o seguinte: a gente abandonou a pesca de alto-mar. Porque eu trabalhava num barco de Santos. Eu passava um mês, dois meses no mar, pescando” (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

Segundo relatos encontrados em Siqueira (1984), apesar destas viagens a outras localidades, a vida da população local contava somente com alguns poucos produtos industrializados. Muitos dos alimentos provinham das roças dos moradores, o que fazia com que estes não dependessem diretamente da cidade para o seu sustento.

A comunidade de Trindade também possuía suas casas e igrejas construídas com poucos materiais provindos das cidades. Majoritariamente evangélica, as igrejas eram todas de alvenaria: Assembleia de Deus, Brasil para Cristo e Adventista, cujas sedes foram construídas em regime de mutirão (SIQUEIRA, 1984). A presença da Igreja evangélica foi importante no desenrolar do jogo político em que se operou o conflito.

⁴⁸ A Revista com a nota foi encontrada no acervo do *Brasil: Nunca Mais*, no processo penal número 10/67, de Romulo Augusto Romero Fontes e Meri Medeiros da Silva.

⁴⁹ A nota ainda comenta dois artigos, escritos por um ex-ministro e por um jornalista carioca. Tais artigos teriam inspirados alunos da cadeira de desenvolvimento econômico da Faculdade de Economia e Finanças da UFRJ a escolher a reportagem como tema de um trabalho sobre o capital estrangeiro no Brasil.

A primeira ação de retirada desses posseiros de suas terras ocorreu ainda no ano de 1958. A área foi doada à Prefeitura Municipal de Paraty e lotes foram ofertados a eles. Muitos não aceitaram por serem insuficientes e continuaram a viver no local. Contudo, a população trindadeira teve seu cotidiano radicalmente transformado com a chegada da rodovia Rio-Santos. Para a autora do documentário *Vento Contra* esses pescadores-agricultores foram surpreendidos pelo “milagre brasileiro”, uma vez que a Rio-Santos significou sua efetiva expulsão das terras.

Lembramos que a instituição do Parque Nacional da Bocaina e o tombamento do Município de Paraty, tanto quanto a estrada, marcavam a região como ponto de alto valor turístico. Segundo Siqueira (1984), Trindade foi classificada como “classe A” na avaliação do Projeto Turis (ou seja, voltada para o turismo de qualidade ou de ocupação de baixa densidade de banhistas por metro quadrado).

Em outra perspectiva, havia certa esperança entre os trindadeiros de que a abertura da estrada seria um benefício à população, uma vez que garantiria a eles um menor tempo de viagem às cidades. No entanto, o jornalista José Roberto Cintra, um dos estudantes que frequentou Trindade nos anos 1970 e se envolveu na causa dos trindadeiros, relata ao *Vento Contra* (MATTOSO, 1979) que a construção de toda a BR-101 pouco se preocupou com os moradores do litoral brasileiro.

Essa percepção também foi trazida pelos demais estudantes que frequentavam o litoral de Paraty na época e que, mais tarde, junto com os trindadeiros resistentes à expulsão, viriam a formar a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB). Além de José Roberto Cintra (Zezo), eram eles, Ricci Martinelli (conhecido como Bienga), Maria Christina de Almeida de Braga (Nina), Adriana Mattoso, Fausto Pires de Campos, Priscila Siqueira, Angela Mascelani, Enio Browns Filho e Guy Van de Beuque. Na carta da SDLB intitulada “Reflexões sobre a Rio-Santos e os problemas criados a partir dela”, afirmava-se:

Comunidades inteiras de pescadores foram prejudicadas. Ao invés de lhes trazer as facilidades do transporte e da vida moderna, vieram tratores das próprias companhias construtoras da rodovia e os especuladores imobiliários, companhias agroindustriais cuja indústria era o turismo, e que trazem consigo a destruição da própria mercadoria que vendem, ou seja, a beleza e um modo de vida característico da região, seu equilíbrio ecológico. Tantos os tratores como especuladores nunca respeitaram os direitos seculares de posse das comunidades caiçaras: enxotaram-nos simplesmente, para as favelas das cidades mais próximas, pagando-lhes

um mínimo equivalente pelo valor de suas posses, levando-os a marginalização social e cultural (SDLB, 09/1978).⁵⁰

A vida *caiçara* de Trindade sentiu estas mudanças quando títulos de propriedade da Fazenda Laranjeiras, então pertencente ao ex-governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, foram vendidos. Os relatos apontam como Adela-Brascan chegou à região e como ela se mostrou proprietária da área. Conforme entrevista de Jair da Anunciação, concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014, a compra foi uma ação compartilhada entre o ex-governador e José Santinoni. Este a teria vendido para Carlos Lacerda, que a teria vendido para a *holding*. Somente após esta transação, a empresa começou a anunciar-se dona de Laranjeiras.

A fazenda foi dividida em diversas partes, sendo que a Companhia Parati Desenvolvimento Turístico Ltda. ficou com a gleba maior. A Companhia era subsidiária do grupo Adela-Brascan e tinha por presidente o general Candau da Fonseca, que havia sido presidente da Petrobras (SNI. Relatório. Incidente envolvendo equipe de técnicos do Mirad-RJ. Relatório elaborado por Sheyla O. da Fonseca, em 25/11/1987. Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_64558_87). A Fazenda foi vendida por um milhão de dólares. Para o padre Pedro Geurts, o general é que estaria atuando na área da antiga Fazenda Laranjeiras e em Trindade, desalojando os moradores (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Padre Geurts ainda revela que a Adela-Brascan adquiriu as terras e a destinou ao turismo, mesmo tendo conhecimento da existência de moradores. Com um gasto total de 15 milhões de dólares, construiu o Condomínio Laranjeiras. A execução dos planos foi entregue à Paraty Empreendimentos e Melhoramentos Ltda. Segundo as análises do padre, a aposta na especulação turística seguia a seguinte lógica:

O desalojamento dos posseiros de Laranjeiras era fácil. Alguns foram indenizados com até Cr\$ 60.000,00, outros receberam uma casinha num conjunto residencial, com CR\$ 20.000,00 na mão, tendo a oportunidade de poder trabalhar nas atividades da empresa.⁵¹

⁵⁰ A carta não informa a quem foi endereçada. Pertence ao arquivo pessoal de Adriana Mattoso.

⁵¹ Valores equivalente a 54,23 e 18,08 salários mínimos, em 1977, data do relatório do Padre Geurts.

De acordo com o relato de Jair da Anunciação ao documentário *Vento Contra*, a Companhia comprava as terras dos moradores, mas os intimidava, dizendo que, caso não aceitassem o dinheiro, não teriam direito a nada, “que iam ficar enterrados debaixo da lama do trator”.

Adriana Mattoso relatou que cerca de 25 famílias moravam em Laranjeiras e que a sensação dos moradores em relação à chegada da empresa era a de que não se tinha o que fazer para resistir. Em 1973, aos 17 anos, Adriana foi pela primeira vez ao local, acampar com dois amigos. Chegaram e foram ao casarão da antiga fazenda. Ela relata que, ao aparecer no local, saiu da casa um homem armado, que, contudo, reconheceu Adriana por ela ter possuído uma casa em Paraty e ser conhecida na região. O homem, de nome Savio, a chamou para tomar um café, e, ao entrar, Adriana viu uma mesa coberta de armas. Ao ser indagado sobre o que eram aquelas armas, Savio teria respondido que elas eram reservadas à expulsão dos *caiçaras*. Adriana e seus amigos foram para a praia acampar e, ao longo da viagem, sistematicamente viam *jagunços* passando pelo local, de carro (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 18/12/2014)

Segundo as análises de padre Pedro Geurts, a empresa tinha intenção de desocupar a área gastando pouco dinheiro. Após a desocupação, ela seria repartida em 269 lotes para novos turistas. “O condomínio tinha previsto a instalação de uma infraestrutura complexa, além das facilidades para um clube executivo com piscina e até uma lagoa artificial para esportes aquáticos” (SNI. Relatório. 06/10/1977. “Atuação da esquerda clerical”. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).⁵² Era um espaço fechado, com residências de luxo.

A investida na expulsão dos *caiçaras* de suas posses se deu mediante três estratégias: uso da força, através de milícias privadas com “voz militar”: eram *jagunços* chefiados por um suposto sargento, de nome Erbio Monteiro⁵³; aliciamento, através de promessas de moradias em “modernas” casas de concreto nas cidades, em contraposição às suas “pobres” casas de pau a pique; ameaça, usando frases como “ou vocês vendem suas casas, ou vão ficar sem nada” (depoimento de Fausto Pires de Campos, no documentário *Trindadeiros – 30 anos depois*, PAIVA e DELFIM, 2009).

⁵² Num relato datado de 1985 sobre a área e o que foi nela foi construído, é afirmado que “Nele, há de tudo, até campo de golfe”. SNI. Relatório. 20/08/1985. “Áreas ocupadas por posseiros – Município de Paraty”. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, ARJ_ACE_12131_85.

⁵³ O nome também é escrito como “Ernio”. O sargento era proveniente do Norte do país e vivia em Rondônia, mas nenhum dos entrevistados sabe se ainda é vivo.

A Adela-Brascan chegou em Trindade no ano de 1973, segundo Jair da Anunciação (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014). A *holding* teria dito que Trindade era fundos da Fazenda Laranjeiras e, portanto, área de sua propriedade. O fato torna-se complexo se lembrarmos que já havia tensões com relação à posse das terras de Trindade, por ela ter sido área do Estado.

Conforme padre Geurts, a Adela-Brascan atingiu 120 famílias de moradores de Trindade, cujas posses remetiam aos seus bisavôs (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77). Jair da Anunciação afirma ser exatamente este o número de atingidos (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014).

Para o padre, a forma como a *holding* agiu para se apropriar das terras não tinha por finalidade apenas expulsar os *caiçaras*, mas também destruir a sua cultura: “Foi neste lugar que foram feitos os maiores estragos contra pessoas humanas, no caso pela empresa. Ela destruiu a cultura *caiçara*” (SNI. Relatório. 06/10/1977). “Atuação da esquerda clerical”. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77). Priscila Siqueira reflete em seu relato ao documentário *Trindadeiros – 30 anos depois* (PAIVA e DELFIM, 2009) que a chegada da empresa ao local contrastou fortemente com a cultura existente. Para ela, era comum os *caiçaras* firmarem compromissos verbais: desta forma, houve um contraste entre a cultura da oralidade e a cultura jurídica, utilizada pelos empresários.

Primeiramente, a empresa enviou à região um advogado, que percorreu as casas dos trindadeiros com o objetivo de conseguir contratos de venda das terras ou de comodato. A assinatura dos contratos por parte dos trabalhadores legitimava a empresa como dona da terra e colocava em risco a terra que os pescadores tinham adquirido pelo costume de ali viver há gerações. Posteriormente, surgiu na região um sujeito ligado à Companhia de Desenvolvimento Turístico Ltda., igualmente informando aos trindadeiros sobre a sua iminente saída da área. Seu nome era Ernesto Cardoso, que apareceu disfarçado de pastor adventista, segundo Jair da Anunciação. Sobre o episódio, ele nos contou:

E foi como ele pôde se aproximar. Foi se aproximando; se aproximando, daqui a pouco, não era mais pastor, não. Ele era um funcionário de primeiro escalão, da Adela, e que estava aí, para negociar; para arrumar bandido; para arrumar jagunço, para tirar a comunidade (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

Com a Bíblia na mão, Ernesto Cardoso ficava em frente à Igreja e aconselhava aos moradores a se retirarem do local. Andava armado, fato que foi visto com desconfiança pelos trindadeiros, que acabaram por descobri-lo. O episódio mostra como a constatação da existência da religião evangélica entre os trindadeiros por parte da empresa foi utilizada no jogo político do conflito: aparentemente, houve a intenção de aliciar os trindadeiros a partir da confiança na fé, uma vez que a figura do pastor representa o sagrado.

Também neste tempo um padre católico da paróquia de Paraty apareceu na região, alertando os trindadeiros de que eles seriam expulsos e que ficassem atentos para a defesa de suas terras, buscando suas documentações. Apesar disso, uma observação feita por Siqueira (1984) é a ausência da Igreja católica na comunidade no começo da década de 1970.⁵⁴

Paralelamente a essas tentativas da empresa de aliciar os pescadores através da fé (e da advertência sobre a resistência na terra, pelo padre católico), iniciaram-se sistemáticas e violentas ações contra os moradores. A multinacional enviou à região *jagunços* armados com material de uso privativo militar, como metralhadoras.⁵⁵ Os *jagunços*, cerca de 40, num primeiro momento, circularam pelo local, principalmente na Praia Brava. Vestidos com fardas e com cavalaria, ameaçavam e intimidavam.⁵⁶

Contraditoriamente, a própria Companhia requereu à delegacia de Paraty a abertura de um inquérito policial para verificar o conflito em Trindade e, no dia 3 de dezembro de 1973, ingressou com uma ação de manutenção de posse da área, alegando ter recebido ameaças de um grupo armado. No entanto, como alegação da sua posse, a empresa apenas apresentou uma maquete do projeto turístico que seria por ela implementado na área. O argumento deu a posse da área à *holding*, pelo juiz da Comarca (FETAG/RJ, 03/04/1974, “Carta ao Ministro do Estado dos Negócios da Justiça”. Acervo

⁵⁴ Sobre este ponto, vale lembrar que a CPT no litoral sul fluminense só iniciou suas atividades em 1976.

⁵⁵ Alguns documentos informam que eram em torno de 40 *jagunços*, outros informam que foram mais de 60. Suas armas eram desembarcadas na própria Vila de Trindade. O informe de que tais armas eram de uso exclusivo militar é do documento: FETAG/RJ. 03/04/1974. “Carta ao Ministro do Estado dos Negócios da Justiça”. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

⁵⁶ O uso de fardas pelos *jagunços* é mencionado em FETAG/RJ. 03/04/1974. “Carta ao Ministro do Estado dos Negócios da Justiça”. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ. O documento não menciona que tipo de farda era essa, se do exército ou se da polícia. Neste caso, a “farda” poderia ser algum tipo de uniforme usado por seguranças privados.

do NMSPP/CPDA/UFRRJ). Esse fato ampliou a violência dos *jagunços*, e sua ação passou a se estender para outras praias de Trindade, como Cachadaço.

Diante disso, os trabalhadores foram buscar as autoridades locais, dentre elas, a Capitania dos Portos e a Prefeitura que, contudo, não foram solícitas às suas demandas, conforme Jair da Anunciação. Alguns destes personagens teriam dito que nada poderiam fazer porque aquilo era parte do “progresso” (entrevista concedida por Jair da Anunciação a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

Padre Geurts aponta que os trindadeiros, diante da complexidade em que se encontrava a titulação das terras, tiveram diferentes comportamentos. “O que complicou tudo foi que os posseiros, dentro da posse da Prefeitura, também venderam suas posses, recebendo e gastando o dinheiro” (SNI. Relatório. 06/10/1977. “Atuação da esquerda clerical”. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77). Frente ao problema, a Prefeitura foi cercando a área e tentando legalizá-la, mas esbarrou no processo da empresa, que a reclamava como sua propriedade. “Enquanto isso, as casas que a empresa construiu em Ubatuba estão ficando prontas, mas ninguém dos moradores de Trindade quis mais sair do lugar, esperando que se resolva a confusão da parcela de terra da Prefeitura ou qualquer outro milagre”, ainda informa padre Pedro Geurts (SNI. Relatório. 06/10/1977. “Atuação da esquerda clerical”. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Os moradores “expulsos por contrato” tinham seus pertences levados para casas em Ubatuba. Sobre esta situação, um relato de um *caiçara* ao documentário *Vento Contra* (MATTOSO, 1979) retrata os motivos pelos quais os trindadeiros foram desistindo de sair de suas terras, apesar da repressão que ali estava instalada: “... lá [em Ubatuba], ela [sua esposa] ficava sozinha, porque o marido voltava para trabalhar na praia”. Ficar sozinha era um fator que gerava medo. Além disso, há outra questão a se pensar através do depoimento: as pessoas, mesmo morando em outras cidades, voltavam para trabalhar no lugar onde estavam acostumadas, o que mostra a necessidade de se manter as redes de relação, apesar da distância.

Quanto à resistência aos despejos e à precária situação em Ubatuba, os trindadeiros recorreram a Jair Alves da Silva, então, presidente do STR de Paraty. Jair da Anunciação, em sua entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014, lembra que o dirigente tinha proximidade com uma das igrejas evangélicas de Trindade, a Assembleia de Deus, particularmente com o pastor Sebastião. Na primeira ida do STR

a Trindade, Jair da Silva ofereceu ao pastor o trabalho de dois advogados ligados à instituição. O STR solicitou os serviços de Antônio Francisco Mayer e Alírio Campos, para defender os trindadeiros. Ambos provinham do Rio de Janeiro.

Padre Geurts narra que o sindicalista e o advogado Antônio Francisco Mayer chegaram a preparar uma ação de usucapião para 75 famílias. Os advogados permaneceram em Trindade por quatro ou cinco dias, “com aquela maquininha de escrever, e pegaram a procuração todinha de marido e mulher” (entrevista com Jair da Anunciação, concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014). No início, estes teriam tranquilizado os trindadeiros, dizendo que a defesa se daria de modo rápido, contudo, regressaram à localidade alegando dificuldades na defesa e propuseram aos trindadeiros que aceitassem uma negociação com a empresa para sair da região.

Para Jair da Anunciação esta mudança de postura dos advogados se deu em razão de uma visão clientelista do emprego do direito (e não uma visão militante, como esperado pelos trindadeiros); a empresa teria oferecido uma quantia considerável em dinheiro a ambos para retirarem os moradores da região e eles teriam aceitado, posto que o valor era maior que o oferecido pelo STR: “... a comunidade – você sabe – com 80%, 90% de analfabetos, não tem advogado, não tem conhecimento nenhum. Não sabe nem o direito dela...” (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014).

Padre Pedro Geurts, em seu relatório, afirma que a ação de usucapião teria falhado “por um erro inicial”: a área tinha uma faixa que pertencera à Marinha, ou seja, terras da União. “Por causa deste erro, o juiz de Paraty, Doutor José Selliti Rangel, se declarou incompetente para julgar a causa. Este acontecimento ia atrasar a ação de usucapião com anos”. Para o padre, este erro foi proposital, da parte sindical,

... melhor, destes dois responsáveis, o presidente e o advogado, fazendo um pacto com a empresa para que esta ganhasse tempo até que o povo se desaparecesse (...) A empresa ofereceu “altas” e proveitosas indenizações, até 200.000,00 cruzeiros por posse. Confiando no presidente do sindicato, o povo aos poucos foi aceitando as ofertas, e todos, menos uma meia dúzia, foram vendendo suas posses. Daí foi-lhes proibido de plantar qualquer roça, e foi combinado que elas iam sair até maio de 1976 (SNI. Relatório. 06/10/1977. “Atuação da esquerda clerical”. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Destacamos que a compra da área em Ubatuba, por parte da *holding*, deu a ela argumento para diminuir o pagamento das posses compradas aos *caiçaras*: passaram a pagar CR\$ 20.000,00.⁵⁷

Em 1976, houve, conforme o relato do padre, uma mudança de comportamento da *holding* com relação aos posseiros. Se antes, mesmo que com as ameaças feitas pelos *jagunços*, a investida da Adela-Brascan era na apropriação das terras através da assinatura de contratos de vendas e comodatos, neste momento a empresa passou a voltar suas ações para o uso da força propriamente dita. A mudança revela uma outra tática da Adela-Brascan no sentido de legitimar as terras para si.

A primeira casa queimada foi a da família do *caiçara* Jaci, localizada na Pedra D'água. A primeira família despejada foi a de Jair da Anunciação, segundo seu relato. O episódio ocorreu no ano de 1976. Os executores do despejo foram trazidos “do Norte”, em especial de Campina Grande, para a região de Paraty, ainda segundo Jair:

O meu despejo foi o seguinte: o primeiro a ser despejado fui eu; depois o seu Américo; e o seu Pedro Rosa. Eles chegaram com o mandado de despejo; oficial de justiça...

Iby: Veio um oficial de justiça?

Veio; veio oficial de justiça; uns 4 ou 5 policiais militares. E a minha mulher entregou a chave e lacraram a minha casa (Jair da Anunciação, em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

Neste momento, os *jagunços* passaram a queimar e derrubar casas, bem como a espancar os residentes. Braga (1983) chama a atenção para a “pressa” que a multinacional tinha para desconfigurar a vila: tratores foram utilizados para destruir as benfeitorias, além do leito do principal rio da localidade ter sido desviado. Por outra parte, o grupo de *jagunços* era chamado pelas autoridades de Paraty de “corpo de segurança”, conforme os documentos sindicais (FETAG/RJ. “Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty”, 15/10/1981. Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Sobre isso, o documentário *Vento Contra* (MATTOSO, 1979) traz uma cena em que um *caiçara* de nome José revela ter sido despejado quatro vezes de sua casa. Ele aparece coletando madeira para fazer a sua quinta moradia. Já no documentário *Trindadeiros – 30 anos depois* (PAIVA e DELFIM, 2009), Benedito Lopes revela que foi cercado “por quatro carabinas”. Contudo, apesar de serem agredidos, proibidos de

⁵⁷ Equivalente a 18,08 salários mínimos, em 1977.

plantar nas terras e chamados na justiça, alguns trabalhadores mantiveram as suas posses. Sobre a violência e a reação dos trindadeiros, Jair da Anunciação reflete:

O que é que o povo podia esperar? Esperava era vender a posse de moradia, que era na encosta da praia, com a esperança de mudar para a montanha, que era a posse de trabalho. Mas quando eles perceberam que o povo ia continuar nas posses de lavoura, aumentou-se uma cláusula no documento que fala que o pessoal teria vendido todos os seus direitos possessórios (MATTOSO, 1979).

Escreve padre Geurts em seu relatório à CPT Nacional,

Passado o tempo, e gastando dinheiro, os moradores de Trindade começaram a recuar diante da obrigação de sair.

[...]

O apego ao lugar de origem e da convivência secular começou a dominar. Desesperadamente, procuraram meios de poder ficar, pedindo ajuda da Prefeitura Municipal de Paraty (SNI. Relatório. 06/10/1977. “Atuação da esquerda clerical”. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77.).

A luta de resistência dos trindadeiros iniciou de maneira judicial quando estes tentaram ingressar na justiça com ações possessórias de usucapião. Contudo, os processos ficavam paralisados. Houve o caso do juiz da comarca não comparecer à audiência de um destes trabalhadores, mesmo estando no local.

A partir de 1976, os trindadeiros resistentes também foram à polícia para mostrar fotografias dos *jagunços* empunhando armas; entretanto, a resposta comum era que a manutenção de posse à empresa já havia sido definida. Ao mesmo tempo, mandados de despejos eram emitidos. Estes episódios põem em xeque a ação dos advogados e juízes perante o conflito, uma vez que, ao menos nesses casos, foram protagonistas diretos, a partir de seus lugares, da repressão e da expulsão.

Então, os *caiçaras* começaram a realizar a “resistência direta”: a reconstrução, em mutirão, das casas e espaços destruídos pelos *jagunços*. Progressivamente, estudantes e outros frequentadores da praia, que viam a situação dos trindadeiros e se sensibilizaram com suas causas, entraram em jogo.

Eles se juntaram e começaram a se articular em defesa dos que ali moravam há gerações. Jair da Anunciação, ao rememorar o seu despejo, nos informou que na ocasião

estavam acampados na casa de sua tia os estudantes Guy Van de Beuque e Angela Mascelani:

Passou um dia, no outro dia, eu estava na casa da minha sogra e o Guy e a Angela chegaram lá e falou – “Olha seu Jair, eu vi tudo, ontem, o que aconteceu com você. Eu sei que você não acredita mais em advogado, mas tem advogado sério. E eu conheço uma equipe de advogados que é sério. Você arruma umas assinaturas, que eu vou levar para esses advogados.” – e eu arrumei 12 assinaturas, da minha família mesmo. Ele pegou aquelas assinaturas – isso foi numa terça-feira – e disse – “Seu Jair, eu vou voltar.” – e quando foi na próxima segunda-feira, ele chegou de volta com um monte de recorte de jornal; de revista e falou – “Olha, eu quero fazer uma reunião com vocês, seu Jair. Aonde pode ser o local?” – e eu falei – “Vamos fazer na igreja.” – e eu avisei o pessoal... (Jair da Anunciação, em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014).

Angela, em sua narrativa sobre o episódio, revela o seu olhar diante da expulsão dos *caíçaras* de sua região, do modo como isso era feito. Também aponta como tais estudantes perceberam o problema, identificaram-se com a causa e agruparam-se para apoiar a resistência aos despejos.

Bom, a gente ia para Trindade – eu e o Guy – para passear; para curtir; para namorar e tal, e a gente ficava na casa da Carmíria. E numa das vezes, a gente sabia que estava tendo problema de terras lá, mas também sabíamos que eles tinham alguma ação; eles estavam fazendo alguma coisa. E, de fato, a gente não se ligou. [...] Mas a gente começa a se envolver nesse dia, que a gente está indo embora, um domingo, e eu fui tomar o último cafezinho na cozinha da Carmíria, e sentei ao lado de uma moça que estava lá, e ela falou que ela era mulher do advogado que estava representando os trindadeiros na causa... porque muitos já tinham aceito mudar para Ubatuba. Trocar sua terra por uma casa em Ubatuba. E nessa causa, os que tinham desistido de ir; os que tinham achado que o lugar não era legal e tal? Entraram com uma causa na justiça (Angela Mascelani, entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva em 26/03/2015).

Angela Mascelani não recordava qual era a vinculação do advogado com o conflito nem por quem ele foi chamado. Contudo, segundo a sua memória, ele não teve coragem de falar aos moradores sobre o despejo.

E aí, fui tomar o café com ela [esposa do advogado] e ela disse – “Ah, eu estou com pena dos trindadeiros; que eles já perderam a causa. O meu marido é o advogado deles.” – e aí, eu falei – “Mas e aí? Ele não vai falar?”

– “Não. Ele não está com coragem de falar para eles. Ele vai arranjar um jeito depois, de falar. Mas ele não está com coragem de falar agora. O pessoal vai ficar muito triste.” – então, quando eu ouvi isso, eu fiquei impactada. A gente ia voltar nesse dia – até nem voltamos – e fui falar com o Guy. E ficamos lá pensando no que podíamos fazer e tal. E o Guy falou – “A gente tem que levar para um advogado bom. Vamos tentar o Sobral Pinto” (Angela Mascelani em entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva em 26/03/2015).

No entanto, na perspectiva destes estudantes, para que Sobral Pinto se sensibilizasse com a causa era preciso que os próprios trindadeiros entrassem com um pedido a ele. Para tanto, Guy Van de Beuque, Angela Mascelani e José Roberto Cintra escreveram uma carta de pedido de defesa a Sobral Pinto, que foi assinada pelos trindadeiros. Angela Mascelani rememorou este momento em sua entrevista:

E aí, essa carta, a gente foi de casa em casa, tentando convencer as pessoas a assinarem a carta; explicando a situação, de alguma maneira, e pedindo o auxílio do Sobral Pinto. E não foi muito fácil. Porque as pessoas estavam já... estavam inseguras. Porque elas recebiam uma informação que elas deveriam ter e não tinham, que era a que já tinham perdido a causa – podia ser um boato; podia ser qualquer coisa – mas a gente conseguiu fazê-los assinar – alguns; não sei quantos, na época – e aí, viemos para o Rio, no dia seguinte – ou nessa noite mesmo; acho que foi no dia seguinte, porque deve ter ficado tarde; porque as casas eram longe; a gente ia a pé. Porque a gente ia numa casa depois ia para o meio da roça. Porque eles já moravam... já estavam com as casas meio esparramadas, nesse momento. E então, a gente, provavelmente, veio embora na segunda-feira – e durante essa semana, o Guy ficou tentando contato com Sobral Pinto. E conseguiu um contato... a mãe dele conhecia também o Sobral Pinto (Angela Mascelani em entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva, em 26/03/2015).

Uma reunião com o Sobral Pinto foi marcada e Enio Browns Filho, Guy Van de Beuque e Angela Mascelani lhe explicaram a situação de Trindade. Indicando Jarbas Macedo de Camargo Pentead, advogado de sua equipe, Sobral aceitou assumir gratuitamente a “luta jurídica”, fato que, processualmente, levou à participação de um maior número de agricultores nas reuniões que, inicialmente, contavam com cinco ou seis chefes de família das 52 que haviam ficado em Trindade.

A primeira reunião organizada dos trindadeiros resistentes com os estudantes, para organizar a luta tomando em conta o apoio jurídico de Sobral Pinto, foi feita na Assembleia de Deus, em 1977. De acordo com a entrevista de Jair da Anunciação, o

pastor da igreja aceitou que a reunião fosse no local porque a Igreja “estava com a corda no pescoço, como nós”. O pastor ainda era Sebastião.

Aí, o Guy sentou; aquele monte de gente, na igreja, queria saber qual era a história, e o Guy foi e falou – “Olha, eu fui daqui e falei com o Doutor Sobral Pinto. E o Doutor Sobral Pinto comentou o seguinte: que se vocês quiserem, pode falar já para a imprensa, para quem quiser, que ele é o advogado de vocês. E que na semana que vem, na terça-feira está chegando um advogado da equipe, em Paraty.” – e quando foi na outra semana, nós fomos para Paraty. Aquele monte de homem, subindo essa subida toda, a pé. Fomos até a pista, lá no Patrimônio, a pé, esperando o ônibus. Tomamos o ônibus e fomos para Paraty. Quando chegou, mais ou menos, meio-dia, e chegou. Eu lembro que o carro dele era um Passat. Chegou o Jarbas. Que era o advogado que trabalhava junto com o Sobral. Aí, fomos para um barzinho; um boteco, e sentamos e aí contamos a história para ele. E ele disse – “Tá bom. Eu vou no fórum.” – e foi para o fórum e levou duas horas no fórum. Quando ele chegou no fórum, ele falou para nós, que o juiz já sabia que ele ia chegar (Jair da Anunciação, em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

Conforme sua leitura dos fatos, o Fórum sabia do apoio de Sobral Pinto aos trindadeiros porque ele era um jurista reconhecido. Sobre os primeiros passos da “luta jurídica”, Angela Mascelani relata:

E, a partir dali, começa um outro momento dessa luta, que eles chamam. E esse momento, ele vai se caracterizar por fazer uma coisa muito difícil, que durou alguns meses, foi conseguir fazer as pessoas darem procuração para o Sobral Pinto. Porque as pessoas não sabiam quem era Sobral Pinto (Angela Mascelani em entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva em 26/03/2015).

Contudo, paralelamente ao processo de resistência e articulação dos *caixaras* com os estudantes, houve a ampliação da violência por parte dos *jagunços*: eles começaram a ameaçar estes jovens, mas também agiram sobre pessoas externas ao conflito, como outros agentes empresariais. Dentre essas ações, houve a invasão da casa do ex-ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, que ficava na Praia do Cepilho, e do ex-diretor da Volkswagen, Wener Baun, que ficava no Cachadaço.

Para se manter na praia, a “companhia” – como era conhecida pelos *caixaras* – a Paraty Desenvolvimento Turístico S.A., que posteriormente muda seu nome para Trindade Desenvolvimento Territorial S.A – usa dos mais diversos recursos. Em 1977, numa declaração à Imprensa, John

Sillers, então representante da empresa na praia, afirmava que “a vastidão da área propiciava a ação de grileiros”. Devido a isto foram enviados homens armados a Trindade “armamento convencional, como revólveres, fuzis, rifles e metralhadoras”. Sillers dizia ter procurado acordo com os trindadeiros, mas não admitia a presença de terceiros nas posses. Um dos terceiros a que Sillers se referia é o atual senador de São Paulo, Severo Fagundes Gomes, quem em 1973, através de Ivete Maciel, conhecida neste litoral pela alcunha de “Loba do Mar”, adquire as praias De Baixo, Cepilho, De Fora e Cachadaço, revendendo-as posteriormente (SIQUEIRA, 1984, p. 72-73).

Segundo Jair da Anunciação, tanto Wener Baun quanto Severo Gomes teriam comprado casas na região, e, quando os *jagunços* chegaram, eles “já tinham onde se hospedar” posto que se tratava de casas de veraneio e seus donos se hospedavam nelas apenas de vez em quando. Os *jagunços* fizeram das casas seus alojamentos, onde tinha beliches e onde guardavam suas armas (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014). O fato deixa dúvidas se estes empresários estavam de acordo com a Adela-Brascan ou se, na disputa das terras pelo empresariado, tiveram suas casas invadidas.

“Quando a jagunçada chegou, a jagunçada arrebentou a porta e invadiu a casa do alemão; se instalou lá – não sei se 20 ou 30 –, e a outra parte se instalou onde tinha essa igreja aqui”. Além das casas, os *jagunços* também se hospedaram numa das igrejas evangélicas locais, “que o pastor era um tenente da reserva e tinha vendido, para a empresa” (Jair da Anunciação, entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014). No processo de aliciamento e repressão, a Igreja Adventista, a Assembleia de Deus e a Brasil para Cristo venderam suas terras para a Adela-Brascan.

A violência também se estendeu a pessoas comuns, que tinham vínculos com os trindadeiros, porém não eram nativas da região. Em 1978, os *jagunços* chegaram a estuprar duas professoras. Jair da Anunciação revela que ambas eram do Rio de Janeiro, de Campo Grande, porém, possivelmente moravam em Trindade, uma vez que davam aula na escola local. Informou ainda que o ato ocorreu dentro da própria escola ou nas cercanias:

Quando eles pegaram as professoras, aqui na vila, já não tinha quase mais ninguém. Essa vila aqui, minha filha, não ficou nada. Isso aqui foi limpo. Então, quando aconteceu o estupro... ali do lado da escola, era onde eu morava. A minha casa era ali do lado. De frente para o mar. Se eu te contar a história da minha casa, você não acredita. Quando eles estupraram as

professoras, eu estava morando num barraquinho de palha e plástico... (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).⁵⁸

Para Priscila Siqueira, em relato ao documentário *Trindadeiros – 30 anos depois* (PAIVA e DELFIM, 2009), o estupro teve a intenção de afugentar os trindadeiros de mais um de seus espaços de sociabilidade: as crianças não mais queriam ir à escola, com medo de sofrer violências. No geral, o fato é narrado com horror nas entrevistas feitas no trabalho de campo, porém, nenhum entrevistado recordou o nome das vítimas, fato contraditório, uma vez que se tratava de pessoas diretamente vinculadas à sociabilidade local, que tinham relação direta com as 70 crianças trindadeiras. Este “esquecimento” nos mostra o que salienta Santos (1993): a memória coletiva é uma constelação de lembranças formada pelo conflito entre o passado e o presente (ou o passado revivido no recontar da história). Desta forma, é fruto do confronto entre o narrar da história no tempo presente e as lembranças traumáticas ou reprimidas do passado. Em outra parte, o silêncio sobre o nome das professoras num contexto de entrevista pode ser resultado da preocupação em não comprometer publicamente as vítimas, no sentido de que o ato é algo que afeta a moral de quem o sofreu.

A violência de gênero contra agentes de fora de Trindade também se estendeu aos estudantes. Angela Mascelani narrou um episódio de ameaça que sofreu por parte dos *jagunços*, mesmo ela não sendo local de Trindade (o fato de ela ter sido uma das “estudantes” que apoiava a luta pode ter sido a razão da ameaça). Angela, que estava grávida neste tempo, chegando em Trindade, pediu a uma pessoa para usar uma das dependências de sua casa. Tal pessoa teria deixado, entretanto, foi seguindo-a pelos cômodos.

E eu fui ficando com muito medo. Porque ele começou a falar de todas as pessoas que ele já tinha matado; e tudo isso. E eu estava sozinha subindo. Porque cheguei numa hora que não tinha avisado. Porque a gente ia para Trindade assim, como quem vai para casa (entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva em 26/03/2015).

⁵⁸ Sua casa havia sido derrubada por tratores comandados pela Adela-Brascan e por isso ele foi morar sob esta condição, segundo a sua memória. Revelou ainda o apreço que tinha por sua casa, e através deste relato nos descreve o seu modo de trabalho, a pesca local e as viagens em alto-mar. “E eu comprava o material lá, trazia de barco, do Rio até aqui, e aqui a gente tirava na canoa até a praia e carregava nas costas: tijolo; telha; tudo. Então, a minha casa era uma casinha que você não acredita” (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

Além disso, houve violência de gênero contra as próprias trindadeiras. Rosa, a esposa de Jair da Anunciação, nos revelou, na mesma entrevista concedida por ele a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014, que sentia medo de ficar sozinha em casa, posto que os *jagunços* circulavam a casa deles.⁵⁹ Do mesmo modo tinha medo de acompanhar o marido, por conta das ameaças que ele sofria em razão da luta.

No geral, a invasão de casa de outros empresários e pessoas de grande representação política e econômica, por conta de disputas pelas posses das terras, bem como o desembarque de armas nas próprias praias de Trindade, a invasão das igrejas e a violência de gênero acentuaram o clima de terror, fazendo com que diversos trindadeiros, acuados, continuassem a vender suas posses.

Em outra perspectiva, a luta dos trindadeiros, com o apoio dos estudantes e do advogado Sobral Pinto, continuou e se tornou mais organizativa, desembocando na instituição da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB). Ao longo do conflito, reuniões eram feitas entre os *caiçaras* e os estudantes, a fim de estabelecer estratégias de resistência. Assim, foi organizada uma exposição de fotos denúncia na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro. Em 2 de outubro de 1979, também foi realizado no Teatro da Universidade Católica de São Paulo o show “Trindade para os Trindadeiros”, com a apresentação de Milton Nascimento, Luiz Gonzaga Júnior, Barca do Sol, Grupo Água e Regional da Trindade, para arrecadar fundos para a luta dos trindadeiros contra os *jagunços* e contra a Adela–Brascan. Tanto o show quanto o documentário *Vento Contra* foram lançados no ano de 1979, muito tempo depois do início do conflito e da luta dos *caiçaras*, o que mostra a extensão temporal que o conflito teve, sem qualquer solução.

Angela Mascelani reflete sobre as relações entre os trindadeiros e os estudantes, bem como entre os próprios estudantes:

... por exemplo, a gente levou a Rede Globo; a gente conseguiu fazer várias coisas importantes. Mas éramos, assim, o menor núcleo [núcleo de estudantes do Rio de Janeiro⁶⁰]. Então, tinha um grupo grande, de São Paulo, que estava sempre em contato; sempre lá, que tocava. Então, a gente fazia, durante um período – sei lá – durante um ano; um ano e pouco; talvez

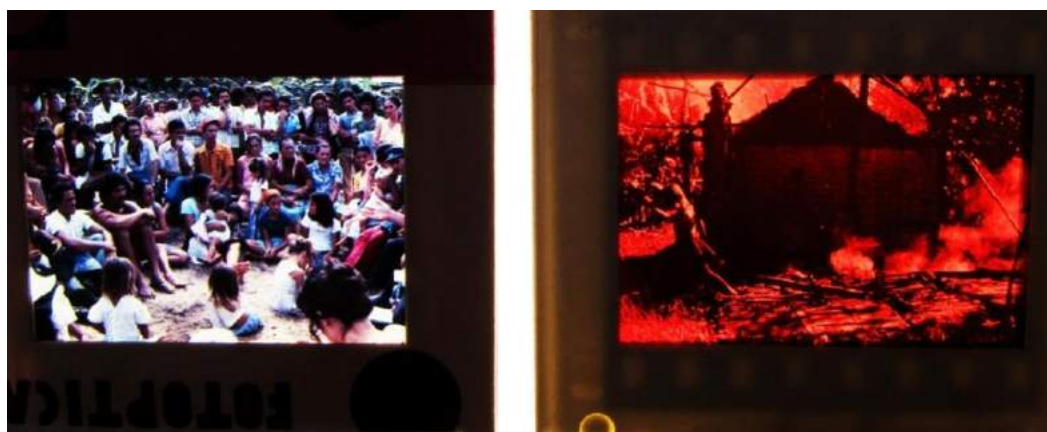
⁵⁹ Eles foram uma das famílias que resistiram na região, montando novas casas após o despejo. Não sabemos que o relato se refere ao período de antes do despejo de Jair ou depois. Contudo, ele mostra que ao longo de todos esses anos houve uma forte violência de gênero, seja pelas ameaças que eram feitas às mulheres, seja pelas ações diretas de agressões a elas, como no caso do estupro.

⁶⁰ De origem carioca havia Angela Mascelani, Guy Van de Beuque e Enio Browns Filho.

até março de 79, a gente esteve bem envolvido (Angela Mascelani em entrevista concedida a Annagesse Feitosa e Iby Montenegro de Silva em 26/03/2015).

Ainda em 1979, ocorreu o despejo de 23 famílias, que foram morar em casas de parentes e até mesmo em cavernas. Também em reação a essa articulação, os *jagunços* começaram a destruir as barracas dos mochileiros que iam às praias da região.

Figuras 2 e 3. Reunião dos trindadeiros com os estudantes (não se sabe o ano) e a queima de casas em Trindade



Fonte: Arquivo pessoal de Adriana Mattoso. Fotos de Adriana Mattoso.

Como já mencionado, José Roberto Cintra e Priscila Siqueira eram jornalistas em São Paulo, sendo ela repórter regional do *Estado de São Paulo* e do *Jornal da Tarde*. Entre 1978 e 1981, ambos, junto com Adriana Mattoso, que registrava o conflito e levava imagens e outras denúncias aos mesmos jornais, denunciavam o conflito através da imprensa.⁶¹ Reportagens sobre o conflito eram divulgadas em periódicos e televisões estaduais e nacionais, enquanto os trindadeiros refaziam as casas e o leito do rio, destruídos pelos tratores.⁶²

⁶¹ Em relato ao documentário *Trindadeiros – 30 anos depois* (PAIVA e DELFIM, 2009), Antonio de Jesus, ao refletir sobre o papel da imprensa, destaca a sua importância para a documentação e análise da luta, sobretudo, para as gerações atuais.

⁶² Neste tempo, os trindadeiros construíram uma igreja evangélica como símbolo da resistência e luta (também como um abrigo no caso de outra remoção forçada). Na construção desta nova igreja, mulheres e crianças ajudaram no mutirão, levando terra ou fazendo a comida de forma comunitária. Para um *caičara* entrevistado pelo documentário *Vento Contra* (MATTOSO, 1979), a nova igreja simbolizou a união do povo diante a repressão. Como as casas e demais benfeitorias, a igreja foi destruída pelos jagunços.

O papel da imprensa foi outro marco na mudança do jogo político no qual o conflito estava inserido. Inicialmente feitas pelos jornais aos quais os estudantes tinham vínculos, as reportagens conseguiam ampliar o conhecimento das violações a outros espaços, que não só o local. A repercussão chegou “ao estrangeiro”, como diria Siqueira (1989). Chegou à Igreja Reformada da Holanda, evangélica, que, sabendo das denúncias, pediu um relatório aos trindadeiros e à Companhia para se inteirar do que se passava no litoral sul fluminense. A Igreja queria saber como eram obtidos os lucros das cadernetas de poupanças de seus adeptos religiosos (SIQUEIRA, 1989). A Trindade Desenvolvimento Territorial S.A. nunca desenvolveu tal relatório, informa a autora, contudo, os trindadeiros fizeram um detalhado histórico de sua luta, que foi redigido, “por escolha e votação direta, pelo advogado Miguel Pressburger”⁶³ (SIQUEIRA, 1984, p. 76).

Segundo Jair da Anunciação, em entrevista, havia em São Paulo um órgão de nome Fundo Samuel, que recebia recursos desta igreja holandesa e investia no atendimento de comunidades carentes. Este órgão foi acionado pelos estudantes.

Procuraram esse órgão lá; essa ONG. E contaram a nossa história. O responsável pela ONG – que chamava Fundo Samuel – veio aqui, para ver a nossa história; ver o que estava acontecendo. E ouviu a nossa história. E queriam saber o que é que nós estávamos precisando. Nós precisávamos de material para comprar rede, para poder pescar; matar peixe. Porque a gente não podia mais sair de casa; tomando conta da família. Então, tinha que pegar peixe aqui, na região, vender esse peixe, para arrumar dinheiro para sobreviver; e até pagar a gasolina; o rango do advogado, quando ele viesse a Paraty. E aí, o Fundo Samuel, esse representante, veio aqui na Trindade... (Jair da Anunciação, em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014).

O representante deste fundo chamava-se Joss Schumacher e era holandês. Após a sua visita, enviou um relatório para a Igreja Reformada da Holanda, ainda conforme a memória de Jair da Anunciação. Para Adriana Mattoso, ao relatar o caso para esta pesquisa, Joss Schumacher tinha uma postura estratégica e por isso conseguiu a articulação. Além dos materiais demandados, a Igreja holandesa agiu em defesa dos trindadeiros fazendo uma reportagem em sua revista – *Informatie* – sobre o conflito em Trindade e a repressão por parte da Adela-Brascan.

⁶³ Na época já era assessor jurídico da CPT local. Além dele, Abílio Alapenha também era da CPT. Este último morreu assassinado na década de 1990, ainda por conta de conflitos na região de Paraty, segundo os relatos.

Figura 4. Capa e reportagem sobre Trindade, divulgada pela Revista *Informatie*

Fonte: Arquivo pessoal de Adriana Mattoso.

Além da Igreja, da imprensa, dos advogados e dos estudantes, no início da década de 1980, a SDLB passou a contar com o apoio da nova diretoria do STR de Paraty⁶⁴. A situação foi denunciada por ofícios sindicais do STR de Paraty e Fetag/RJ, abaixo-assinados e cartas-denúncias. Todas estas ações fizeram a empresa retroceder, retirando a maioria dos *jagunços* da área, deixando apenas seis deles. Seus métodos de promoção de violência, contudo, continuaram como feito anteriormente.

Na década de 1980, a Adela-Brascan começou a propor acordos aos trindadeiros, porém, com duras limitações aos modos de vida *caiçara*. As propostas eram recusadas, mas dividiam a organização dos moradores, posto que a situação jurídica e econômica de alguns era mais precária do que de outros. As propostas do acordo também trouxeram a paralisação do processo de despejo de alguns moradores, que voltaram a se dedicar à pesca e lavoura.

Fausto Pires de Campos exemplifica o significado do aprendizado de organização conquistado na articulação entre os trindadeiros e as pessoas vindas de fora, frente à repressão feita pela *holding*:

Essa multinacional Adela, ela foi uma participante ativa do golpe civil-militar de 1964. Justamente, a maioria da sociedade do litoral é de uma juventude que cresceu após este golpe e que teve uma vida e uma experiência política muito pobre, muito pequena. Que, no entanto, tinha

⁶⁴ Como mencionado, esta diretoria é eleita apenas em 1982 e neste tempo a presidência do STR era ocupada por Valdevino Cláudio dos Remédios.

uma discussão muito grande, juntando trindadeiros com não trindadeiros, passou a ser uma força importante para derrotar essa multinacional nessa primeira fase de vida (MATTOSO, 1979).

Foram anos de intimidação da Adela-Brascan ao povoado de Trindade até que a empresa vendeu por três milhões de dólares os títulos das terras da praia ao grupo paulista Cobrasinco, em junho de 1981. A Cobrasinco era uma empresa de capital nacional especializada em construções, de propriedade de João Pascovich. Com a morte do proprietário, a posse da empresa passou para seu filho, José Pascovich. Para Adriana Mattoso, em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 18/12/2014, a Adela-Brascan, ao perceber a mobilização, vendeu a área para se resguardar em Laranjeiras, que não tinha “dado problema”.

À luz destas mudanças, do medo de que seus investimentos turísticos também se esvaíssem em conflitos e do desgaste de imagem ocorrido com a *holding* (em razão das denúncias feitas à imprensa), a Cobrasinco propôs um acordo aos trindadeiros.⁶⁵ A notícia de que haveria um acordo trouxe de volta ao local diversos trabalhadores que haviam abandonado a vila, atraídos pela perspectiva de retornar ao seu pedaço de terra.

Sobre eles, Jair da Anunciação argumenta: “Apareceu vários acordos para nós. E que, todos eles eram um absurdo. Nenhum foi bom para os trindadeiros. O que ainda deixa os trindadeiros um pouco satisfeitos está sendo este último acordo. Agora, eu acho que ainda não é um acordo perfeito” (MATTOSO, 1979).

Após o anúncio da Cobrasinco de que estava disposta a negociar com os *caiçaras* uma área para eles viverem e plantarem, e assim cessar o conflito, houve vários momentos de encontro entre a empresa e os trindadeiros. Ao que parece, a cada encontro a empresa apresentava uma proposta, sempre negada pelos trindadeiros por não condizer com o que a comunidade considerava um mínimo necessário.

Dispostos a reconstruir a comunidade, os *caiçaras* exigem uma área mínima para o reassentamento das cinquenta e três famílias residentes no povoado há mais de trinta anos, aproximadamente, que estariam dispostas a trocar as cidades vizinhas pela volta a sua terra natal (BRAGA, 1983, p. 25).

⁶⁵ Com a venda da posse da terra à Cobrasinco, a responsabilidade pela indenização requerida na justiça pelos trindadeiros violados passou para ela.

O último acordo, aprovado pelos *caiçaras*, destinava uma área de 62 hectares para lavoura e 14,7 hectares para serem divididos em lotes para moradia. Trezentos hectares foram destinados para o desenvolvimento de um projeto da Cobrasinco. O restante da área ficou para o Parque Nacional da Bocaina. No documentário *Vento Contra* (MATTOSO, 1979) há uma fala de José Pascovich sobre o fato: “É um marco novo na luta pela terra no Brasil. Porque nesse caso de Trindade, está havendo uma composição entre dois interesses: o interesse do proprietário e outro, o interesse do posseiro”. Adriana Mattoso, no mesmo documentário, informa que, no entanto, a Cobrasinco não havia apresentado a proposta antes do dia em que foi feito o acordo e que, ao cabo, o mesmo não beneficiava os trindadeiros, ao contrário, favorecia a empresa que com isso rodearia a Vila de Trindade com hotéis e cassinos.

A comunidade residente em Trindade aceitou o acordo, em 05/11/1981. Contudo, a área destinada às moradias e às lavouras dos trindadeiros não foi suficiente a todos, havendo queixas, por parte de muitos, de que necessitavam de uma área maior para a lavoura. A escolha daqueles que iriam ficar com os lotes de terra, por sua vez, foi feita pelos próprios *caiçaras*, que priorizaram as famílias que eram mais extensas e também aquelas que ali resistiram durante todo o tempo de conflito.

Ao todo, 76 chefes de família tiveram direito à moradia e 40 tiveram direito à terra de lavoura. Apesar da insuficiência de terras, rapazes e moças solteiras acabaram recebendo lotes, contrariando a lógica familiar acordada e gerando hostilidades entre o grupo preterido e o grupo não preterido. No caminho de resgatar a unidade de luta antes conquistada no contexto de repressão, criou-se em 1989, pelos moradores de Trindade, a Associação de Moradores e Amigos de Trindade (Amat), que existe até os dias de hoje.

O fato de os trindadeiros terem permanecido com posses na área, mesmo sendo estas menores do que as que tinham antes da chegada da Adela-Brascan, foi visto pelas demais populações tradicionais do entorno de Paraty como uma luta bem-sucedida e de referência, segundo os documentos e os relatos obtidos no campo. Braga (1983, p. 25) salienta: “Trindade transformou-se num exemplo de resistência, sendo comum a solicitação para que os trindadeiros relatem suas experiências a populações vizinhas”.

Porém, em termos dos reflexos do conflito e da luta, Jonas Alves, presidente da Associação de Moradores Nativos e Originários de Trindade (Amot)⁶⁶ e Benedito Lopes,

⁶⁶ No decorrer da década de 1980 até os dias de hoje, a Amat sofreu uma reorganização transformando-se em Amot.

caicara que viveu o conflito com a Adela-Brascan, no documentário *Trindadeiros – 30 anos depois* (PAIVA e DELFIM, 2009), argumentam que o turismo, atualmente, ainda seria problema: atrai um grande público (em período de alta temporada, Trindade acaba comportando em torno de 25 mil pessoas, não havendo estrutura para isso) e é sazonal (sendo pouca a prática da pesca e da agricultura pela atual população e sendo o turismo a única fonte de muitos, a sazonalidade traz uma instabilidade econômica e ambiental para os moradores).

5.3. Campinho da Independência

Campinho é uma localidade, situada a 15 quilômetros ao sul de Paraty, no segundo distrito do município, na rodovia BR-101. Moravam no lugar várias famílias, descendentes de antigos escravos da Fazenda Independência, que possuíam as terras em comum, cada um usando o que precisava, adquirindo direitos de posse das gerações anteriores. Campinho é muito conhecido pela resistência de seus moradores aos processos de expulsão e por ser a primeira comunidade quilombola a ser titulada do Brasil, em 21/03/1999, com o cumprimento inédito do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que afirma: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Por volta da metade do século XIX, a Fazenda da Independência era uma fazenda de plantio de cana-de-açúcar e café, com uma significativa população escrava. Na região onde está Campinho provavelmente existiu um engenho de açúcar. A decadência econômica e regional que acometeu a região de Paraty no final daquele século fez com que os antigos senhores abandonassem gradativamente suas terras. Muitos núcleos negros surgidos na região se formaram a partir do abandono das terras pelos senhores ou da doação das mesmas às famílias de escravos (LIMA, 2008).

Vários comerciantes migraram para outras cidades porque as fazendas de café e de cana-de-açúcar em Paraty foram desvalorizadas com a construção da estrada de ferro no Vale do Paraíba. Em 1888, após a abolição da escravatura, muitas terras foram

abandonadas em Paraty, deixadas aos negros, que passaram a viver como camponeses na terra.⁶⁷

A história que os moradores de Campinho contam é que aos poucos os negros foram ocupando o sertão da fazenda, que depois ficou conhecido como Sertão da Independência. Entre as fazendas da Independência e Paraty-Mirim há um imenso vale e as casas não eram fixas. Construíam, derrubavam, reconstruíam em outros locais e cultivavam seus roçados mais adiante. Essa era a dinâmica. As pessoas das comunidades hoje conhecidas como Cabral, Campinho da Independência, Camburi e Fazenda usavam o mesmo território. A ocupação continuada do território se rompeu apenas quando surgiram Patrimônio, Pedras Azuis e Córrego dos Micos, comunidades formadas pela migração de capixabas, mineiros e baianos na década de 1960 (LIMA, 2008).

Os moradores de Campinho seriam remanescentes dos primeiros escravos libertos antes de 1888. Conforme relatam seus moradores, foi fundado por três mulheres: Antonica, Marcelina e Luiza, escravas que viviam na casa-grande da Fazenda Independência. Segundo Gusmão (1995, p. 46), eram dotadas de ofício: teciam, bordavam, penteavam para os brancos, possuíam saberes, posses e, no caso de Marcelina, o dom de “rezar os outros”, de fazer benzeduras, remédios e curas.⁶⁸

Com o fim da escravidão, as três mulheres receberam terras do senhor através de doação que, porém, não foi documentada. Contudo, lá continuaram vivendo, no mesmo local onde hoje está situada a comunidade. Praticamente todos os moradores são descendentes de uma dessas três mulheres, mas é importante ressaltar que há pessoas originárias de outros lugares que residem lá atualmente. “A memória coletiva das famílias em Campinho da Independência registra sua formação por volta de 1750” (BRASIL, 2010), isto é, bem antes do fim da escravidão.

A comunidade de Campinho, conhecida, por pessoas de fora da comunidade, como Senhor da Independência, mas também como bairro de Campinho ou “bairro dos pretos”, era caracterizada pela agricultura, pesca para subsistência e troca. Os moradores trabalhavam nos roçados, nas plantações de mandioca, feijão e banana. O local era

⁶⁷ O termo camponês é aqui empregado fazendo referência ao modo de vida da comunidade, nos moldes de Wolf (1976) e Moura (1988), e não como uma categoria política como trata Grynszpan (1990).

⁶⁸ A literatura faz uma distinção clara entre os escravos do eito e os escravos da casa. Gilberto Freyre (1981) demonstra que haveria de fato uma diferenciação entre escravos, ocupando os domésticos a posição superior. O autor demonstra que havia uma hierarquia, e a parte aristocrática eram os escravos do serviço doméstico, sendo tratados, por vezes, quase como pessoa da família.

marcado pelo uso comum da terra e de seus recursos pelo grupo (GUSMÃO, 1995).⁶⁹ Os homens também trabalhavam fora, em fazendas de plantação de banana ou em barcos de pesca no Rio de Janeiro e São Paulo. Nestes casos, Gusmão (1995) aponta que eram identificados como negros camponeses.

A comunidade também é fortemente marcada pelo preconceito racial por parte da sociedade de Paraty (LIMA, 2008). Como ressalta Gusmão (1995, p. 173), “o negro de Campinho aparece para a população urbana como caipira e estigmatizado como crioulo ou peão”. Gusmão (1995) expõe o caso do preconceito de um político da cidade que se referia à população negra como “macacada” e, deste modo, refletia sua visão acerca da inferioridade que atribuía ao grupo.

A trajetória de Campinho é marcada por lutas, disputas e resistência. Lima (2008) destaca que, desde a década de 1960, antigos fazendeiros de Paraty-Mirim e seus herdeiros alegaram ser os proprietários das terras de Campinho e conseguiram fazer com que os moradores, que mal sabiam escrever seus nomes, assinassem documentos ou marcassem com os dedos folhas em branco que, posteriormente, foram anexadas a um processo de despejo, cujo intuito era a anexação da Fazenda de Campinho à Fazenda de Paraty-Mirim.

Fatores que contribuíram fortemente para as mudanças na dinâmica da comunidade foram a construção do Parque Nacional da Serra da Bocaina, limitando o extrativismo, a caça e a pesca, e a abertura ao tráfego da rodovia BR-101, a Rio-Santos, perpassando as suas terras. Com a valorização das terras impulsionada pelo turismo, os moradores passaram a sofrer pressões de *grileiros*.

Gusmão (1995) também destaca que, desde a década de 1960, determinadas leis foram aprovadas e, com os reflexos de urbanização crescente, mudaram os interesses sobre a terra e restringiram seu uso para fins agrícolas. Ela aponta o Decreto nº 6.897, de 13/01/1960, quando o Estado do Rio de Janeiro desapropriou para fins de colonização agrícola, no âmbito do Plano de Ação Agrária, as fazendas Paraty-Mirim e Independência e, em 1966, o tombamento de Paraty como Patrimônio Histórico. Gusmão (1995) reforça que o Iphan faz então um levantamento da área para fins de aproveitamento turístico, fatos já apontados na parte inicial deste capítulo.

As famílias então alojadas na Fazenda Independência em 1960 foram apontadas alguns anos depois como destruidoras da reserva florestal, isto é, foram acusadas de

⁶⁹ Há vasta literatura sobre o sistema de uso comum. Ver, entre outros, Silva (1996); Almeida (1989).

transformar uma área de mata virgem em volta da Fazenda em um imenso deserto, em pouco mais de dez anos (*Jornal do Brasil*, 22/08/1972).

Já nos anos 1970, na área de 11 mil hectares, pertencente às duas fazendas, o governo fluminense pretendia implantar um projeto de colonização com a transferência de 176 famílias da área do futuro Parque Nacional da Serra da Bocaina para a Fazenda Independência. Seria criada uma agrovila-modelo para estas famílias.

Para tal projeto o governo enviou técnicos de seu Departamento Geográfico (DG) e contratou o professor Fernando Valverde para coordenar o programa. O governo fluminense determinou o prazo de seis meses, em junho de 1972, para a construção de 176 casas na Fazenda Independência (*Jornal do Brasil*, 29/06/1972).

Em agosto do mesmo ano notícias sobre a atuação do IBDF no Parque estampavam os jornais, pois seis agentes especiais deste órgão estavam vasculhando, durante a madrugada, as matas do Parque, procurando caçadores e desmatadores clandestinos. Segundo o *Jornal do Brasil* de 30/07/1972, o Instituto recebeu a denúncia da presença de caçadores naquela região, onde, para preservação das espécies, a caça é proibida. Ainda segundo a notícia, a preservação do Parque é considerada fundamental pelo IBDF.

O IBDF argumentava que estavam no entorno sem qualquer orientação e, para sobreviver, estavam destruindo as matas. Argumentava ainda que o Parque da Bocaina estaria na área considerada, por decreto federal, Patrimônio Histórico Brasileiro (*Jornal do Brasil*, 30/07/1972).

Neste contexto, o governador Raimundo Padilha liberou verba para execução dos trabalhos de colonização e posse das fazendas Paraty-Mirim e Independência. A verba seria usada no levantamento topográfico, físico, geomorfológico, socioeconômico e em pesquisas de solo, vegetação e clima (*Jornal do Brasil*, 22/08/1972).

Essa área da qual tratamos acima foi doada à Companhia de Turismo do Estado do Rio S.A. (Flumitur), através de um decreto estadual publicado no diário oficial de 30/11/1971, criando o Parque Estadual de Paraty-Mirim, constituído pelas terras das Fazendas Paraty-Mirim e Independência e, em especial, pelas faixas litorâneas da baía ou saco de Mamanguá e baía dos Meros.

Com a doação das duas fazendas para a Flumitur explorar turisticamente a região, os colonos ficaram sem perspectivas de transferência. Mesmo após essa doação, a Flumitur demorou a iniciar os projetos turísticos nas áreas. De acordo com o jornal o

Jornal do Brasil, de 25 de fevereiro de 1973, talvez isto estivesse intimamente ligado à falta de delimitação das áreas, tanto do Parque Nacional da Serra da Bocaina quanto das Fazendas Paraty-Mirim e Independência.

Com a instituição do Parque Nacional da Serra da Bocaina, em 1971, os moradores de Campinho passaram a ser proibidos de praticar a caça e coleta na mata como sempre haviam feito para sobreviver. Os administradores do Parque definiram normas para a vida da localidade, até mesmo impedindo e/ou controlando práticas e atividades ali consolidadas, isto é, houve uma supressão das práticas costumeiras. São vários os conflitos gerados pela falta de informação sobre os objetivos da Unidade de Conservação e os limites de uso do território, entre outros, como disposto nas considerações feitas por Almeida (1997), quando aponta que, tanto no caso da criação das unidades de conservação, como no tombamento e na transformação do município em Monumento Nacional, houve ausência da população local nas decisões. Almeida menciona que “o Relatório de Conflitos de Terras da Fetag/RJ, do ano de 1979, considera o Parque como um conflito fundiário” (ALMEIDA, 1997, p. 40) e afirma que:

As famílias trabalham há mais de 50 anos nessa região, produzindo intensamente produtos de lavoura temporária e permanente que eram levados ao mercado local. A partir de 1971, com a criação da reserva ficaram impedidos pelo IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – atual Ibama – de continuar seus plantios. O que se constata é que a demarcação de área que excluísse suas lavouras não foi atendida. No entanto, o Parque que em 1971 possuía uma área total de 134.000 ha, teve sua área reduzida por decreto, em 1972, para 10.000 ha. E, coincidentemente, várias empresas, inclusive multinacionais, hoje se dizem “donas” de áreas desmembradas do Parque (ALMEIDA, 1997, p. 40).

No segundo semestre de 1975, apareceu em Campinho um homem dizendo que era o filho do proprietário daquelas terras, ou da maior parte delas, e que morava em Santos. Causou espanto geral entre os moradores, que nunca souberam de um possível dono daquelas áreas. Mas tal proprietário constava realmente como inscrito no cartório de imóveis de Paraty, desde os anos 1920, e se chamava Romualdo Salvador Marianna, morador de Paraty naquelas épocas, sem que os lavradores soubessem (CPT. “Relatório sobre Conflitos de Terra – Campinho da Independência”. 1977. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino). Em primeira instância recorreram ao STR de Paraty, que indicou seu

advogado, Antônio Francisco Mayer, para assumir o caso. Mas este propôs uma ação de usucapião com o custo financeiro muito alto por família. Os moradores logo desistiram.

Os moradores de Campinho se organizaram em torno de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) em 1975, e em seu interior estruturou-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT) local, cuja assessoria jurídica passou a orientar o grupo na justiça em busca de seus direitos através do advogado Thomaz Miguel Pressburger. Os moradores aceitaram sua proposta com um custo mais acessível e ele iniciou o trabalho com 16 famílias. Elas se esforçavam para cada um reunir por mês uma quantia, alguns mais outros menos, para cobrir a mensalidade e as despesas da causa (CPT. “Relatório sobre Conflitos de Terra – Campinho da Independência”. 1977. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino). A citação abaixo indica como se deu a organização das famílias para quitar os custos da causa:

Por causa do Valentim o povo já estava acostumado a se reunir, principalmente nas celebrações religiosas. Com o aparecimento dos “donos” da terra, o povo foi se unindo mais para estudar a situação. Atualmente, se organizaram, com provas e documentos necessários, para conseguir usucapião. Arcaram com as despesas na medida do possível. Tem uma caixa para a qual contribuem mensalmente com uma parte, ao alcance de cada um, como se fosse pagamento de prestação. Assim vão pagando, aos poucos, os advogados e agrimensor. Tem uma comissão representativa escolhida por eles mesmos (*Boletim da Diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda*: nº 103, Ano VII, 1977, julho, 2ª quinzena).

Houve dificuldade em localizar o proprietário para que fosse solicitado a comparecer ao Fórum de Paraty. Um dos lavradores, delegado pelo grupo, foi procurar o endereço em São Vicente (Santos), pedindo informações nos bares da cidade, e foi bem-sucedido (CPT. “Relatório sobre Conflitos de Terra – Campinho da Independência”. 1977. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino).

Passaram-se as primeiras audiências sem a presença do proprietário, já que este ainda não havia sido solicitado. Durante as últimas audiências, foi intimado mas negou-se a comparecer. Com isso, duas das 16 famílias de lavradores logo tiveram sua posse legitimada. Esperava-se o mesmo resultado para as 14 restantes, nas audiências até o fim do mês de agosto de 1977, mas havia pouca dúvida sobre um julgamento positivo no final a respeito do título definitivo de propriedade em favor das 16 famílias (CPT. “Relatório sobre Conflitos de Terra – Campinho da Independência”. 1977. Arquivo do Cedoc Dom Tomás Balduino).

A partir deste momento o caso de Campinho começou a servir de exemplo de esperança para muitos outros lavradores do município e da região que estavam envolvidos em conflitos de terras. Um trecho da correspondência de maio de 1976 enviada pelo padre Pedro Geurts a Ivo Poletto, primeiro secretário-executivo da CPT, afirma:

Em primeiro lugar te mando alguns relatórios atualizados. Especialmente o caso de Campinho e o outro de Barra Grande podem ser interessantes para você. Campinho está indo muito bem e para nós é considerado um caso ganho no foro [sic], mas tem ainda certos problemas em relação à própria comunidade, que tem alguns elementos que estão atrapalhando por falta de entendimento de causa. Mas em geral vai ótimo. O Dr. Miguel aparece duas a três vezes por meses aqui e está bastante animado pela causa. E com ele tem outros interessados. Até a Eni já esteve aqui, acompanhando o movimento. O trabalho mais importante agora é o fortalecimento da comunidade, e isto não é fácil por causa das mudanças sociais e o aliciamento da sociedade de consumo. A cidade está muito perto... E os turistas andam por aí para mostrar que a vida poderia ser mais cômoda... (Pe. Pedro Geurts, 20/05/1977. Trecho de Carta Remetida a Ivo Poletto. Arquivo do Cedoc Dom Tomás Balduino).

Gusmão demonstra que, nessa época, cada uma das famílias individualmente foi chamada a reconhecer o perímetro de suas terras e interpor a ação de usucapião argumentando que desde o século XIX habitavam aquelas terras, para assegurar o direito contra o pretense dono. “Com isso, a percepção sobre a posse e o uso da terra dos ancestrais como terra coletiva entra em questão e altera o universo comunitário” (LIMA, 2008, p. 68 *apud* GUSMÃO, 2007, p. 169), pois significou para alguns a ideia de que a terra comum passou a ser propriedade individual, tornando possível a venda por aquele que quisesse.⁷⁰

Em 1980, o Estado do Rio de Janeiro interveio manifestando interesse na área e solicitando o envio das ações para a Vara de Fazenda Pública. Já em 1986, a União Federal alegou estar interessada na área devido à criação da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável criada em 1983. Justamente o local onde Campinho estava situado. A comunidade passou, então, a ter que disputar as terras com o poder público interessado na preservação ambiental da área, além

⁷⁰ Gusmão (1995) se refere aos territórios contemporâneos ocupados pela população negra como *quilombos modernos*, entendidos também como *terras de preto* nos termos de Almeida (1989), considerando a natureza e a organização dos domínios doados ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, aos ex-escravos cujos descendentes permanecem nas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha e sem delas se apoderarem individualmente.

dos grileiros e empreendimentos imobiliários. Com a abertura da estrada Rio-Santos e o fim do relativo isolamento de Paraty ressaltando o seu potencial turístico, Campinho sofreu mudanças: “os moradores encontraram na rodovia Rio-Santos, BR-101, uma alternativa de viabilização, em termos de mercado para seus bens e para sua força de trabalho” (GUSMÃO, 1995, p. 39). Neste contexto observa-se que os moradores locais transformaram o trabalho na roça em algo secundário,⁷¹ pois cuidavam da terra nos momentos de desemprego ou nas folgas, e “passaram a trabalhar na construção da estrada e depois em Laranjeiras, o condomínio de alto luxo, lugar de lazer e descanso do empresário capitalista, urbano por excelência, com a área total de 1.131,44 ha”.

A pesca também passou a ser uma prática eventual, pois o rio Carapitanga tornou-se poluído em função do crescimento do núcleo urbano que se instalou nos arredores da comunidade. Por esse motivo, os moradores perceberam a necessidade de trabalhar fora de Campinho, como assalariados, embora temporários, sem garantias trabalhistas ou uma maior estabilidade (GUSMÃO, 1998).

Como apontado anteriormente, a estrada trouxe a supervalorização da área em que se encontra a comunidade e *grileiros* começaram a tentar expulsar os moradores das terras. Em Campinho, pessoas apareciam dizendo-se donas das áreas, invadiam a comunidade, impediam que os moradores construíssem casas, deixando-os atemorizados.

Contudo, com a aprovação do artigo 68 das disposições transitórias da CF/1988, Neusa Gusmão⁷² alertou a comunidade sobre a necessidade de organizar uma associação de moradores no local, segundo os moldes necessários, para receber o título da terra em nome da comunidade (LIMA, 2008). A comunidade se organizou e fundou a Associação dos Moradores do Campinho da Independência (Amoc) em 1994.

Através de Benedita da Silva, vice-governadora na gestão Anthony Garotinho, em seu primeiro ato público em 1999, deu-se oficialmente o reconhecimento e posse da terra aos moradores de Campinho. Em março de 1999, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) e a Fundação Cultural Palmares entregaram o título definitivo à Comunidade Remanescente de Quilombo do Campinho da Independência.

⁷¹ A este respeito, ver: Gusmão (1979). Tal situação também nos lembra o “trabalho acessório”, como indicado por Kautsky (1980), isto é, aquele no qual o camponês dedica uma parte do tempo ao trabalho pago e uma outra parte ao tratamento de sua própria lavoura. No entanto, na situação acima, é o trabalho na roça que se torna secundário.

⁷² A antropóloga Neusa Maria Mendes Gusmão realizou sua pesquisa de mestrado e doutorado em Campinho da Independência e teve papel significativo junto aos trabalhadores na luta, pois seu trabalho se tornou um marco na articulação política da comunidade sobre a posse pela terra.

Os moradores receberam da Fundação Cultural Palmares e da Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado do Rio de Janeiro o título definitivo de seu território com 287,9461 hectares.

5.4. São Gonçalo e São Gonçalinho

São Gonçalo fica situado no norte do Município de Paraty, em frente ao mar, entre as localidades de Tarituba e Taquari, quilômetro 154 da rodovia BR-101, a 32 quilômetros da Cidade de Paraty. Os moradores, mais de 80 famílias, são quase todos originais do lugar, posseiros, trabalhando na roça, especialmente em bananais. São Gonçalinho, fica à margem da BR-101, também à altura do quilômetro 154. Há registros de conflitos nesses locais desde a década de 1970 envolvendo os trabalhadores e a empresa White Martins S/A, conflitos estes que se intensificaram a partir da construção da rodovia Rio-Santos.

Aproximadamente em 1936 a área foi comprada pela White Martins, que tentou estender cada vez mais seu território. Muitas pessoas, naquela época, fizeram um contrato com a companhia, reconhecendo-a como proprietária e pagando uma pequena renda. Outros não assinaram o contrato. A presença de tal empresa é percebida de forma intermitente: ela se retirou da área por determinados períodos, porém, se estabeleceu definitivamente durante a construção da Rio-Santos.

Entre idas e vindas, regressou em 1940 através de um preposto, Oséas Martins de Almeida, já entrando em conflito com os moradores durante tentativas de expulsão. Tal preposto tentou incorporar às terras da White Martins terras próximas de Tarituba até Iri-Guassu (Fetag/RJ. “Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty”, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). Inicialmente este agente também comprou algumas posses com a intenção de manter uma usina para fabricar alcatrão de madeira.⁷³ Com o tempo, buscaram englobar outras terras às suas, uma prática comum, vista em outros casos estudados neste relatório, e lançaram mão de vários artifícios, como a contratação de dois portugueses, Miguel e Francisco Souto, apresentados aos locais como administradores. Eles faziam uso de violência, espancando, perseguindo e expulsando os lavradores visando suas terras. Mesmo após esses episódios, a White

⁷³ O alcatrão vegetal é obtido a partir da queima do carvão vegetal através de vários procedimentos que vão dos mais simples até os mais complexos sistemas de destilação. Da queima do carvão vegetal temos como resíduo uma fumaça e desta fumaça obtém-se o alcatrão vegetal, que se apresenta como uma substância espessa, algumas vezes xaroposa, de cor escura que varia do castanho ao negro, com forte odor característico. Uma das inúmeras aplicações do alcatrão vegetal é o uso veterinário, farmacêutico, na indústria química, na fabricação de espumas de poliuretano, entre outros.

Martins retirou-se da área, regressando durante a construção da rodovia Rio-Santos, em um contexto de forte especulação imobiliária e incentivo à indústria.

Foi em torno de 1972 que a empresa contratou pessoas que detinham armas de fogo, “sendo que algumas vezes portavam metralhadoras” (Fetag/RJ. “Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty”, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ), e permaneciam dentro da fazenda. Estas pessoas tinham por fim perseguir os posseiros. A White Martins alegava ser dona das terras, mesmo sendo a sua titulação da área de origem duvidosa. Registra-se que a empresa também tentou se apoderar de terras públicas:

A firma White Martins S/A, dizendo-se dona de vasta área de terra que vai do mar até São Paulo, vem ameaçando os posseiros, impedindo-os de plantar. Essas terras são tidas como devolutas, havendo inclusive cessão de parte da área a particular, por parte do Governador Paulo Torres, cessão essa impugnado pela White Martins. Assim área pertencente ao Estado do Rio passou misteriosamente para as mãos da multinacional White Martins. As formas de pressão foram as mais diversas: desde forçar os posseiros a assinar contratos de arrendamento desvantajosos, destruição de lavouras até tiroteio quase atingindo um dos posseiros e, em 1973 assassinando dois trabalhadores (Fetag/RJ. “Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty”, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).⁷⁴

Com a construção da Rio-Santos, Siqueira (1984) aponta que a empresa contratou um policial carioca, entre os anos de 1972 e 1973, que bateu e desrespeitou os posseiros, até que acabou matando dois deles. Esse policial era Ciro Machado, que se dizia sargento reformado da Polícia Militar, e começou a intimidar as pessoas. De acordo com as denúncias, para intimidar os moradores, “portava todo o tempo arma na cintura e afirmava ser pago pela White Martins para ‘limpar a fazenda de posseiros’” (Fetag/RJ. “Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty”, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). Agrediu com pedaços de pau José Franquelin de Oliveira e espancou José Evaristo, em 1975. A pressão chegou a tal ponto que o guarda assassinou o lavrador Amâncio Bonifácio da Cruz e seu filho Vítório (CPT. Relatório sobre Conflitos de Terra – Campinho da Independência. 1977. Arquivo do Cedoc Dom Tomás Balduino da CPT).

⁷⁴ Alertamos aqui a necessidade de um esforço de pesquisa para que seja possível descrever minuciosamente os envolvidos neste caso, pois pode haver uma vinculação entre agentes públicos e privados, e, se for o caso, isto revela uma das faces da repressão no campo.

Ciro Machado demorou a ser preso, mas foi condenado a 33 anos de prisão, mesmo contando com advogados que o defendiam pela White Martins. Sua prisão trouxe a paz ao local durante algum tempo. Mas a White Martins colocou outro jagunço em seu lugar, o chamado Pedrão. Este jagunço derrubou a casa da família Souza, pertencente a um dos posseiros da área, e também uma obra da prefeitura local lá existente (Fetag/RJ. “Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty”, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Em 1976 a companhia voltou a propor contratos aos moradores. Siqueira demonstra que, após o fato, a empresa começou a chamar os *caiçaras* para fazer um “acordo”, “dando o que bem entendia de terras”. Ainda de acordo com Siqueira (1984, p. 28): “A White Martins já destruiu 50 casas de posseiros para nada de útil fazer com as terras – só guardá-las para especulação imobiliária”.

A empresa passou a adquirir grandes extensões de terra na região, como aponta Lhotte (1982), inclusive a Fazenda Patanguera, que fica na divisa do Município de Paraty com Angra dos Reis. Segundo Siqueira, a região foi patrulhada por jagunços armados, montados a cavalo, a mando da empresa “que, entre outras coisas, mantém o monopólio do oxigênio no país” (SIQUEIRA, 1984, p. 26).

No cartório de Paraty existia um inventário datado de 1845 que registrava as terras de São Gonçalinho como bens do capitão-mor Antonio José Pereira da Cruz e de sua esposa, Ana Maria Lapa. Siqueira também reforça que:

As terras do lugar chamado São Gonçalinho foram lançadas à Fazenda Nacional pela quantia de um conto quatrocentos e dez mil e quinhentos réis, pelo pagamento dos impostos atrasados deste capitão. Ou seja, segundo os documentos, as terras passaram a ser posse da União. Porém, apesar disso, na ação de reintegração de posse, a empresa se disse dona legítima da área, inclusive, dos acréscimos da Marinha (SIQUEIRA, 1984, p. 26).

A autora apresenta um relato do então gerente da White Martins, Júlio Cesar Cassano, afirmando que: “estamos recuperando o que é nosso; queremos apenas que eles (os posseiros) saiam do local porque temos outros planos para a região” (SIQUEIRA, 1984, p. 26). De acordo com ela, os *caiçaras* acreditavam que isso se devia ao fato da White Martins ter tido uma sede de fazenda na praia vizinha de São Gonçalinho. Apresenta ainda o depoimento de um dos trabalhadores que residia no local, Arlindo de Souza Sobrinho, 75 anos de idade, nascido e criado nesta praia:

A companhia proibiu todos os que moram aqui de cuidar das suas roças. Todos os dias, dois capatazes de fazenda passam a cavalo pela praia e, se nos veem fazer um roçado ou consertar nossas casas, ameaçam a gente. Como podemos sobreviver na terra se não podemos cuidar de nossas plantações? (SIQUEIRA, 1984, p. 27).

Nas declarações de Júlio Cesar Cassano à imprensa, ele desconsiderava uma série de costumes e práticas que ligavam os caiçaras à terra e questionava sua presença, “[...] porque a maioria, ao contrário do que afirmam, não nasceu no local e sabe perfeitamente viver de outra coisa” (SIQUEIRA, 1984, p. 27). Em contrapartida a tais declarações, podemos observar o caso de Orivaldino Geraldo da Silva, o mais velho morador de São Gonçalinho. Sua certidão de nascimento comprova que ele nasceu na praia. Outros pescadores também tinham certidões que provavam seus nascimentos na localidade.

Segundo Siqueira (1984), para os pescadores e agricultores, a má sorte começou com a construção da BR-101, que atçou a “ganância dos homens”. A autora apresenta o depoimento de Jair Alves da Silva, que era natural de São Gonçalinho, lá foi criado e depois se tornou presidente do STR de Paraty. Sobre o caso de São Gonçalo, Jair Alves da Silva expôs a Siqueira:

Meus pais contavam que a White Martins comprou uma “sorte” de terras em São Gonçalo e botou aí um armazém. Nessa época muito caiçara trocou suas terras por um pedaço de fumo ou um pouco de querosene. A empresa tirava madeira deste litoral para fazer alcatrão. Mais tarde, ela pôs tanto boi nas plantações que a terra chegou a virar areia (SIQUEIRA, 1984, p. 27).

Em 1972, as tentativas de expulsar os trabalhadores em São Gonçalinho eram constantes (FETAG/RJ. “Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty”, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). Era fortemente percebida a atuação dos jagunços, alguns apontados como vinculados à Polícia Militar, como é o caso de Ciro Machado; outros, como guardas florestais do IBDF. Estes, ao cabo, agiam para defender interesses privados da White Martins, de tal forma que o grupo chegou a invadir cozinhas das casas dos posseiros para intimidá-los. E “quando os jagunços são denunciados ou processados, a Cia. simplesmente os substitui como fez no caso do Ciro Machado” (Fetag/RJ. “Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty”, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

As violências sofridas pelos trabalhadores nesse local não se encerraram na década de 1970, pois na década seguinte ocorreram outros casos, como o vivenciado pela família de Clarice da Conceição, uma senhora, *caiçara*, mãe de muitos filhos, nascida e criada em São Gonçalinho. Em meados de 1983, ela recebeu uma intimação do juiz de Direito de Paraty, pondo-a a par da ação de despejo por “rito sumaríssimo” que a White Martins movia contra ela. A alegação da empresa era a de que existia entre ambas um contrato de arrendamento rural (percebemos aqui outro artifício utilizado para expulsar os *caiçaras*). Cabe destacar que na ação judicial foi anexado um contrato de arrendamento que se destinava ao exercício de exploração agrícola ou agroindustrial. Clarice assegurou não saber assinar: “e eu não botei o dedão em papel nenhum, não” (SIQUEIRA, 1984, p. 28). Neste caso nota-se a possibilidade de falsificação de documentos, outra prática para expulsar os moradores da terra.

O advogado que defendeu Clarice foi Jarbas Macedo de Camargo Penteado, cuja ação na região já foi tratada em diversos momentos deste capítulo.⁷⁵ Examinando o contrato apresentado pela White Martins, ele descobriu que havia sido assinado a rogo, em 1975, por uma professora chamada Leci Guedes, que na época trabalhava em São Gonçalinho. Na justiça, Leci Guedes declarou que “não se lembrava da área de arrendamento no momento em que assinou o contrato, nem o total da área arrendada, além de não lembrar se Dona Clarice colocou ou não sobre o contrato suas impressões digitais” (SIQUEIRA, 1984). Para Jarbas Penteado, muitas irregularidades exemplificariam os meios usados pela White Martins em São Gonçalinho:

Como pode ser colhida a pretensão da empresa se tal contrato fere toda a conscientização do que se entende por arrendamento? Além disso, acresce o fato de Dona Clarice não ter assinado nem colocado suas impressões digitais, muito menos autorizado a professora a assinar o documento em rogo. Mesmo porque, neste caso, como entendem renomados tratadistas do Direito Civil, deve ser efetuado um contrato por instrumento público para que o Oficial de Cartório possa verificar se as partes estão manifestando sua vontade livremente (SIQUEIRA, 1984, p. 29).

Após o caso ocorrido com Clarice da Conceição em 1983, registrou-se também que em 1986 o administrador da Fazenda intimidava os posseiros fazendo-se acompanhar por militares. No mesmo ano houve uma ação de despejo contra 16 famílias na justiça

⁷⁵ Em 1984 o advogado contava com apoio do Instituto Histórico e Artístico da Prefeitura de Paraty e da diretoria do STR de Paraty.

bem como uma denúncia do STR local ao governo estadual (CPT. “Histórico de Conflitos – São Gonçalo”. 10/1986. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino).

Como forma de ação frente às práticas repressivas, inicialmente, os *caiçaras* procuraram as autoridades municipais que, no entanto, se mostraram omissas em relação à violência. Os trabalhadores buscaram também o STR de Paraty. Foi solicitado ao órgão os serviços de seus dois advogados, Antônio Francisco Mayer e Alírio Campos. Para Siqueira, era obscura a história da relação entre o primeiro advogado e os *caiçaras* de São Gonçalinho: ele deteve a maioria das ações de defesa dos *caiçaras*, levadas por Jair Alves da Silva. Em São Gonçalinho, conforme o contrato firmado entre Antônio Francisco Mayer e os posseiros (muitos deles, analfabetos e crentes, nas palavras do “irmão da fé”), o advogado ficaria com 20% do produto da venda de suas posses, caso vencesse a ação judicial. O que Antônio Francisco Mayer recomendava era que reivindicassem um preço maior pelas posses, o que traria mais lucros para eles. Contudo, ele não conversou com nenhum *caiçara* sobre a possibilidade deles permanecerem em suas terras, apesar de ter em mãos o documento que provava que o título da praia era da União.

Segundo Siqueira, “Mayer trabalha para o IBDF, onde conseguiu financiamento a fundo perdido para a fazenda São Gonçalo, destinado à plantação de eucaliptos nesta praia de propriedade da White Martins” (SIQUEIRA, 1984, p. 31). A autora ainda nos informa que na época:

A ação desenvolvida pela Sociedade de Defesa do Litoral, do Instituto Histórico da Prefeitura de Paraty – empenhado na preservação da cultura *caiçara* – e pela Pastoral da Terra da diocese de Itaguaí, da qual Paraty faz parte, fez com que os moradores de São Gonçalinho pretendessem mudar de advogado. E àqueles que o procuram, Maia afirma que só entregará os documentos e a procuração mediante a quantia de dois milhões de cruzeiros (SIQUEIRA, 1984, p. 31).

Como pôde ser observado anteriormente, no caso de Trindade, verifica-se que tais advogados atuaram por interferência de Jair Alves da Silva, quando as ameaças de expulsão dos posseiros começaram a ser feitas pela multinacional Adela-Brascan. No entanto, estes agiram a favor da empresa, acordando contratos de venda e de comodatos. Em São Gonçalo, Jair Alves da Silva gozava de confiança por ter enfrentado os homens armados da White Martins; no entanto, no que concerne ao processo de legalização das posses, parece não ter feito nada. Como no caso de Trindade (e de Barra Grande, que veremos a seguir), a atitude dele foi ambígua, pois, segundo relato do padre Pedro Geurts,

os homens da White Martins usavam sua casa como escritório disfarçado, durante suas atividades na localidade (CPT. “Histórico de Conflitos – São Gonçalo”. 10/1986. Arquivo do Cedoc Dom Tomás Balduino).

No tocante à plantação de eucalipto da Fazenda São Gonçalo, segundo a documentação da CPT datada de 1986, foi realizada uma denúncia pelo vereador Wilson Leal do Partido Democrático Social (PDS) ao delegado regional do Trabalho, Pedro Gonçalves. O vereador disse que a White Martins estava desmatando a Mata Atlântica, entre a Rio-Santos e os contrafortes da Serra do Mar desde 1972, quando passou a promover a expulsão daqueles que habitavam a região havia mais de 50 anos.

Fiscais da Subdelegacia Regional do Trabalho de Barra Mansa, em apenas cinco horas de serviço, conseguiram levantar os nomes de 110 dos 160 plantadores de mudas de eucaliptos na Fazenda São Gonçalo que trabalhavam em regime de escravidão. Do grupo, 50 eram menores e outros 50 não foram localizados, estando dois deles hospitalizados (*Jornal de Brasília*. “Trabalho Escravo em Fazenda Já Começa a Ser Investigado”, 15/11/1984. Brasília: 15/11/1984. Arquivos do Cedoc Dom Tomás Balduino). Os trabalhadores, com média de idade de 23 anos, foram levados em três ônibus de Januária, Minas Gerais, na divisa com a Bahia, distante 1.450 km de Paraty, com a promessa de receberem um alto pagamento ao final de dois meses de serviço, quando seriam dispensados e levados de volta.

Ao partirem de Januária, os trabalhadores receberam um adiantamento, porém, o restante do dinheiro só seria pago ao final do contrato firmado verbalmente com José Gonçalves de Andrade, o “Zé Arroz”, que subempreitou a plantação de 750 mil mudas numa área de dois alqueires dentro dos 902 da fazenda. A empreiteira foi assumida pela Plantar S/A Planejamento Técnico e Reflorestamento, com sede em Belo Horizonte, MG (*Jornal de Brasília*. “Trabalho Escravo em Fazenda Já Começa a Ser Investigado”, 15/11/1984. Brasília: 15/11/1984. Arquivos do Cedoc Dom Tomás Balduino).

Os trabalhadores de Paraty passaram a reivindicar a desapropriação na justiça e o STR de Paraty produziu relatórios para encaminhar às autoridades sobre os problemas enfrentados pelos posseiros do município, onde se encontram denúncias dos conflitos vividos na Fazenda São Gonçalo.

As formas de violência sofridas pelos trabalhadores rurais eram destruição de lavouras, a partir da soltura de gado, perseguição e espancamento. A White Martins usava da “força bruta” para legitimar-se como dona das terras e, através das ações judiciais,

expulsava os trabalhadores de suas glebas. Havia também invasão de domicílios, entre outras ações, como uma denunciada pelo STR de Paraty, em que foram desferidos tiros por jagunços contra posseiros. Houve casos de agressões aos trabalhadores e insultos às suas esposas com palavras e gestos, na tentativa de impedi-los de prosseguir com seus cultivos.

Uma ilustração disso é o fato de que quatro policiais, acompanhados de dois indivíduos que se diziam advogados, todos armados, invadiram a casa de Almir Gomes de Souza, entrando por todos os cômodos como se estivessem medindo e fotografando tudo. No momento só a sua esposa estava presente, entrando em estado de choque. Ao saírem, aqueles indivíduos ameaçaram toda a família de morte. “Há três anos derrubaram a casa deste posseiro, que a reconstruiu, e a questão está na justiça” (Fetag/RJ. “Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty”, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Apesar dos relatórios enviados pelo STR, durante a vigência dos conflitos, nenhuma solução chegou à área, continuando os posseiros num clima de tensão e insegurança. Ainda em 1981, “um levantamento realizado pelo STR de Paraty nos dá conta da existência de 92 famílias, entre arrendatários e posseiros, todos ameaçados pela polícia contratada pela empresa, quando tentavam ampliar suas áreas de plantio” (Fetag/RJ. “Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty”, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). Os arrendatários tiveram seu pagamento recusado por mais de cinco anos, e a situação se agravava dia a dia.

Almeida (1997) aponta que, após toda a repressão, essas pessoas se deslocaram para a área urbana para viver em condições precárias. De acordo com um posseiro, mesmo que o sindicato agisse, não tinha sucesso em garantir a permanência das famílias no local. Segue abaixo o depoimento do posseiro, reproduzido por Almeida:

A White Martins é uma empresa poderosa e o sindicato defendeu naquilo que pôde, mas não deu para segurar a barra, foi muita pressão, depois chegou uma época que o povo não aguentou a pressão, o povo saiu mais de lá porque a pressão foi muita, teve gente que chegou até a apanhar dentro de casa com a família, hoje está tudo largado, tudo da White Martins, quer dizer, e o povo tá tudo na Ilha das Cobras, na Mangueira, eu conheço uma porção de gente, muita gente de São Gonçalo, aquilo ali era tudo deles, essa beira de praia, cada um tinha seu ranchinho, eu conheci muitos, tinha seu rancho, pescava, naquela época num deu pra segurar não, a pressão foi muita. Hoje de repente poderia até, hoje em dia as pessoas ainda criticam, não acreditam muito no governo que existe hoje, mas, eu

veja o governo dar força pro trabalhador. ... Mas hoje tem o sindicato, tem associação, tem a CUT, tem vários órgãos de defesa do trabalhador, tem a CPT (ALMEIDA, 1997, p. 45).

Os conflitos permaneceram até os anos 1990, e consta no documento da Fetag/RJ e Seaf que:

Muito embora os títulos dominiais estejam repletos de erros, com a falsificação de escrituras cartoriais, estes fatos tornaram-se de difícil comprovação. O documento consultado cita ainda que em 20 de outubro de 1990 foi noticiado nos jornais do Rio de Janeiro, mas não especifica em quais, o caso da localidade de São Gonçalo, em Paraty, onde a empresa Mercantil Internacional é denunciada como grileira das terras. Possuindo escritura de aforamento em pouco mais de um quilômetro de terras ele pretende apossar-se de uma área muito maior visando à especulação imobiliária (Fetag/RJ; Seaf. Relatório. “Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro ocorridos entre os anos 1970 e 1990”. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Os trabalhadores rurais se reconheceram como vítimas do que se convencionava chamar de “desenvolvimento”, um desenvolvimento custeado pelo poder público através de obras, incentivos fiscais e subsídios.

5.5. Taquari, Barra Grande e São Roque

Residiam nas áreas de Taquari, São Roque e Barra Grande em torno de 280 famílias (cerca de 1.250 pessoas) de lavradores. Eram três fazendas, totalizando uma extensão de 18 quilômetros de frente para o mar, que contornavam a rodovia BR-101 (km 160, 165 e 169 da Rio-Santos, respectivamente).

Antes da abertura da estrada, o título das áreas estava em nome do coronel Honório Lima e foi vendido para Joaquim Flores dos Santos Callado, que permaneceu com a fazenda por 25 anos. Nesta época, houve conflitos nas regiões, mas, apesar disso, os agricultores continuaram a trabalhar no local. Em razão de uma dívida adquirida, Joaquim Flores dos Santos Callado perdeu a fazenda para Abílio Gonçalves. Seu filho, Nestor Gonçalves, que já era conhecido como *grileiro* por comunidades do município vizinho, Angra dos Reis, recebeu a fazenda de herança e em 1940 se iniciaram os conflitos mais contundentes na região de Barra Grande, quando ele chegou a destruir as lavouras de agricultores através da soltura de gado nas roças. Por conta da agressão, muitos posseiros saíram sem receber indenização.

Em 1949, um grupo de italianos apareceu na região, sendo um deles Giuseppe Cambareli, casado com Iole Fabri Cambareli, que se dizia dono do local e obrigava os posseiros a entregar 33% de sua produção à fazenda. Em 1964, Giuseppe Cambareli, por intermédio de seu administrador, José Garcia, que se dizia sargento do Exército, atemorizava e coagia os *caiçaras* (SIQUEIRA, 1984). Além do administrador, Giuseppe Cambareli contava com um grupo de *jagunços* armados. Neste tempo, ele morreu e Barra Grande passou para sua esposa⁷⁶, que continuou fazendo o uso de *jagunços*.

De acordo com o relatório de padre Pedro Geurts, as três fazendas estavam registradas sob nomes diferentes, contudo, tinham uma sede comum na Fazenda São Roque, sob a direção de Iole Fabri Cambareli, que era “autoridade máxima” da associação religiosa espírita Fraternidade Branca Universal do Arcanjo Mickael, que também tinha sede na Fazenda (SNI. Relatório. 06/10/1977. “Atuação da esquerda clerical”. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Padre Pedro Geurts, ao comparar o período anterior e o posterior à chegada dos Cambareli à região, afirma:

Antes os lavradores pagavam como renda a seus donos um dia de trabalho por mês. Com a vinda dos últimos, foram obrigados a pagar um terço ou metade da renda da banana. Os que se recusaram, foram expulsos do lugar, com ajuda policial ou com a destruição de suas roças por gado solto. Pelo incentivo turístico e a conseqüente valorização das terras, a presença dos arrendatários e posseiros (cujo número pode montar até 280 famílias) começou a pesar. Os últimos administradores das três fazendas, designados pela responsável, Dona Iole, foram incumbidos a procurar e aplicar os meios para que os moradores saíssem sem ou com um mínimo de indenização. Um destes meios seria: obrigar os lavradores a assinar um contrato comprometedor, já que o contrato verbal existente, dentro dos termos da lei, o Estatuto da Terra, não ofereceria estas possibilidades (SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Ao longo da década de 1960 e, principalmente, da década de 1970, a violência foi impedindo os trabalhadores rurais de viverem e trabalharem. Muitas casas foram destruídas e não podiam ser consertadas, por proibição dos *jagunços*. A violência objetivava impedir que os agricultores pagassem a renda estipulada no contrato, de modo a obrigá-los a sair da área. Para além destas iniciativas de Iole Fabri Cambareli, desde

⁷⁶ O nome também é encontrado como “Yole” ou “Ione”. O sobrenome também varia, ora aparecendo como Fabri Cambareli, ora como Fabre Cambareri.

1968, os trabalhadores rurais eram proibidos pelo IBDF de plantar suas roças e construir benfeitorias, até mesmo casas, inclusive com uso da polícia.

Contudo, em 1973, o STR de Paraty (então presidido por Jair Alves da Silva) passou a apoiar a luta de alguns posseiros, que começaram a se queixar do ônus: “um flagrante de oposição à lei, o Estatuto da Terra” (Relato de Pedro Geurts, SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

No âmbito sindical nacional deste tempo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) era dirigida por um grupo de sindicalistas que havia ganhado a posse da organização mediante um trabalho de oposição a José Rotta, interventor do Estado militar na direção da Confederação, ligado aos Círculos Operários de São Paulo. “A ideia de mudança da direção da Contag surgiu a partir de encontros formativos, que gestaram uma constatação por parte das lideranças de que a Confederação estaria subordinada ao Ministério do Trabalho e aos militares” (SILVA, 2013, p. 30).

Entretanto, esta nova direção, por existir num contexto de Estado autoritário e por se encontrar diante de um contexto de intervenções no sistema sindical rural e de diversas prisões de diretores, orientou o sistema sindical a fazer a luta pelo “ritual legal”. A reivindicação pelo cumprimento da legislação tornou-se a estratégia sindical para resistir e ao mesmo tempo para manter os sindicatos abertos e atuantes como entidade representante dos trabalhadores rurais. A luta pelo cumprimento do Estatuto da Terra, mencionada acima, refere-se, portanto, à forma pela qual se deu a luta sindical, uma luta “prudente” em relação ao Estado autoritário (NOVAES, 1991).

Os agricultores violados em seus direitos por Iole Fabri Cambareli decidiram fazer valer o contrato antigo e verbal: pagar somente 10% da banana. O número destes lavradores foi aumentando gradativamente, contudo, conforme padre Pedro Geurts, não houve ação judicial do sindicato contra a fazenda porque esta não possuía título legal (inclusive tinha diversos atrasos no pagamento dos impostos territoriais dos anos passados).

Gradativamente a resistência dos lavradores da Fazenda São Roque as ameaças e proibições ficavam mais intensas. Diante das proibições, houve um lavrador que, após assinar o contrato, desobedeceu às ordens e foi processado. Ele ganhou a causa no foro de Paraty, no entanto, Iole Fabri Cambareli fez apelo e o caso ficou no Tribunal aguardando resultado por dois anos. O prazo sufocou o lavrador, porque neste meio tempo

ele não pôde plantar. “Se a fazenda oferece uma indenização justa, ele já teria ido embora, mas esta só espera a saída dele por desespero. Os outros lavradores seguiriam facilmente” (Relato do Padre Pedro Geurts. SNI. Relatório. 06/10/1977. Atuação da esquerda clerical. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77).

Em 1976, o administrador de Iole Fabri Cambareli, acompanhado do delegado de polícia local, foi à casa dos agricultores e, através de ameaças, obrigou os que ainda não tinham assinado o contrato com a fazenda a assiná-lo. Àqueles que assinassem, prometeu fazer cair o tributo para 20% e 10% da produção. Muitos não assinaram, apesar da intimidação e da oferta. O cumprimento das regras do Estatuto da Terra era a razão da resistência, o que mostra uma confiança destes agricultores nas diretrizes dadas pelo sistema sindical rural.

Os resistentes foram à justiça, mesmo temerosos de novas ameaças. Alguns, diante da demora da instituição para resolução de suas demandas, aceitaram o acordo, cujo prazo de cumprimento era de, no máximo, três anos.

Ainda na década de 1970, Iole Fabri Cambareli se aliou ao grupo financeiro Industrial Agrícola Barra Grande S.A., cujo gerente era o coronel Casimir Vieira. Nesse momento, foi intensificada a perseguição aos lavradores para assinarem o contrato estipulado pela italiana. Na época, havia somente 80 famílias que ainda plantavam em Barra Grande e 50 em Taquari, e a empresa visava expulsá-las.

Iole Fabri Cambareli teria cedido metade de supostos títulos ao Grupo Morada, empresa especializada no mercado de créditos pessoais, cujo proprietário era Rui Barreto, também presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.⁷⁷ Ele detinha o poder de decisão nas Empresas Reunidas Agroindustrial Mickael S.A. (empresa resultado da sociedade entre ele e Iole Fabri Cambareli). Todas estas empresas tinham sede em São Paulo e escritórios de representação no Rio de Janeiro.

“Desde que foram instaladas em 1974 as firmas já promoveram cerca de 70 processos de despejo sumaríssimo. O objetivo da ação é desapropriar cerca de 240 famílias que vivem nas fazendas” (*Jornal do Brasil*, “Grupo italiano tira famílias de Parati”, 10/09/1981). Consta num documento sindical que as Empresas Reunidas Mickael almejavam com isso ter livre trânsito para a especulação imobiliária (Fetag/RJ. Relatório.

⁷⁷ Segundo Siqueira (1989), Iole Fabri Cambareli tinha um título de propriedade de 20 mil hectares das fazendas e visava expulsar os agricultores moradores dos demais 1.300 hectares. Contudo, outros documentos, como a notícia “Empresa ameaça expulsar 65 famílias em Parati”, do *Jornal de Brasília* de 02/12/1980, afirmam que não havia títulos das fazendas, tratando-se de *grilagem*.

06/1981. Levantamento de conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ). “Todos em Paraty, inclusive o prefeito, têm conhecimento de que os posseiros de Barra Grande, Taquari e São Roque são nativos do local e sabem também que na violência foram taxados de parceiros”, com o contrato de parceria, ao cabo, atendendo às vontades da Companhia (*Jornal de Brasília*, Empresa ameaça expulsar 65 famílias em Parati. 02/12/1980, p. 7. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

No ano de 1978, a região de Barra Grande contava com 40 parceiros, dada a coação da empresa e seus *jagunços*. A Industrial Agrícola Barra Grande S.A. acabou se tornando dona da fazenda e, em 1980, notificou judicialmente a necessidade de desocupação. Enviou à Prefeitura de Paraty um requerimento para a construção de uma agrovila no local e solicitou uma licença para executar a limpeza da capoeira localizada no campo da fazenda e a reativação do pasto, este, com uma área de 400 hectares.⁷⁸ O STR de Paraty (cuja presidência era de Amâncio Feliciano Gonçalves) denunciou o fato.

Em 1981, a Companhia entrou na justiça e teve ganho de causa em quatro processos.⁷⁹ De acordo com o advogado do STR de Paraty da época, Antonio Castanheira, a ação da Companhia era ilegal porque ela só conseguia provar posse de um terço da área reivindicada, o que mostra que os supostos títulos podem ter sido legalizados ao longo do processo de venda e compra das terras. O advogado também revelou que, para todos os processos levantados pelas empresas, foram apresentadas as mesmas testemunhas, todas funcionários da fazenda. Para ele, somavam-se às dificuldades enfrentadas pelos posseiros para combater as empresas os escassos recursos financeiros de que o STR dispunha. Para o então secretário do STR de Paraty da época, Jair da Silva, “uma perícia, um documento custa tão caro que só mesmo o poder econômico das fazendas tem condição de solicitar” (*Jornal do Brasil*, Grupo italiano tira famílias de Parati, 10/09/1981).

“Como acreditar na criação de agrovilas ou de qualquer outro tipo de proteção ao homem do campo se de uma hora para a outra a empresa investe contra os *caiçaras*, despejando-os sumariamente?” (declaração de Jarbas Macedo de Camargo Pentead)

⁷⁸ Era uma contradição o fato de a empresa dizer existir para a área um projeto agropecuário se, por outro lado, ela tentou despejar em massa aqueles que produzem no imóvel.

⁷⁹ Para outros oito processos foram abertas audiências, sendo que quatro delas ocorreram no foro local, entre outubro e dezembro de 1981. Ao todo, 29 famílias foram acionadas e estavam com audiências marcadas. As sentenças condenavam ao despejo trabalhadores com mais de 80 anos de posse.

sobre o conflito em Barra Grande, Taquari e São Roque, citado por Siqueira, 1984. p. 66). Em razão destas ações arbitrárias, em 09/09/1981, dezenas de lavradores reuniram-se na porta do STR para receber o coordenador geral do Incra do Rio de Janeiro, Antônio Américo Ventura, para reivindicar a fiscalização do órgão e a desapropriação da área. O coordenador não apareceu.

A luta destes posseiros, além do apoio do STR de Paraty, contou com o apoio da SDLB (e, como já visto, de Jarbas Macedo de Camargo Penteado, que também a representava). Especificamente sobre o apoio da SDLB, as arquitetas Marcia de Souza Carvalho e Maria Ignez Maricondi fizeram um levantamento de toda a área ocupada pelos posseiros das fazendas, com os mapas de suas localizações. A função deste levantamento foi instruir a ação judicial na defesa dos agricultores. A luta contou também com o apoio do Instituto Histórico e Artístico de Paraty, da CPT local e da Diocese de Itaguaí, da qual Paraty fazia parte. Em relação à defesa jurídica, além de Jarbas Macedo de Camargo Penteado, outro advogado que atuou na defesa destes trabalhadores foi Miguel Pressburger, da CPT e que, na época, também atuava como advogado do STR de Paraty.

No ano de 1983 foram desapropriadas as fazendas de Taquari e Barra Grande.⁸⁰ A desapropriação teve base na constatação, pelo Incra, da existência de remanescentes territoriais pertencentes a ele no local, ou seja, áreas rurais e urbanas localizadas em núcleos e projetos de colonização que não tiveram destinação definitiva por falta de continuidade nos programas (Incra. Proposições para definir destinação dos remanescentes territoriais do Incra no Estado do Rio de Janeiro, jurisdicionados à DR(07). 12/03/1986. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Por ocasião da desapropriação, em janeiro de 1983, o general Danilo Venturini, ministro dos Assuntos Fundiários, recebeu o prefeito, o presidente da Câmara de Vereadores de Paraty e o advogado Jarbas Macedo de Camargo Penteado. Ao general foram entregues provas de que os posseiros destas duas fazendas não eram parceiros, mas tinham sido obrigados a assinar contratos. Foram apresentadas certidão de óbito de antepassados e certidões de nascimento que mostravam que tais trabalhadores eram nativos da região. No dia 4 de outubro deste mesmo ano o prefeito Edson Lacerda anunciou que o presidente João Figueiredo havia desapropriado para fins de reforma

⁸⁰ Pouco antes, em 1982, ocorreram dois despejos em Taquari e Barra Grande.

agrária também a área de Taquari.⁸¹ O anúncio foi feito no momento em que a juíza da Comarca de Paraty, Tereza Maria Savine, ia iniciar uma audiência com alguns *caiçaras* e com o advogado Jarbas Macedo de Camargo Penteado.⁸²

Pelo Decreto nº 88.788, de 1983, a área da Fazenda Taquari foi fixada como área prioritária para fins de reforma agrária e ficou sob jurisdição da Coordenadoria Regional do Incra, cuja finalidade era a reformulação da estrutura fundiária da região, bem como a criação de 54 unidades familiares e a organização de uma cooperativa. Ao final, foram desapropriados 987 hectares, beneficiando as 54 famílias. Na Fazenda Barra Grande foram desapropriados 630 hectares, beneficiando 56 famílias. Os proprietários das fazendas receberam seus pagamentos em títulos de dívida agrária.

Anos depois, pelo Decreto nº 92.691 de 19/05/1986, a Fazenda São Roque foi considerada área a ser desapropriada para fins de reforma agrária. O Decreto nº 93.914, feito em 1987, desapropriou parte da fazenda: uma área de 750 hectares.

O relatório do padre Pedro Geurts mostra, em uma das suas passagens, como o governo ditatorial estava ciente de todo o conflito que ocorria nas fazendas, contudo foi omissivo ao longo deste tempo:

Em Barra Grande, o negócio está calmo, pelo menos, mas, provavelmente, estão tramando um próximo ataque. Da parte do SNI já veio uma investigação através de um inquérito à Prefeitura, querendo saber também do envolvimento de “grupos religiosos”. Mas, para caçadores de comunistas, não vão encontrar muita coisa interessante. (Relato de Pe. Pedro Geurts, SNI, “Atuação da esquerda clerical”. 06/10/ 1977).

Como mencionado na introdução deste relatório, no litoral sul, a Igreja católica sofreu perseguição por parte do Estado militar, que reprimia duramente os grupos por ele taxados de subversivos. Entretanto, um episódio envolve o Estado já da Nova República realizando ações de repressão nas fazendas de Barra Grande, Taquari e São Roque, em 1987. O fato mostra a continuidade deste tipo de ação para além do período ditatorial.

Um documento confidencial do Exército relata um incidente ocorrido no local no dia 10 de novembro daquele ano, envolvendo uma equipe técnica do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad) e elementos do

⁸¹ Os decretos presidenciais que declaram as áreas para este fim foram os de número 88.789 de 04/10/1983 e 88.791, de 04/10/1983.

⁸² Na situação da audiência, as empresas chegaram a oferecer almoço para alguns *caiçaras*, em recompensa por eles deporem contra os demais posseiros que ali expunham suas demandas e denúncias.

Exército (Informe nº113/87, DSI/MIRAD54, encontrado no documento SNI. Relatório. 25/11/1987. Incidente envolvendo equipe de técnicos do Mirad-RJ. Relatório elaborado por Sheyla O. da Fonseca. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_64558_87).

Os servidores do Mirad retornavam de uma reunião feita com os posseiros locais e com o STR de Paraty quando foram detidos por uma patrulha do Exército que procurava um indivíduo de nome Malvino. A patrulha aprisionou toda a equipe, a fim de que eles informassem o que faziam no local. Um dado importante é que a equipe do Mirad usava sua viatura oficial, fato que mostra que a mesma estava em serviço e ainda assim foi interceptada. Após o episódio, a equipe seguiu caminho até a casa de um dos posseiros e deu início à reunião.

Um dos posseiros ali presentes, Roque, morava distante do local e o assentado Manoel foi buscá-lo, ao que parece, com o carro da equipe. A reunião aconteceu por volta de 18 horas e ao final a equipe levou Roque de volta ao lote. Na saída, a equipe foi novamente abordada pelo Exército:

Para surpresa nossa, fomos cercados pelos mesmos, que nos apontaram as suas armas. Ficamos indagando o que ocorria e por não recebermos resposta descemos da viatura, que passou a ser revistada pelos mesmos. Simultaneamente, apareceu o Sr. Roque conduzido por um soldado e já dada a ordem de comando para que fôssemos apartados uns dos outros e que não permitissem a comunicação entre nós, ressaltando que a signatária deste relatório ficou excluída da revista e da escolta individualizada, fatos que ocorreram com os demais (Jurandir, Paulo Roberto, Walmir e Roque) (SNI. Relatório. 25/11/1987. Incidente envolvendo equipe de técnicos do Mirad-RJ. Relatório elaborado por Sheyla O. da Fonseca. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_64558_87).

O motorista do grupo, Walmir, foi intimado a acompanhar um soldado até o acampamento do Exército, que ficava nas proximidades, onde amarraram suas mãos às costas. Os demais integrantes da equipe – Jurandir, Paulo Roberto, Roque – permaneceram com as mãos na nuca. A engenheira agrônoma Sheyla Oliveira da Fonseca foi interrogada por um soldado, que era a voz de comando da patrulha. Na ocasião, o soldado disse à Sheyla ter visto “Malvino” sendo conduzido pela viatura do órgão. A engenheira esclareceu que o sujeito era o posseiro Manoel e que as pessoas que eles haviam aprisionado eram técnicos do Mirad, que estavam ali para fazer uma supervisão. Na sequência, foi-lhe mostrada uma ficha xerocada, que continha uma fotografia do

procurado Malvino. Em resposta, Sheyla Oliveira da Fonseca disse não se tratar da mesma pessoa.

A equipe do Mirad esteve detida por cerca de uma hora e meia, quando a patrulha disse que se tratava de um equívoco. Após o interrogatório, os aprisionados foram intimados a embarcar numa viatura do Exército. Sheyla Oliveira da Fonseca foi levada amarrada na cabine, entre dois militares. Os demais integrantes da equipe foram na carroceria, escoltados por um soldado e expostos à chuva (o motorista Walmir foi levado amarrado). O carro do Mirad, dirigido por um militar, seguiu o carro do Exército. Os carros foram até outro acampamento, passando por algumas barreiras de comando, que faziam a identificação dos veículos. O grupo foi desembarcado, sendo todos colocados lado a lado na presença de um oficial que mandou Walmir ser desamarrado. Neste momento, Sheyla Oliveira da Fonseca pediu esclarecimentos sobre o ocorrido, uma vez que a pessoa procurada poderia ser um “parceleiro do Mirad”.⁸³ Entretanto, o oficial apenas respondeu que não se tratava do Malvino. O fato foi comunicado ao ministro do Mirad e ao Comando Militar do Leste, pelo delegado regional/RJ, Agostinho Guerreiro. Neste período, vale lembrar, São Roque já era de propriedade do Mirad, contudo, é notório que ainda havia tensões em torno da terra.

Por fim, cumpre destacar que, no processo de luta de defesa de seus direitos à terra, os posseiros das fazendas Barra Grande, Taquari e São Roque fundaram uma associação. Após as desapropriações, a associação reivindicou à Prefeitura de Paraty infraestrutura sanitária, posto de saúde, escola e luz elétrica aos assentamentos. No entanto, até o ano de 1984, ano da publicação do livro de Siqueira, grande parte desses benefícios não foram conseguidos por causa de pressões das empresas.

5.6. Santa Rita do Bracuhy

A Fazenda Santa Rita do Bracuhy localizava-se no segundo distrito de Angra dos Reis, na freguesia do Ribeira, a 15 quilômetros do centro deste município. Na década de 1970, anos em que se iniciaram os conflitos mais violentos, havia 70 famílias de lavradores (350 pessoas). Eram agricultores que tinham pouco contato com a cidade, que iam a Angra dos Reis apenas para comercializar alguns produtos e comprar mercadorias como carne-seca, pão, roupas e querosene para o lampião.

⁸³ Termo utilizado para designar os que recebiam lotes em áreas desapropriadas.

Moravam na Fazenda Santa Rita do Bracuchy descendentes dos escravos que pertenceram ao fazendeiro de café comendador José de Souza Breves. Seu irmão, Joaquim de Souza Breves, também era produtor de cana e café na região e possuía portos e navios em Mangaratiba.⁸⁴ Os Breves também eram donos de uma fazenda em Marambaia, utilizada como ponto de observação para ter o domínio do mar e como local para o desembarque de africanos que iam servir de escravos de fazendas da região do litoral sul fluminense (BRAGATTO, 1996). Após a abolição, o local ficou sendo de desembarque clandestino.

A narrativa dos moradores da antiga Fazenda Santa Rita que viveram os conflitos na década de 1970, encontrada nos relatos coletados pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi/UFF)⁸⁵, revela uma relação destes com a terra que passava pela religiosidade e pela memória dos tempos de escravidão. Bragatto (1996) confirma a existência desta relação, no que traz narrativas que revelam que as terras da fazenda foram doadas pelo comendador à padroeira da localidade, Santa Rita. Havia sete imagens da mesma, e uma delas continha dentro de si os documentos que comprovariam a posse das terras pelos ex-escravos e seus descendentes de três gerações. Em 15 de janeiro de 1877, José de Souza Breves havia feito um testamento em que assinava a doação em regime de usufruto das terras aos escravos que nelas trabalhassem.⁸⁶ Segundo o documento, o comendador doou 260 alqueires da sua fazenda, sendo as terras divididas em parcelas individuais de cinco alqueires para cada família, além de uma área de 80 alqueires para trabalho comum. O testamento foi registrado no cartório de Pirai no ano de 1879, ano da morte do comendador.

Joaquim de Souza Breves foi o testamenteiro e, na ocasião da morte do irmão, passou procuração para Francisco Pereira Peixoto Guimarães, que ficou responsável pelo inventário. Este elegeu Honório de Souza Lima para dar prosseguimento à distribuição dos bens. Por volta do começo do século XX, os moradores assinaram documentos reconhecendo as terras como pertencentes a Honório Lima. Para Bragatto (1996), a atitude deveu-se ao fato de os moradores acharem que com isso teriam garantida a legalização de suas posses. Contudo, durante a década de 1920, Honório Lima cadastrou

⁸⁴ Ribeiro (2007), ao relatar o atual momento da região, afirma que as ruínas do engenho que produzia açúcar na época, servem hoje de postal a um hotel que há dentro de um condomínio fechado, implantado ali na década de 1980.

⁸⁵ Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/jongos/documentos-historicos>

⁸⁶ Os escravos são citados nominalmente no testamento.

a fazenda em seu nome, comprovando a posse na coletoria de Angra através das assinaturas colhidas e de comprovantes de pagamento dos impostos territoriais da fazenda. Em 1932, no espólio de Honório Lima, constava, dentre outras propriedades, a Fazenda Santa Rita.

Entretanto, algumas famílias dos descendentes dos antigos escravos que ficaram nas terras passaram a realizar a produção de subsistência.⁸⁷ Porém, na década de 1950, quando começou em Angra dos Reis o processo de industrialização, alguns moradores de Santa Rita do Bracuhy foram realizar trabalhos não agrícolas. Na fala de Margarida, uma antiga moradora da fazenda, citada na dissertação de Bragatto:

Eu era moça, a gente conheceu o mutirão, depois a gente casou, a coisa foi mudando. E acabou esse costume antigo do povo, parece que a Rio-Santos tinha trazido progresso, que não era importante estar naquela luta, né, que veio trazendo as indústrias, firmas, trabalho assim de emprego, então as pessoas foram se iludindo com o trabalho de emprego e foi largando um pouco suas benfeitorias, então por aí terminou aquele costume, aquela união do mutirão da roça (BRAGATTO, 1996, p. 108-109).

Em entrevista a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Medeiros, Maria Emília Pacheco, que trabalhou pela CPT na região, informou que a mudança de ordenação territorial de Angra dos Reis e a situação de pressão e violência em que se encontravam os moradores de Bracuhy em relação à chegada destes empreendimentos acabaram por causar divergências entre as famílias (lembrando que em Bracuhy a maioria da população tinha uma ligação parental antiga). Sobre a chegada da Usina Nuclear, por exemplo, Maria Emília Pacheco diz: “E tinha divergência entre os parentes porque havia aqueles que achavam que já não era possível mais viver da terra e que era preciso buscar trabalho na Usina. Muitas mulheres foram trabalhar de empregada doméstica para os engenheiros da Usina”.

As primeiras tentativas de expropriação das terras destes agricultores começaram ainda em 1950, com a chegada desses empreendimentos no município, “no entanto, nenhum dos acontecimentos é chamado de conflito e a nenhum deles foi atribuída a importância dada ao ocorrido durante os anos 1970” (BRAGATTO, 1996, p. 112). A autora refere-se à perda de parte das terras para a Companhia Porto de Bracuhy.⁸⁸ Nesse

⁸⁷ Alguns destes lavradores, na época em que eclodiu o conflito, possuíam os testamentos de posse.

⁸⁸ Em sua dissertação, Bragatto (1996) menciona que as resistências anteriores à ocorrida em relação a Porto Bracuhy são rememoradas pelos moradores de Bracuhy como “casos”.

sentido, cabe aqui explorar o ocorrido nas décadas de 1950 e 1960, a fim de entender o desenrolar dos acontecimentos que levaram ao conflito com a empresa na década de 1970.

Em 1956, a fazenda foi demarcada em lotes pelos filhos de Honório Lima. Ainda neste ano houve um conflito com Mauricio Pires, que teria comprado terras na área da fazenda. Este último produzia bananas e em sua área havia trabalhadores que pagavam 30% da colheita. De acordo com Bragatto (1996), Mauricio Pires tentou ampliar os limites de suas terras, para que outros moradores passassem a pagar a porcentagem. A população foi alertada da tentativa de ampliação da propriedade por Correia⁸⁹ e conseguiu expulsar Mauricio Pires “com facas e pedras na mão”.⁹⁰

No início dos anos 1960, Correia, então presidente da “sociedade civil de proteção dos lavradores”⁹¹, propôs à população local a regularização das terras herdadas pelos antigos escravos da Santa Rita do Bracuhy. Também propôs que, a cada dez alqueires de terras legalizadas, três ficariam para a associação. Muitos aceitaram. Porém, dois anos depois nenhuma terra tinha sido legalizada (BRAGATTO, 1996). Segundo José Adriano, um morador entrevistado pela autora, Correia era um *grileiro* e tinha influenciado Antonio Azevedo – de apelido Âmbar – a fazer o pedido de usucapião das terras da fazenda.

Âmbar era comerciante e, para Bragatto (1996), tinha certo prestígio econômico em relação aos demais moradores. Também exercia certa liderança. Em 1967, ele entrou com ação de usucapião sobre 32 alqueires de terra, onde havia famílias, e a vendeu para Renato Xavier, que era dono da Empresa Incorporados Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda. Com isso, o mesmo passou a fazer contratos com os antigos moradores pela apropriação efetiva das terras da fazenda, por valores irrisórios. Estes, em grande medida, aceitaram o contrato, por medo de perder tudo que tinham.

No jornal *A Maré*, de dezembro de 1980, há uma carta escrita por um morador de Bracuhy, Manoel Moraes, que explicita essa situação e mostra que ela perdurou por décadas:

Hoje, depois da Rio-Santos, aparecem pessoas que se dizem donos, através da inteligência e do corpo de advogados conseguem enganar os posseiros, dizendo que são donos da terra e por aí oferecem a indenização dizendo

⁸⁹ Bragatto (1996) conseguiu informações pouco precisas a respeito da origem deste sujeito, bem como sobre o episódio. Tampouco conseguimos em nossas pesquisas maiores informações.

⁹⁰ Bragatto (1996) informa que as mulheres foram protagonistas na expulsão de Maurício Pires, indo ao confronto direto.

⁹¹ Não conseguimos maiores informações sobre a organização.

que se a pessoa não aceitar sairá sem direitos. E isso que aconteceu na Fazenda Santa Rita do Bracuhy.

Portanto, ao longo das décadas de 1970 e 1980 os moradores da Fazenda Santa Rita foram ameaçados de expropriação pelo Empreendimento Imobiliário Porto Bracuhy cujo proprietário afirmava ter comprado as terras. O empreendimento era proveniente da Empresa Incorporados Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda. e o objetivo era construir na região da antiga fazenda um condomínio de luxo.

Foi feito o uso da violência contra os moradores, com uso de *jagunços* armados e policiais contratados, que invadiam casas, colocavam fogo nas benfeitorias, proibiam o trabalho na roça, intimidavam, prendiam e espancavam os resistentes. Francisco Passos teve seus bananais destruídos e, em relato a Bragatto (1996), conta que um dos filhos de Antonio Azevedo teria apontado a Renato Xavier pessoas a serem retiradas de suas moradias pelas indenizações.

Então um dos filhos do senhor Antonio Azevedo serviu de instrumento, apontando as pessoas mais possíveis de ser indenizadas na frente dos outros, era melhor aquelas pessoas que realmente poderiam atrapalhar a entrada do Dr. Renato dentro desse terreno, pessoas que tinham mais consciência de força. Ele garrou a tirar as pessoas, inclusive eu, então sofri logo a indenização, queriam as bananas e loteando e eu sem saber que tava existindo aquela desordem dentro do meu bananal (BRAGATTO, 1996, p. 121).

Também houve a colocação de cercas de arames, a soltura de gado nas lavouras dos trabalhadores, a construção de desvios de leitos do rio Bracuhy, impedindo o acesso à água. Sobre esta última violação, Maria Emília Pacheco relatou que o objetivo era fazer ancoradouros, pois o empreendimento turístico era à beira-mar.

Na mesma carta escrita ao jornal *A Maré*, Manoel Moraes apresenta o caso do desvio da água, ocorrido no decorrer dos anos 1980. Para além do impedimento de acesso ao bem, o desvio causava transtornos no dia a dia da população, uma vez que a retirada das pedras do rio impedia a travessia dos alunos da região para a escola:

As famílias pediram que, se eles fossem destruir a passagem, fizessem uma ponte. Eles não se incomodaram com isso e continuaram tirando pedra, fazendo um buracão enorme (...). Na estrada de Bracuí, estavam escavando um buraco de mais ou menos 4 metros, para fazer uma caixa-d'água.

Revoltados com o fato (palavras da carta de Manoel Moraes), no dia 18 de novembro de 1980, 51 pessoas se reuniram no local onde se encontravam os tratores que faziam a obra de desvio com o intuito de fazer as máquinas pararem. As máquinas pertenciam ao Henrique Vale, dono da Vale Sul, contratada para a ação.⁹² Valdir, morador de Bracuhy que viveu o conflito, também relatou para Bragatto (1996) o episódio de impedimento dos tratores de retirarem pedras do rio.

Ela fez um montão de terra e o caminhão vinha aí para tirar muita pedra e o pessoal caiu dentro e não deixou tirar, e o Henrique Vale (dono da Vale Sul) veio e veio bravo mesmo, mas eram muitas pessoas do local e eles eram dois policiais só, aí eles ficaram meio amedrontados, os policiais meio assustados, eles foram para Angra e trouxeram uma ordem judicial e veio o oficial de justiça e leu que o juiz, isso é coisa de malandro, que o juiz daquela hora em diante tava liberando o pessoal do Bracuí a deixar a Vale Sul a tirar as pedras, e o pessoal deixou-se ir, né, você vê ele foi daqui prá Angra e isso aí se foi juiz que assinou se não foi, ninguém sabe... (BRAGATTO, 1996, p.122).

No jornal *A Maré* de 13/08/1981, na notícia intitulada “As pedras do Bracuí”, consta uma resposta da empresa com relação ao caso do desvio do rio, o que mostra que ao longo de um ano esse conflito em específico permaneceu sem solução:

O presidente da Bracuí, Carlos Humberto Magalhães, disse que a operação é normal e não levará perigo aos posseiros. Garantiu que tem autorização do DNOS [Departamento Nacional de Obras de Saneamento] para retirar as pedras que estão dentro de sua propriedade.

A ideia de que a empresa pouco se importou com os apelos feitos pelos moradores se adensa a partir de outros fatos apresentados no mesmo jornal, no mesmo ano. Em 1981, a Bracuí Empreendimentos vendeu apartamentos a turistas na Piccola Marina, complexo que se situava na entrada de Bracuhy: “O empreendimento, a cada dia que passa, torna realidade o sonho de Angra dos Reis se tornar o mais sofisticado centro turístico do país” (“Bracuí entrega Piccola Marina”. *A Maré*. Angra dos Reis, 06/08/1981, ano I, nº 27. Acervo da Biblioteca Municipal de Angra dos Reis).⁹³ Ainda conforme a notícia, o empreendimento tinha a intenção de, após a entrega das chaves, contar com uma

⁹² A mesma empreiteira operou nas terras de Japuíba, outro lugar onde se desenrolou um conflito por terras.

⁹³ A Piccola tinha um miniporto em um canal navegável.

população flutuante de cinco mil pessoas no verão seguinte, de 1982. Tais informações são anunciadas pelo diretor financeiro da empresa, José Sávio Loureiro.

Na leitura de Bragatto (1996), um artifício usado nesse tempo pelos empreendedores para retirar os moradores de Bracuhy de forma “indireta” – sem usar da força – foi o de “confundir” os moradores quanto aos seus direitos às terras. José Adriano da Silva, morador da região de Bracuhy, relatou para a autora que o empreendimento tinha oferecido a ele um lote de 20 m² no alto da serra. Porém, as terras onde o agricultor morava possuíam uma fonte de água, que alimentava as casas construídas pelo empreendimento. Nos momentos de enfrentamento com os administradores do Porto de Bracuhy, ele, além de não ter aceitado sair de suas terras, passou a não mais deixar que tirassem água da sua fonte. Foi buscar informações com advogados, mas, por vezes, encontrou “homens de Bracuhy” rondando sua área.⁹⁴

O processo de expropriação foi “até do nome”, afirma o depoimento de José Adriano da Silva e Dona Deodata, também coletado pela autora. O nome da fazenda e de Santa Rita viraram o nome do empreendimento e da imobiliária que vendia os terrenos na área ocupada pelo complexo turístico. Para Deodata, “... isso tudo foi uma tentativa de confundir o povo, acabaram tirando as pessoas do lugar, roubaram das pessoas o lugar, mas primeiro roubaram o nome” (BRAGATTO, 1996, p. 40).

Buscando solucionar os conflitos, o STR de Angra dos Reis, a Fetag/RJ, a Fase e a CPT denunciaram as violências e reivindicaram a desapropriação das terras. Em relação ao STR, as falas, encontradas em Bragatto (1996), de Manoel Moraes e de Francisco Passos, moradores da região, sinalizam que o STR aconselhou os moradores a realizar acordos com a empresa, pois “já que eles são os donos é melhor a gente fazer um mau acordo do que a gente enfrentar uma boa briga”, o que significaria uma luta prolongada de difícil ganho.

No ano de 1978, ou seja, ainda no bojo do conflito, o assessor jurídico da Fetag, Edival Passos, junto com os moradores de Bracuhy, recorreu à justiça. Para tal, fez uma busca da documentação que legitimasse as suas posses. O advogado fez um levantamento de dados em paróquias e cidades vizinhas, e em Barra do Piraí encontrou os registros do comendador Breves. Retornou a Santa Rita, reunindo-se com os moradores para colher nomes de origem escrava.

⁹⁴ Este foi o termo usado pelos moradores entrevistados pela autora para designar representantes das empresas com os quais os antigos moradores confrontavam, no sentido da sua permanência nas terras. Também assim eram designadas as pessoas que trabalhavam no porto (BRAGATTO, 1996).

A entrada de Edival Passos no conflito trouxe a possibilidade de utilizar o testamento de Breves como instrumento jurídico (BRAGATTO, 1996). Porém, esse procedimento não resultou na posse das terras aos antigos moradores. Miguel Pressburger que, junto com Edival Passos, assessorou os moradores neste procedimento afirmou:

...os advogados não podiam entrar mais com isso como ação [usucapião] porque eles não podiam alegar mais o desconhecimento, porque já tinha havido a ação do proprietário contra. Porque o usucapião é isso, é quem por determinado tempo usar uma terra como se fosse sua, desconhecendo a existência de alguma propriedade, quer dizer, usa aquela terra como se fosse sua, achando que é sua, se ela sabe que tem proprietário, essa pessoa não pode alegar usucapião (BRAGATTO, 1996, p.123).

Constatando a improbabilidade de ganho por usucapião, o advogado da Fetag fez uso do testamento do comendador Breves para entrar com uma ação ordinária de reivindicação das terras contra a empresa.

O advogado usou como mecanismo de defesa a tese da posse imemorial, mas havia dificuldade de comprovar que os moradores eram descendentes dos herdeiros dos Breves. Somente cinco famílias conseguiram comprovar, e a ausência de uma legislação que defendesse o direito coletivo impediu que o reconhecimento fosse extensivo às outras famílias. Assim, a sentença foi favorável à empresa (BRAGATTO, 2013, p. 11).

Não se conseguiu alegar que, além daquelas cinco famílias, os moradores que ali estavam eram descendentes dos escravos citados no testamento do comendador Breves. Além disso, a ausência de um direito que entendesse o bem coletivo impedia o reconhecimento. Entretanto, para Miguel Pressburger, isso foi uma estratégia do advogado da Fetag em favor dos moradores: ele fez uso do impasse, do impedimento de decisão pelo juiz ao caso. “Então foi criado o impasse e o pessoal tá lá até hoje. Não houve despejo? Não. E conseguiu a propriedade para eles? Não. Não se conseguiu, mas também não foram despejados” (BRAGATTO, 1996, p. 124).⁹⁵

Afora a Fetag/RJ, através de seu advogado, “é inegável o papel da Comissão Pastoral da Terra neste processo, tenho sido o agente principal de organização da ação política entre os moradores da Santa Rita do Bracuhy” (BRAGATTO, 1996, p. 149). A

⁹⁵ Embora tenha havido a entrada na justiça por parte do advogado, a Empresa Bracuí não esperou o resultado, como visto nos relatos acima.

CPT realizava reuniões e atividades de base em todo o litoral sul fluminense e também estava atuando dessa forma em Bracuhy.

Maria Emília Pacheco afirma que o procedimento da CPT no litoral sul fluminense foi o de atuar nas áreas onde eclodiam conflitos de maiores proporções. Santa Rita do Bracuhy era uma dessas áreas. Uma das atas dos eventos da CPT na região menciona um projeto chamado “Projeto Lins”, para o qual agentes pastorais foram designados a trabalhar na região de Angra dos Reis: irmã Tereza, colocada como responsável por entrar em contato com a Comissão Pastoral Operária (CPO); irmã Márcia; irmão Manoel, que ficou responsável por organizar as reuniões em Bracuhy, mas também na Fazenda Ariró. Bragatto (1996) comenta ainda sobre irmã Josefina, que era agente da CPT no litoral sul fluminense e teria acompanhado a sentença jurídica sobre o caso de Bracuhy.

Contudo, havia dificuldades nas atividades da CPT e Fase em conciliar os diferentes credos existentes em Santa Rita (BRAGATTO, 1996). As reuniões eram feitas na Igreja de São José, católica, o que gerava desconforto em moradores evangélicos, que frequentavam a Assembleia de Deus.⁹⁶ Nesse sentido, a Fase também teve papel mediador adicional, pois, segundo Maria Emília Pacheco, tinha abertura para tratar das questões com os moradores, pelo fato de ter certa autonomia em relação às instituições religiosas.

Além das atividades, houve intercâmbios. Manoel Moraes participou de reuniões da CPT locais e nacionais, indo uma vez a Goiânia, onde entrou em contato com leis sobre a posse da terra, dentre elas, o Estatuto da Terra: “... Então isso vinha de lá, e em reunião o pessoal passava isso para o pessoal, que a gente já sabia que eles só podiam ser donos quando a gente vendia nossos direitos para eles” (BRAGATTO, 1996, p. 150). A CPT também fez o papel de vigia, resguardando os moradores das violências cotidianas, sobretudo as mulheres, quando os homens iam à cidade resolver as questões jurídicas para as quais eram chamados.

Sobre a vigia que fez na casa de Deodata, José Marcos Castilho relatou em entrevista a Bragatto:

... Então eu fiquei sozinho com as mulheres, e tinha um sistema de aviso, ou gritava que tinha branco na área, gritam que tem branco na área, ou soltavam alguns fogos de artifício. E teve um dia que a gente estava lá, e aí não teve jeito né, porque você tá lidando com jagunço, as mulheres tavam com água no fogo, e pó de saí, que assim eles chamam o pozinho

⁹⁶ Houve a tentativa de destruição da Igreja de São José, a segunda igreja que havia na fazenda desde o tempo da escravidão. O fato pode ter sido um ato de retaliação às reuniões realizadas pela CPT.

de rezadeira pra sair e que elas espalhavam quando eles chegavam. E eu tava sozinho lá, chegou o procurador e os jagunços armados, aí foi difícil segurar, porque eles vieram convencer a Deodata a fazer o acordo com eles, só que armados, as mulheres já vinham com tudo, eu tive que segurar se não eles iam tomar água quente na cara (...) Se elas estivessem sozinhas, porque na verdade eu era da CPT, eles sabiam disso e ficavam meio receosos, ficavam preocupados, resolveram falar tranquilo, ficavam certamente se tivesse as mulheres só, eles iriam partir pra agressão e certamente eles chegariam a agredir (BRAGATTO, 1996, p. 153).

A participação da CPT no caso de Bracuhy fez a demanda destes moradores ser visibilizada de modo mais amplo no município. Ainda segundo Manoel Moraes, “... aí, quando entrei para a Comissão Pastoral da Terra é que nós passamos a fazer parte da sociedade. Aí vinha o pessoal de Angra, era vereador, professor...” (BRAGATTO, 1996, p. 150). José Marcos Castilho, assessor da CPT, comenta essa visibilidade:

O frei Jorge [Van Kanpen], padre que mais atuou aqui nessa área, ele fez o contato com a gente prá gente encenar o Primeiro de Maio, ou seja, qual era a história do Primeiro de Maio, ele e a CPT nos procuraram e aí nós fizemos, aí nós conhecemos essa história na periferia da cidade, na verdade na época nós brigávamos já há muito tempo, já em 74, questão das eleições diretas na cidade, mas só não conhecíamos essa luta concreta do dia a dia, participávamos de manifestações no Rio (BRAGATTO, 1996, p. 152).

Houve uma manifestação pela passagem do Primeiro de Maio em Angra dos Reis. Além dos moradores de Bracuhy, ali estavam pessoas que vivenciavam outros conflitos. Maria Emília Pacheco afirma que ela teve certo caráter religioso, embora seu objetivo fosse político. Em sua memória, eles cantavam músicas e proclamavam palavras de ordem política, mas a sua sensação na passeata era a de ter participado de uma procissão. Foi a única situação em que a assessora notou ter havido presença de agentes do Exército, em relação aos conflitos acompanhados por ela em Angra dos Reis (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Medeiros em 31/03/2015).

Apesar do apoio destas entidades e da organização de resistência, o conflito, bem como a busca pela propriedade da área por pretensos proprietários, continuou a existir nos anos 1990. De acordo com o relatório “Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro ocorridos entre os anos 1970 e 1990”, elaborado pela Fetag/RJ em convênio com a Seaf, em junho de 1990, as famílias que tinham resistido às violências e aos despejos ao longo de todo o tempo ditatorial passaram novamente a sofrer pressões

da empresa Mercantil Internacional, que projetava construir na área um condomínio de luxo.

Para os moradores,

O conflito de Bracuí teve características drásticas: a perda de parte das terras e a busca, imperativa, de outras fontes de reprodução social. No entanto, mesmo que com algumas diferenciações internas, se deu também o fortalecimento de uma categoria que reivindica o direito a posse das terras não somente pela ocupação e produção, mas, sobretudo, pela noção de pertencimento ao grupo e ao próprio território (BRAGATTO, 1996, p. 126).

Nos termos da autora, a memória herdada dos negros de Santa Rita do Bracuhy, transmitida oralmente de uma geração para outra, foi o instrumento de luta desenvolvido durante todo o processo conflitivo e foi o fato determinante que permitiu a conquista de sua permanência na terra.

Em 1999, a população da antiga fazenda foi considerada Comunidade Remanescente de Quilombo, reconhecida pela Fundação Casa Palmares.⁹⁷ Contudo, segundo Bragatto,

Hoje, com as dificuldades de manutenção e comercialização do plantio de produtos agrícolas, as terras de Santa Rita do Bracuí são utilizadas fundamentalmente para moradia. Os constantes parcelamentos entre os filhos de uma família forçaram os moradores a ocupar lotes que variam entre um e cinco hectares. Assim, uma das principais fontes de renda das famílias passou a ser os empregos no Marina Porto Bracuhy, localizado dentro de seu território original (BRAGATTO, 2013, p.11).

6. Considerações finais

Os casos relatados trazem os principais aspectos sobre como operou a repressão no campo no período do Estado militar no litoral sul fluminense. Os projetos de desenvolvimento promovidos pelo Estado deram entrada a empresas na região. Interessadas em ali fazer empreendimentos industriais e turísticos, estas empresas fizeram

⁹⁷ Para maiores informações, ver Territórios Negros – ano 4, nº 16, 2004. Disponível em http://koinonia.org.br/wp-content/uploads/2014/09/koinonia_21-territorios-negros_16_ano4_set_out_2004.pdf

uso de diversas ações de violência para assim expulsar os trabalhadores do campo da região.

Houve a prática de aliciamento das populações camponesas, através do uso de sujeitos cuja representação trazia autoridade. Intimidações e ameaças eram feitas (i) por via da justiça, como o caso dos advogados, (ii) por via da polícia, como o caso dos agentes policiares e do IBDF e daqueles que se diziam pertencentes ao Exército, (iii) por via do sagrado, como o caso daqueles que se diziam padres ou pastores. O aliciamento tinha por finalidade conseguir dos camponeses a assinatura de comodato e, assim, legalizar as terras em nomes das empresas.

Também houve o uso da violência direta, através de milícias privadas, os *jagunços*, que, além de ameaçarem e intimidarem as populações, queimaram casas e benfeitorias, espancaram trabalhadores, estupraram mulheres que atuavam em espaços de sociabilidade locais. A violência objetivava não só a expulsão das populações em si, mas a destruição de suas culturas, de modo a desarticular qualquer possibilidade de resistência.

Contudo, muitos lutaram pela permanência nas terras e em algumas localidades houve a vitória dos moradores, mesmo que parcial. Estas lutas contaram com a participação de sujeitos e organizações que se sensibilizaram com as causas locais e se alinharam a elas, buscando organizá-las ou publicizá-las para fora da região da Costa Verde.

Dentre estas organizações, apenas o clero progressista constou nos documentos da polícia política, o que demonstra que, mesmo que a região tenha sido palco do maior número de conflitos por terra no Estado do Rio de Janeiro neste tempo autoritário, o Estado não entendeu essas ações de resistências como ameaças “subversivas”.

Fato é que, em muitos destes lugares, as violências e violações de direitos permaneceram após o fim do regime militar, mostrando que houve continuidade das práticas repressivas derivadas destes conflitos.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito. In: *Cadernos NAEA*, nº 10, Belém: UFPA, NAEA, 1989.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto – terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA/FORD, 2006.
- ALMEIDA, Mariza Costa Almeida. *Concepções de Natureza e Conflitos pelo Uso do Solo em Parati-RJ*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997.
- BARATA, Jade Prata Bueno. *Educação entre Alienação e Emancipação: um estudo de caso do Quilombo Campinho da Independência, Parati, RJ*. Dissertação (Mestrado). Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)/Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (CFCH)/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/ Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- BRAGA, Maria Christina de Almeida. A luta pela terra em Trindade. *Aconteceu, trabalhadores rurais no Brasil 1981*. Rio de Janeiro: CEDI, Especial 13, 1983.
- BRAGATTO, Sandra (1996). *Descendentes de Escravos em Santa Rita do Bracuhy: Memórias e Identidades na luta pela terra*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.
- BRAGATTO, Sandra. Um território: Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí. *Territórios Negros*, v.4, n.16, 2004.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna (org.) *Enciclopédia Caiçara: falares caiçaras – volume 2*. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB: CEC/USP, 2005.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação, política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FERNANDES, Florestan. (2008) *Mudanças Sociais no Brasil*. 4º ed. São Paulo: Global Editora, 2008.
- FERREIRA FILHO, Renato. *Sistema de Gerenciamento Ambiental como Estratégia de Competitividade em Indústrias de Produção de Gases do Ar: O Caso da White Martins Gases Industriais*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- FRATUCCI, Aguinaldo César. A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970. In: BARTHOLLO, Roberto;

DELAMARO, Maurício e BADIN, Luciana (org.) *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala; Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. [1933]. 21ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

GOLDMAN, Elisa; MUAZE, Mariana. Sobral Pinto: uma memória em construção. In: SÁ, Fernando; MUNTEL, Oswaldo e MARTINS, Paulo Emílio (org.). *Os Advogados e a ditadura de 1964: a defesa dos perseguidos políticos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GRYNSZPAN, Mário. Ação Política e Atores Sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. *Revista Dados*, vol. 3, nº 2, 1990.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Contribuição à Reflexão sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional – O Caso de Angra dos Reis*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Campinho da Independência: um caso de proletarianização caiçara*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Antropologia/Universidade Católica de São Paulo, 1979.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Terra de Pretos, Terra de Mulheres – terra, mulher e raça num bairro rural negro*. MINC/Fundação Cultural Palmares, 1995.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Relatório Técnico-Científico da comunidade negra de Campinho da Independência – Município de Parati*. Campinas: Unicamp, 1998.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Vovó Antonica: terra de pretos, terra de mulheres*. In: SILVA; Vagner Gonçalves da. (Org.). *Imaginário, Cotidiano e Poder*. São Paulo / SP: Selo Negro, 2007.

KADT, Emanuel de. *Católicos Radicais no Brasil*. Brasília: UNESCO/ MEC, 2007.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

LADEIRA, Maria Inês. Necessidade de Novas Políticas para o Reconhecimento do Território Guarani In: *49º Congresso Internacional de Americanistas – Quito*, 1997. Disponível em: <http://bd.trabalhoindigenista.org.br/node/4682>. Acesso em 15/12/2014.

LHOTTE, Christine (1982). *Trindade para os trindadeiros*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, 1982.

LIMA, Livia Ribeiro. *Quilombos e Políticas de Reconhecimento: o caso do campinho da independência*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2008.

MATTOS, Hebe. Novos quilombos: ressignificações da memória do cativo entre descendentes da última geração de escravos. In RIOS, Ana Lugão Hebe e MATTOS, Maria (org.) *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania na pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S.; BENEDETTI, A. C.; SOUZA, I. C.; ALENTEJANO, P. R. R. Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de e LEITE, Sérgio. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1988.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha (org.) *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NOVAES, Regina Reyes. Contag e CUT: Continuidades e rupturas da organização sindical do campo. In: BOITO, Armando *et al* (orgs.). *O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Processos e transformações no litoral sul fluminense. *Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro*, 2010. Disponível em: <https://aarj.wordpress.com/2010/10/31/texto-processos-e-transformacoes-no-litoral-sul-fluminense-maria-emilia-lisboa-pacheco/>.

PESSANHA, Eliane. Fronteiras disciplinares e o uso da história oral: porque, de quem, para quem? In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

RIBEIRO, José Rafael. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Democracia: SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia/Instituto de Geociências/Universidade Federal Fluminense, 2007.

SANTOS, Myriam dos. O pesadelo da amnésia coletiva. Um estudo sobre o conceito de memória, tradição e traços do passado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Anpocs, ano 8, vol. 23, 1993, p. 70-84.

SANTOS FILHO, João. Ditadura militar utilizou a Embratur para tentar ocultar a repressão, a tortura e o assassinato. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 7 n° 84, 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/084/84jsf.pdf>

SILVA, Iby Montenegro de. *A Contag em perspectiva: um estudo sobre a formação política*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: Efeitos da Lei de Terras de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos caiçaras*. São Paulo: MassaoOhno – Ismael Guarnelli Editores, 1984.

SIQUEIRA, Priscila. Os caiçaras e a Rio/Santos. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, vol. 3 n°4. p. 62-64, out/dez 1989. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v03n04/v03n04_12.pdf

SOUZA, Marina de Mello e. *Parati a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Tempo Brasileiro, 1994.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Apontamentos para uma história financeira do grupo Ligth no Brasil, 1988/1939. *Revista de Economia Política*, vol. 6, n°1, 1986, p. 132-135.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 6° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

WOLF, Eric. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ZUQUIM, Maria de Lourdes. *Os Caminhos da Bocaina: uma questão agrária ambiental*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. 2002.

Documentos citados

BRASIL. Projeto de Cadastramento das Populações Indígenas e Quilombolas em Doze Municípios do Estado do Rio de Janeiro com Vistas à Inclusão no Cadastro Único. Elaborado pela CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro, 2010.

CONTAG. Sindicatos Reconhecidos. *Boletim Trabalhador Rural*, ano 5, nº 9 e 10. Acervo da Contag.

CPT. “Histórico de Conflitos – São Gonçalo”. 10/1986. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino da CPT.

CPT. Histórico de Conflitos de Terra – São Gonçalo. 1977. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino da CPT.

CPT. “Relatório sobre Conflitos de Terra – Campinho da Independência”. 1977. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino da CPT.

DIOCESE DE BARRA DO PIRAÍ. *Boletim da Diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda*, nº 103, ano VII, 1977, julho, 2ª quinzena.

FASE. Site. *Histórico*. Disponível em <http://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>. Acesso em 13/06/2015.

FETAG/RJ. 03/04/1974. “Carta ao Ministro do Estado dos Negócios da Justiça”. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

FETAG/RJ. Relatório. 06/1981. Levantamento de conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

FETAG/RJ; SEAF. Relatório. “Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro ocorridos entre os anos 1970 e 1990”. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

FETAG/RJ. “Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty”, 15/10/1981. Acervo NMSPP/CPDA/UFRRJ.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Posseiro acusa empresário de fazer ameaças”. Folha de São Paulo, 16/06/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

GEURTS, Pedro. 20/05/1977. Trecho de Carta Remetida a Ivo Poletto. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino da CPT.

INCRA. Texto. 12/03/1986. Proposições para definir destinação dos remanescentes territoriais do Incra no Estado do Rio de Janeiro, jurisdicionados à DR(07). Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

INCRA. Relatório. 1986. Relatório da Vistoria da Fazenda São Roque, por Cruvelo Cavalcanti, Hidenoil Sato e Sheila Oliveira da Fonseca

INCRA. Relatório. 1986. Relatório das Ações do Incra em Parati, por Josemar Costa de Oliveira.

JORNAL A MARÉ. “As pedras do Bracuí”. *Jornal A Maré*. Angra dos Reis: 13/08/1981, ano I, nº 28. Acervo da Biblioteca Municipal de Angra dos Reis.

JORNAL A MARÉ. “Bracuí entrega Piccola Marina”. *Jornal A Maré*. Angra dos Reis: 06/08/1981, ano I, nº 27. Acervo da Biblioteca Municipal de Angra dos Reis.

JORNAL A MARÉ. Cartas. *Jornal A Maré*. Angra dos Reis: 10-25/12/1980, Ano I, nº 5. Acervo da Biblioteca Municipal de Angra dos Reis.

JORNAL DE BRASÍLIA. “Empresa ameaça expulsar 65 famílias em Parati”. *Jornal de Brasília*. Brasília: 02/12/1980, p. 7. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

JORNAL DE BRASÍLIA. “Trabalho Escravo em Fazenda Já Começa a Ser Investigado”. Brasília: 15/11/1984. Arquivos do CEDOC Dom Tomás Balduino da CPT.

JORNAL DO BRASIL. “Parati-Mirim Ergue Casas Para Colonos”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 29/06/1972. Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL. “Agentes Buscam Caçadores”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 30/07/1972. Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL. “Dono de Terra Quer Tirar Dúvidas”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 22/08/1972. Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL. “Parati-Mirim Aguarda Projeto Turístico”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 25/02/1973. Biblioteca Nacional.

JORNAL DO BRASIL. “Grupo italiano tira famílias de Parati”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 10/09/1981, p.15. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

MATTOSO, Adriana. *Vento Contra*. São Paulo, 1979. Filme independente.

PAIVA, Davi de e DELFIM, Silvio. *Trindadeiros – 30 anos depois*, 2009. Filme independente.

PLANAVE. Escritório Técnico de Planejamento S.A. Urbanização da Área de Expansão Urbana da Cidade de Parati, Relatório Final. 1997.

QUATRO RODAS. “Entre a serra e o mar”. *Quatro Rodas* nº 89, 1967, p.66-87. Acervo da Biblioteca Municipal de Paraty.

SNI. Relatório. 06/10/1977. “Atuação da esquerda clerical”. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_106593_77.

SNI. Relatório. 20/08/1985. “Áreas ocupadas por posseiros – Município de Paraty”. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, ARJ_ACE_12131_85.

SNI. Relatório. 25/11/1987. “Incidente envolvendo equipe de técnicos do Mirad-RJ”. Relatório elaborado por Sheyla O. da Fonseca. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_64558_87.

SNI. Relatório. 26/08/1977. “Atividades subversivas – áreas de tensão - atuação da esquerda clerical em Paraty”. Acervo Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_115684_77_007.

SONDOTÉCNICA. Site. *Rodovia BR-101*. Disponível em <http://www.sondotecnica.com.br/>. Acesso em 24/11/2014.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. IPM de Romulo Augusto Romero Fontes e Meri Medeiros da Silva. Acervo do Brasil: Nunca Mais, documento nº 691, 1973.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. IPM de Amauri Pinto de Castro Monteiro Júnior, Carlos Vitor Alves Delamônica e Elza de Lima Monnerat. Acervo do Brasil: Nunca Mais, documento nº 693, 1973.

VEJA. Esquecidos no tempo. *Veja*, 15/07/1970 nº 97, p.52-54. Acervo Digital Veja.

VEJA. Nota para o leitor. *Veja*, 15/07/1970 nº 97, p.15. Acervo Digital Veja.

VEJA. “Rio-Santos: a descoberta do paraíso”. *Veja*, 1/11/1972, nº 217, p. 52-66. Acervo Digital da Veja.

VEJA. “O paquiderme atômico brasileiro”. *Veja*, 05/11/1986, nº 948, p. 104-110. Acervo Digital Veja.